UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RENATO MACEDO DE ALMEIDA

As disputas em torno de direitos como um processo educativo: um estudo de caso sobre a ocupação "Novo Pinheirinho" de Embu das Artes, SP.

São Paulo

2017

RENATO MACEDO DE ALMEIDA

As disputas em torno de direitos como um processo educativo: um estudo de caso sobre a ocupação "Novo Pinheirinho" de Embu das Artes, SP.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre em Educação.

Área de concentração: Sociologia da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Kimi Aparecida Tomizaki

São Paulo

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL
DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA
A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.09 Almeida, Renato Macedo de
A447d As disputas em torno de direitos como um processo educativo: um
estudo de caso sobre a ocupação “Novo Pinheirinho” de Embu das Artes,
SP / Renato Macedo de Almeida; orientação Kimi Aparecida Tomizaki.
São Paulo: s.n., 2017.
143 p.; grafs.; tabs.; anexos

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação.
Área de Concentração: Sociologia da Educação) - - Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo.

1. Socialização 2. Movimentos Sociais Urbanos 3. Militância I.
Tomizaki, Kimi Aparecida, orient.

ALMEIDA, RENATO MACEDO

As disputas em torno de direitos como um processo educativo: um estudo de caso sobre a ocupação "Novo Pinheirinho" de Embu das Artes, SP.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre em Educação.

Área de concentração: Sociologia da Educação

Aprovado em:

Banca examinadora:

Professora-doutora Kimi Aparecida Tomizaki (presidente)
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Professora-doutora Flávia Inês Schilling (Titular)
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Professora-doutora Sílvia Zanirato (Titular)
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Professora-doutora Fabiana Augusta Alves Jardim (Suplente)
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Professor-doutor Marcos Bernardino de Carvalho (Suplente)
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Professor-doutor Luiz Carlos Beduschi Filho (Suplente)
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Para Luciana e meus pais.

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar o texto da pesquisa propriamente dita, é necessário realizar alguns agradecimentos às pessoas e instituições que ampararam minha trajetória até este momento.

À professora-doutora Kimi Tomizaki, que desde 2006, na graduação de Gestão Ambiental, apresentou-me autores e temas que me tornaram mais crítico em relação à minha atuação como professor, aluno e cidadão. Devo agradecer pela acolhida que tive ao procurá-la, quase oito anos depois, em sua sala e ser recebido com todo o estímulo para que eu continuasse os estudos. Além disso, pela sua orientação pertinente, sempre me deixando mais seguro em relação à escrita, e pela amizade que desenvolvemos, nos últimos anos, quando foi mais que orientadora, apoiando-me no momento mais difícil da minha vida.

Às professoras-doutoras Flávia Inês Schilling, da Faculdade de Educação da USP (FEUSP), e Silvia Helena Zanirato, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), que tanto me ajudaram no exame de qualificação, por meio de apontamentos realizados, de materiais indicados (quando não emprestados) e de olhares diferentes do quais eu estava habituado em relação ao meu objeto de estudo.

À FEUSP e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) que forneceu o subsídio financeiro necessário para a realização da pesquisa. Sem tal ajuda, certamente não teria sido possível fazê-la.

A todas as professoras e todos os professores que tive na pós-graduação, em especial o professor Celso de Rui Beisiegel, cuja fala nos faz enxergar com clareza sua percepção dos fatos vividos ao longo de sua trajetória como intelectual. Agradeço novamente à professora Flávia Inês Schilling, cuja disciplina Projetos de Pesquisa foi de enorme auxílio, trazendo os olhares de colegas de variada influência acadêmica.

Ao grupo de orientandos e participantes do projeto de extensão que a professora Kimi Tomizaki amejalhou ao longo do período da pesquisa. Faço um especial agradecimento aos colegas Maria Gilvânia e Hamilton Harley, que acompanharam todo o período de pesquisa e escrita, com todos os percalços e barreiras enfrentados em conjunto, dando suporte e auxílio.

Aos integrantes da Sociedade Ecológica Amigos de Embu (SEAE) que forneceram seu tempo para compartilhar aspectos muito particulares de suas vidas.

Aos entrevistados do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que me receberam em circunstâncias das mais variadas, sem que houvesse qualquer impedimento para que eu conhecesse o movimento, suas causas e formas de organização. Estendo os agradecimentos aos moradores do Conjunto Habitacional João Cândido, local onde se realizou o projeto de extensão com as crianças do condomínio. Forte abraço em todas.

Agradeço ao André e à Aline por enfrentarem corajosamente o desafio de encarar este texto ao longo de todo o processo de redação, antes e durante o mestrado.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter biográfico, foi inevitável refazer a minha própria biografia e resgatar personagens importantes para minha formação pessoal e, consequentemente, acadêmica. Cito os amigos: David Neto, Júlio Fonseca, Daniel Cilli, Mateus Carneiro e Alexandre Macedo, que, de uma maneira ou de outra, influenciaram a maneira como encaro a vida.

Agradeço imensamente a meus pais, José Luiz e Maricir, pelo carinho, amor e dedicação com que investiram na minha formação educacional desde sempre, me apresentando senso de responsabilidade, fazendo-me valorizar seus esforços e me espelhar nos seus exemplos profissionais. Gostaria de fazer um agradecimento especial a minha mãe que, durante o processo de pesquisa, faleceu após um longo período de sofrimento. Mais do que pela herança genética, agradeço pela alegria que tive com o seu convívio, pelo seu bom humor incorrigível – mesmo nas situações das mais dramáticas – e pela sua determinação para realizar a mais desesperadora das tarefas com um sorriso no rosto. Obrigado.

Por fim, agradeço por todo o apoio, cumplicidade, amor e paciência de Luciana, minha companheira de vida. Muito se passou e mudou desde 2001, ressaltando a entrada da Dona Denise e do Seu Flávio para o meu seleto grupo de pais. De Santos, Vila Romana e Bela Vista, muito veio e virá, garantindo que, graças a sua presença, hoje eu seja mais humano, mais sensível a questões que ignorava e mais homem também. Tenho mais coragem de encarar a vida e suas dificuldades, tenho um companheiro inseparável de redação, Alejandro e suas estripulias. Isso tudo por sua causa. Obrigado, meu amor.

*“Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como
uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma.
Mais alegre, porque mais sofrida.
Melhor, porque incorpora em si mais humanidades.
Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças
e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa
província da Terra”.*

Darcy Ribeiro

RESUMO

ALMEIDA, Renato Macedo de. **As disputas em torno de direitos como um processo educativo: um estudo de caso sobre a ocupação "Novo Pinheirinho" de Embu das Artes, SP.** 2017. 143 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

A presente pesquisa tem como objetivo central analisar os processos educativos envolvidos na luta por direitos sociais ou políticos, mais especificamente, os processos de socialização e formação relacionados ao engajamento político nas chamadas “causas coletivas”. Acreditamos que o engajamento político em causas coletivas está relacionado a duas dimensões educativas diversas e, ao mesmo tempo, “entrelaçadas”: de um lado, o modo como os sujeitos foram socializados está na base das condições de possibilidade do surgimento da militância política, visto que seriam capazes de formar determinadas disposições que conduziriam à militância política ou, pelo menos, à “crença” na organização coletiva como mecanismo para o enfrentamento de problemas também de ordem coletiva. De outro lado, no interior mesmo dos movimentos de caráter político, desenvolvem-se diferentes processos educativos, de formação e ressocialização dos militantes. Assim, tendo em vista analisar tais dimensões educativas, esta pesquisa assumirá como objeto de estudo a disputa entre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e a Sociedade Ecológica Amigos de Embu (SEAE) em torno de uma Área de Proteção Ambiental (APA) situada no município de Embu das Artes. Esse conflito começou em 2012, tendo como foco a disputa em torno dos diferentes “usos” que poderiam ser feitos desse terreno, mais especificamente, tratava-se da disputa entre duas propostas concretas: o MTST reivindicava a preservação de um trecho da mata, associada à construção de moradias populares na área já desmatada, enquanto a SEAE defendia a preservação total da área como parque ambiental e, portanto, o seu uso exclusivo para esse fim. A análise dos conflitos em torno da “questão ambiental”, no campo ou na cidade, pode ser muito produtiva para se pensar diferentes dimensões das relações sociais nas sociedades contemporâneas, na medida em que coloca em destaque indivíduos com distintas concepções de sociedade e de natureza e os modos como estas podem ou devem se relacionar. Essas posições a respeito das questões ambientais não são gratuitas, trata-se de concepções gestadas em grupos com diferentes origens e posições sociais, bem como com diferentes níveis de escolarização, acesso a informação e condições objetivas de vida, e, por esse motivo, tais conflitos podem também se tornar um exemplo privilegiado para compreensão de como grupos, com origens sociais diversas, se engajam nas chamadas “causas coletivas”. Os objetivos desta investigação serão alcançados por meio (i) de análise documental de materiais produzidos pelos dois movimentos acerca da disputa pelo terreno acima citado; (ii) de observações de reuniões e atividades que ambos os grupos realizam; (iii) de reconstituição das trajetórias dos sujeitos da pesquisa (militantes dos dois movimentos citados) para a qual lançaremos mão de entrevistas em profundidade, com ênfase sobre a “educação recebida” em diferentes instâncias anteriores à entrada no movimento (por exemplo: família, escola, igreja, bairro) e, posteriormente, nos processos de formação e ressocialização promovidos no interior dos dois movimentos em questão.

Palavras-chave: Socialização, militância, movimento ambientalista, movimento sem-teto, MTST, SEAE.

ABSTRACT

ALMEIDA, Renato Macedo de. **The disputes around rights as an educational process: a case study on the occupation "Novo Pinheirinho" of Embu das Artes, SP.** 2017. 143 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

The main objective of this research is to analyze the educational processes involved in the struggle for social or political rights, more specifically, the processes of socialization and formation related to political engagement in the so-called "collective causes". We believe that political engagement in collective causes is related to two different and at the same time "intertwined" educational dimensions: on the one hand, the way in which the subjects were socialized is the basis of the conditions of possibility of the emergence of political militancy, Who would be able to form certain dispositions that would lead to political militancy or, at least, to "belief" in collective organization as a mechanism for coping with collective problems as well. On the other hand, in the interior of the movements of political character, different educational processes are developed, of formation and resocialization of the militants. Thus, in order to analyze such educational dimensions, this research will take as the object of study the dispute between the Movement of the Homeless Workers (MTST) and the Ecological Society Friends of Embu (SEAE) around an Environmental Protection Area) Located in the municipality of Embu das Artes. This conflict began in 2012, focusing on the dispute over the different "uses" that could be made of this terrain, more specifically, the dispute between two concrete proposals: MTST claimed the preservation of a section of the forest, associated To the construction of popular housing in the already deforested area, while SEAE defended the total preservation of the area as an environmental park and, therefore, its exclusive use for this purpose. The analysis of the conflicts around the "environmental question" in the countryside or in the city can be very productive to think about different dimensions of social relations in contemporary societies, since it highlights individuals with different conceptions of society and nature And the ways in which these can or should relate. These positions on environmental issues are not free, they are concepts conceived in groups with different backgrounds and social positions, as well as with different levels of schooling, access to information and objective living conditions, and, for that reason, such conflicts can also become a prime example for understanding how groups with diverse social origins engage in so-called "collective causes." The objectives of this investigation will be achieved by means of (i) documentary analysis of materials produced by the two movements on the above ground dispute; (Ii) observations of meetings and activities that both groups carry out; (Iii) reconstruction of the trajectories of the subjects of the research (militants of the two movements cited) to which we will give in-depth interviews, with emphasis on "education received" in different instances prior to entry into the movement (eg family, school, church, neighborhood) and, later, in the processes of formation and resocialization promoted within the two movements in question

Keywords: Socialization, militancy, environmental movement, homeless movement, MTST, SEAE.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição percentual da população por situação de domicílio – Brasil – 1980 a 2010	31
Tabela 2 – Déficit populacional total, relativo e por componentes nas diferentes Regiões Metropolitanas no Brasil	34
Tabela 3 – Regiões Metropolitanas com os maiores valores de aglomerados subnormais	34
Tabela 4 – Índice paulista de vulnerabilidade social, por grupos de vulnerabilidade (%)	37
Tabela 5 – Produto Interno Bruto per capita nos municípios de Embu das artes e São Paulo	42
Tabela 6 – Matrículas realizadas por nível de ensino nos municípios de Embu das Artes e São Paulo e em todo o país	42
Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica anos finais 2007 – 2013	43
Tabela 8 - Déficit habitacional por situação do domicílio e déficit habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados	69
Tabela 9 - Distribuição percentual do déficit habitacional urbano por faixa de renda média familiar mensal (Salários mínimos)	69
Tabela 10 - Déficit habitacional urbano por situação do domicílio por domicílios vagos em condição de serem ocupados	70
Tabela 11 – Identificação resumida dos entrevistados	92

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Evolução da mancha urbana – Região Metropolitana de São Paulo (1881-1995)	32
Ilustração 2 – Aglomerados subnormais na RMSP para o ano de 2010	35
Ilustração 3 – Atendimento de esgoto sanitário no estado de São Paulo em % (2010)	37
Ilustração 4 - Fachada da capela de Nossa Senhora do Rosário na década de 1910	39

Ilustração 5 – Escultura sacra em exposição no interior da capela Nossa Senhora do Rosário	39
Ilustração 6 – Fachada atual da Capela Nossa Senhora do Rosário	40
Ilustração 7 – Feira de artesanato no centro de Embu das Artes	41
Ilustração 8 – Coeficiente de área verde por habitante nas regiões do Município (m ²)	43
Ilustração 9 – A Região Metropolitana de São Paulo, Embu das Artes e a Mata do Roque Valente	44
Ilustração 10 – Trecho de trilha no interior da Mata do Roque Valente	45
Ilustração 11 – Vista aérea da Mata do Roque Valente	46
Ilustração 12: Assembleia realizada pelo MTST na área compreendida pelo campo de futebol na ocupação Novo Pinheirinho	50
Ilustração 13 – Militantes do MTST comemoram a vitória e desocupam a Mata do Roque Valente	52
Ilustração 14 - Protesto interrompe fluxo de veículos em avenida da Zona Leste de São Paulo	61
Ilustração 15: Ocupação realizada pelo MTST em Guarulhos, SP	62
Ilustração 16 - Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST, em assembleia realizada na ocupação promovida na avenida Paulista	66
Ilustração 17: Ocupação Nova Palestina, realizada na zona Sul de São Paulo	72
Ilustração 18 - Ocupação Novo Pinheirinho, Embu das Artes (SP)	74
Ilustração 19 – Projeto de treinamento e comercialização de hortas urbanas	76
Ilustração 20 - Capacitação do Projeto Observando Rios	77
Ilustração 21 – Pesquisadores trabalhando no diagnóstico da APA Embu Verde	78
Ilustração 22 – Atividade realizada durante projeto de extensão em ocupação do MTST	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O conceito de socialização como ferramenta analítica	18
Procedimentos metodológicos	24

CAPÍTULO I

Processo de urbanização no Brasil e seus resultados para a conjuntura social e ambiental	29
1.1. Breve histórico de Embu das Artes	38
1.2. A área do conflito – Mata do Roque Valente	44
1.3. Caracterização da Mata do Roque Valente	46
1.4. A Mata do Roque Valente em perspectiva – breve histórico do conflito	48
1.5. “Não era apenas pelos 20 centavos” e o impasse na Mata do Roque Valente	54

CAPÍTULO II

MTST e SEAE: um retrato dos dois movimentos envolvidos na disputa	57
2.1. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)	59
2.1. A atuação do MTST	67
2.2. A ocupação Novo Pinheirinho	73
2.3. A Sociedade Ecológica Amigos de Embu - SEAE	75
2.3. O movimento ambientalista e algumas de suas características	80
2.4. A questão ambiental entre dois grupos políticos	82

CAPÍTULO III

Das trajetórias dos militantes: quais são as dimensões educativas do engajamento político?	85
3.1. Alguns integrantes do MTST e suas trajetórias	91
3.2. Aproximação aos movimentos e a realização das entrevistas	93
3.3. Diferentes histórias de vida: os integrantes do MTST e da SEAE	99
3.4. O MTST e alguns de seus militantes	99

3.4.1. Amanda, a luta por direitos como uma forma de sobrevivência	99
3.4.2. Romário, uma trajetória diversa e dedicada a diferentes causas sociais	106
3.4.3. O Novo Pinheirinho e a visão da SEAE por militantes do MTST	111
3.5. A SEAE e alguns de seus militantes	115
3.5.1. Sandra e a inclinação para a defesa da natureza desde a infância	115
3.5.2. Gustavo, o meio ambiente como forma de contribuir para a sociedade	118
3.5.2. Conquistas decorrentes da participação no movimento ambientalista	121
3.5.3. O Novo Pinheirinho e a visão do MTST por militantes da SEAE	123
3.6 Entre diferentes percepções dos direitos: algumas reflexões	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como **objetivo central de analisar as dimensões educativas relacionados aos processos de engajamento ou militância políticas em causas coletivas entre indivíduos de diferentes camadas sociais**. Assim, a pesquisa que aqui será aqui apresentada foi concebida a partir da observação e análise de alguns aspectos de uma disputa judicial e política que mobilizou e colocou em “rota de colisão” dois movimentos de caráter social e político, mais especificamente, um movimento popular e uma organização não governamental (ONG).

Assim, para analisar as dimensões educativas da militância, bem como a influência de diversos processos de socialização sobre a constituição de “pré-disposições” ao engajamento em causas coletivas, analisaremos trajetórias de militantes ou ativistas dos dois grupos que se envolveram no conflito sobre os usos de uma determinada Área de Proteção Ambiental (APA): a **Sociedade Ecológica Amigos de Embu (SEAE)** e o **Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. Nesse sentido, nos lançamos no exercício empírico e teórico de analisar as trajetórias, modos de vida, concepções de militância, vida e meio ambiente de indivíduos filiados, de um lado, um movimento de caráter ambientalista, engajado, entre outras coisas, na preservação daquela que seria uma das únicas áreas de mata preservada do município de Embu das Artes; e, de outro, um movimento de luta por moradia, autointitulado um movimento de resistência urbana contra a especulação imobiliária, cuja visibilidade nacional aumentou significativamente nos últimos anos, sendo que seu coordenador nacional, Guilherme Boulos, é considerado atualmente uma das principais lideranças do campo da esquerda brasileira.

Dito isso, é fundamental destacar que esse trabalho não pretensões de realizar um estudo comparativo, no sentido *stricto sensu*, desses dois grupos, visto que eles são tão diferentes no que tange aos seus objetivos e práticas, modos de atuação, concepção de mundo e meio ambiente, e na origem social de seus ativistas ou meliantes, que seria impossível, no quadro de uma pesquisa de mestrado, estabelecer parâmetros de comparação adequados e confiáveis. Nesse sentido, tão simplesmente, lançaremos mão da existência de uma situação improvável, na qual dois grupos tão diversos participaram

diretamente em uma disputa judicial e política, em torno de um mesmo território. Assim, a disputa judicial e política é tão somente um disparador para se analisar os “lugares” políticos e sociais ocupados pelos dois grupos e como, em circunstâncias tão diversas, foi possível o desenvolvimento de um aspecto que, parece, comum entre o **SEAE e o MTST: a convicção de que problemas de ordem social devem ser resolvidos por meio da ação coletiva.**

Assim, a disputa em questão girava em torno das possíveis destinações para a área conhecida como Mata do Roque Valente, também denominada de Parque Pirajuçara ou Mata de Santa Tereza, localizada no município de Embu das Artes, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Sendo uma das poucas áreas existentes no município com características naturais preservadas, **a SEAE defendia que o local fosse utilizado exclusivamente para o estabelecimento de um parque natural**, sem qualquer intervenção que possibilitasse o uso direto ou indireto do parque, e com uma proposta e reflorestamento da parte já desmatada. Em contrapartida, **o MTST, em razão do déficit habitacional existente em Embu das Artes, pretendia que a área já desmatada do terreno fosse destinada à construção de moradias populares e de equipamentos públicos como escola, creche e posto de saúde**, sendo preservada a mata existente, que, segundo esse grupo, poderia coexistir com o condomínio popular e demais aparelhos ali instalados.

A interrogação central, em torno da qual esta investigação se organiza, não diz respeito à disputa pelo uso do terreno em si, mas sobre as condições de possibilidades desses dois grupos conceberem de modo tão diverso os possíveis destinos dessa área. **Nossa hipótese é a de que os modos como cada indivíduo ou grupo de indivíduos concebem as relações possíveis ou desejáveis entre sociedade e natureza são resultado de diferentes processos educativos vivenciados em múltiplas instâncias socializadoras que, marcadas pelas posições sociais e econômica, são capazes de forjar tanto suas concepções de mundo (e, portanto, de natureza e justiça social) quanto as (in) disposições para o engajamento em causas coletivas.**

Assim, por meio do uso de métodos qualitativos de pesquisa, com coleta de dados mediante observações *in loco* e entrevistas de caráter biográfico, analisaremos as trajetórias dos militantes dos dois grupos citados, tendo em vista problematizar como

processos de socialização diferenciados, em função de origens sociais também distintas, entre outras variáveis que serão consideradas, puderam redundar em visões de mundo tão diferentes, quando não, por vezes, absolutamente opostas, que neste caso emergem em função da questão ambiental.

A decisão por um tema interdisciplinar, que combinasse a análise dos aspectos educativos de ambos grupos no que tange às suas percepções das questões ambientais, foi tomada tendo em vista conciliar o conhecimento que desenvolvi ao longo de minha formação acadêmica, em nível de graduação como biólogo e gestor ambiental, aos conhecimentos obtidos ao longo da formação no mestrado, na área de Sociologia da Educação. Optei, assim, por uma abordagem que fosse além do desenrolar e do resultado final da disputa ambiental, considerando também eventos relacionados às condições históricas da formação das regiões metropolitanas e às consequências que esse processo teve sobre as pessoas e grupos envolvidos nas transformações em questão.

Contudo, priorizo nesse trabalho a compreensão dos diferentes processos educativos a que os entrevistados foram submetidos ao longo de suas vidas, de forma a coletar e analisar aspectos relevantes da formação das trajetórias dos sujeitos (educação familiar, escola, formação profissional, inserção no mercado de trabalho, engajamento político), tendo vista submetê-los à análise a partir dos instrumentos teóricos desenvolvidos no âmbito da sociologia educação, notadamente, sobre no que tange aos processos de transmissão de valores e comportamentos (SPOSITO, 2011).

Para isso, considere, de um lado, os processos educativos que precedem a entrada dos militantes em ambos os movimentos – buscando, assim, compreender suas motivações para a entrada na militância – e, de outro lado, os processos educativos vivenciados no interior dos próprios movimentos, uma vez que a constituição das diferentes subjetividades é fruto de um enorme leque de experiências, para além das instâncias tradicionais da educação (SETTON, 2005).

O conceito de socialização como ferramenta analítica

Como dito anteriormente, essa pesquisa foi construída de modo a destacar as múltiplas e complexas relações existentes entre diferentes desafios urbanos (especialmente o direito à moradia digna) e as possibilidades ou limites de preservação do meio ambiente, o que depende dos modos como o Estado, indivíduos, grupos políticos, movimentos sociais e populares são capazes de negociar suas pautas ou interesses específicos. Para realizar esse debate, essa dissertação lançará luz sobre as experiências educativas de indivíduos engajados em movimentos coletivos que discordam entre si em relação às alternativas de equacionamento de um problema específico que, por si só, é revelador de diferentes posições políticas e sociais dos sujeitos da pesquisa.

Pensar as diferentes socializações, relacionadas aos “mundos sociais” em que cada um esteve inserido ao longo da trajetória, é de grande relevância para a discussão que se pretende realizar nesse trabalho. Uma vez que os sujeitos envolvidos pertencem a mundo sociais completamente díspares, é evidente que suas visões de mundo são significativamente diferentes, de modo que seus argumentos em relação aos possíveis usos da mata Roque Valente são, incontestavelmente, mais de caráter político que técnico.

A socialização, como todo conceito, foi objeto de disputa e debate entre diferentes correntes teóricas no âmbito das ciências sociais. Isso pode ser exemplificado pelas distintas interpretações formuladas, em diferentes momentos, para esse fenômeno social. Portanto, é natural que existam superações em face das inovações teóricas e metodológicas, o que também vale para as transformações ocorridas no seio das agências socializadoras, que se alteram no decorrer do tempo (SETTON, 2005).

Durkheim, por exemplo, ao propor a análise do fato social¹ como objeto de pesquisa sociológica, limita a importância do indivíduo e de sua capacidade de agir no mundo. Nessa perspectiva, as estruturas da sociedade moldariam os seus futuros

1 “[...] os fenômenos que se passam no interior da sociedade, por pouco que apresentem, além de certa generalidade, algum interesse social. Todavia, desse ponto de vista, não haveria por assim dizer nenhum acontecimento humano que não pudesse ser chamado de social. Cada indivíduo bebe, dorme, come, raciocina e a sociedade tem todo o interesse em que estas funções se exerçam de modo regular. Porém, se todos esses fatos fossem sociais, a Sociologia não teria objeto próprio e seu domínio se confundiria com o da Biologia e da Psicologia” (DURKHEIM, 1972, p.1).

representantes conforme valores de cada sociedade. Não obstante, há, em algumas de suas obras, elementos que consideram o caráter construtivista na abordagem dos processos sociais de objetivação e de solidificação da realidade, não se restringindo a uma postura totalmente determinista. (CORCUFF, 2001).

Nos esforços para superar uma concepção determinista dos processos socializadores, Berger e Berger (1975) descrevem a socialização como o fluxo pelo qual os indivíduos incorporam padrões sociais de comportamento aplicáveis à sua conduta individual. Esses padrões gerais dizem respeito, portanto, à interiorização de valores, crenças, percepção do entorno, práticas, além da maneira como os indivíduos enxergam o mundo e como se veem inseridos neste (PEREIRA, 2012).

Para Berger e Luckman (1977), inicialmente a socialização ocorre no âmbito familiar, por meio do qual muitos dos valores são interiorizados na socialização primária – alguns desses princípios tornam-se fundamentais para a inserção do indivíduo na sociedade, sendo transmitidos como “naturais” à criança. Devido à natureza contínua desse evento, a socialização segue em outras instâncias, o que, segundo Berger e Berger (1975), poderia ser denominada de socialização secundária, que se realiza ao longo de toda a vida do indivíduo: na escola, no trabalho e em associações ou grupos religiosos, por exemplo.

Contudo, esse processo, apesar de contínuo e reflexivo, não é automático nem pode ser compreendido como uma simples forma de aprendizagem. A socialização permite a incorporação das experiências diárias de cada um, possibilitando a formulação de novas concepções acerca do mundo social, em um mecanismo reflexivo sobre o que já foi interiorizado (PERCHERON, 1993).

Essa socialização da individualidade é, então, designada como a própria identidade, mutável em consonância com a interação realizada com os outros, resultando na formação de múltiplas facetas das identidades segundo os diferentes contextos ou lugares sociais em que as pessoas se inserem (BERGER E BERGER, 1975; PERCHERON, 1993).

Com base no exposto acima, para esta pesquisa é fundamental considerar a situação social de indivíduos e grupos envolvidos e suas diferentes modalidades de socialização, visto que **partimos da hipótese de que as visões de mundo dos militantes dos dois movimentos em questão se diferenciam em função dos “lugares sociais” ocupados por eles ao longo de sua formação.**

Conforme Setton (2009), a análise dos processos de socialização deve identificar:

[...] a variação da força dos recursos que cada agente ou instituição acumula ao longo de uma trajetória. Socializados e socializadores, no espaço de luta simbólica de socialização, tem poderes, todavia, certamente diferenciados entre si. Assim, debruçar-se sobre as articulações entre as agências socializadoras a partir da ótica relacional com o indivíduo é um convite para o entendimento da constituição dos poderes e domínios, a luta e a indissociabilidade simbólica entre indivíduos e sociedade (p.721)

Assim, para esse trabalho, a noção de *habitus* é de grande valia para a apreensão e análise das relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais. Bourdieu preconiza que o *habitus* seria como um sistema de disposições adquiridas pela incorporação de “estruturas estruturantes”, formando um corpo estruturado que incorporou as estruturas imanentes de um mundo – ou de um setor particular desse mundo, de um campo –, estruturando assim a percepção que se tem desse mundo e a sua ação nele (BOURDIEU, 1996, SETTON, 2002).

Compreender as origens do *habitus* dos militantes deve envolver, portanto, a pesquisa das histórias de vida de representantes de cada grupo, sua trajetória², a fim de apreender a coletividade de que seu informante faz parte, e como a encara, registrando a experiência de diversos indivíduos de uma mesma coletividade, convergindo relatos de um mesmo período de tempo, “*aspectos importantes de sua*

2 “[...] para Bourdieu, o conceito de ‘trajetória’ implicaria objetivar as relações entre os agentes, sem deixar de lado suas forças em campo. Dessa maneira [...] a trajetória procuraria descrever posições simultaneamente ocupadas em sucessivos campos de força: tanto individuais como ‘em relação’ a demais grupos sociais em concorrência.” (Schwarcz, 2013, p. 58).

sociedade e do seu grupo, comportamentos e técnicas, valores e ideologias que podem ser apanhadas através de sua história". (QUEIROZ, 1987, p. 14).

Também importante para a análise dos processos que conduziram os militantes dos dois grupos é compreender o *campo* de conflito que se estabeleceu ao longo do processo de litígio. Como *campo* consideraremos um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais – espaço de disputa e jogo de poder; portanto, não no sentido atribuído por Bourdieu à noção de campo. Todavia, para a discussão proposta, é relevante explicitar uma característica importante do conceito, analisado por Almeida (2002) como:

[...] um espaço de diferenças no qual a posição de cada um se define em relação à diferença (ou oposição) que apresenta para com outra posição [...]

A definição da distância que separa uma posição da outra (e que não se confunde com a distância física) não é prerrogativa do indivíduo – tais distâncias são estabelecidas socialmente, isto é, são uma construção coletiva, coletivamente apropriada. Numerosas instituições são encarregadas de codificar as distâncias sociais e de forçar o respeito a elas (leis, costumes, etc.) uma vez que a modificação dessas distâncias implica, muito frequentemente, em modificar a ordem social. (p. 19-20).

Sendo assim, mesmo não me detendo em definir os campos que envolvem os dois movimentos, a observação das formas de agir dos militantes e do grupos em diferentes circunstâncias nos revelaram dados fundamentais para a discussão.

Vale ainda destacar que, em uma análise bourdieusiana de socialização, o conceito de capital é de importância central na discussão acerca das trocas existentes em um dado campo – quer se relacionem com influência política, capacidade de articulação e domínio da linguagem adequada para determinada situação, quer se relacionem até mesmo com aparência e outras formas de expressão.³

3 Os capitais são assim especificados: *capital econômico* – renda, salários, bens herdados etc.; *capital cultural* – conhecimentos formais, adquiridos por títulos, por exemplo; e *capital social* – marcado pelas relações sociais que podem ser revertidas em outros capitais; relações que poderiam ser capitalizadas. (BOURDIEU, 2014)

Pierre Bourdieu considera a socialização como um ato contínuo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade, resultando em um processo de reprodução da realidade vivida, mesmo que inconscientemente, na interação com as mais diferentes situações postas. As críticas ao seu pensamento, pautado na importância das estruturas sociais na organização das ações individuais e grupais, questionam a sua aplicabilidade em situações do dia a dia nas quais, por exemplo, os indivíduos precisam expor suas opiniões e posicionar-se frente a determinadas escolhas tendo como referencial apenas as situações apreendidas na convivência (LAHIRE, 2002).

Diante do exposto, nessa dissertação entenderemos a socialização em uma perspectiva processual: não como uma simples aplicação de códigos interiorizados ou de opções estratégicas – tornando a ação uma série de decisões racionais –, mas considerando que os princípios interiorizados são de diversas naturezas.

Logo, é necessário considerar a articulação entre as forças das estruturas sociais na composição da ação individual segundo uma perspectiva relacional, na qual as principais agências educativas da modernidade operam, como a família, a escola, grupos de pares, trabalho, associações e outras. Dessa forma, o sujeito articularia, mesmo que inconscientemente, as propostas de cada uma delas, variando expectativas de reprodução dos grupos de acordo com as experiências individuais e a origem dele.

Além disso, incluir as instâncias educativas não formais, como aquelas existentes nos dois grupos estudados, por meio de diversas atividades, é fundamental para a análise a ser realizada, pois, como bem destacam Kowarick e Bonduki (1986 apud GOULART, 2011, p. 103):

[...] reivindicações de bens coletivos “politizam” os moradores atuantes nesses movimentos, forjando grupos e associações, em um processo de “consciência da exclusão” que abre campo de resistência ao caráter autoritário do regime e amplia a organização popular [...]

De acordo com Sawicki e Siméant (2011), é particularmente interessante comparar os modos de recrutamento, composição e manutenção do

engajamento de organizações militantes com modalidades de institucionalização bastante diferentes. **Assim, apoiado no instrumental teórico apresentado acima, realizamos, por meio da análise de um conjunto de histórias de vida, bem como das práticas e objetivos dos dois movimentos, um esforço para contribuir no adensamento do debate sobre os processos de socialização política, ainda pouco estudados no Brasil.**

Como a disputa em torno da mata Roque Valente tem um caráter eminentemente político, ainda que nem todos envolvidos concordem com essa afirmação, não seria exagero também alinhar essa discussão com o debate em torno de como os indivíduos e/ou grupos adquirem informações, percepções, opiniões, valores, que redundam em determinadas posições de cunho político diante do mundo, ou seja, trata-se de discutir **a socialização política, que nada mais é do que uma das múltiplas dimensões dos processos de socialização.**

A socialização política [...] é uma das dimensões do processo de socialização, e diz respeito especificamente à transmissão e à aquisição de valores, condutas, percepções e preferências sobre política. Sendo assim, podemos afirmar que todo indivíduo é socializado politicamente, embora as características e efeitos desse processo possam variar enormemente: em um plano micro, segundo a origem social, trajetória familiar, nível de instrução, ocupação ou profissão dos indivíduos; e em um plano macro, em função de determinadas conjunturas econômicas, sociais e políticas. (TOMIZAKI, CARVALHO-SILVA & SILVA, 2016, p. 938).

Os mesmos autores apresentam uma série de indagações no dossiê intitulado *Socialização Política e Politização entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto* (2016), que contribuem para “materializar” os eixos de análise que estudos que se debruçam sobre as relações entre educação e política deveriam enfrentar:

Sobre quais elementos, objetivos e subjetivos, se sustentam as tomadas de posição de caráter político ou em relação ao mundo da política?

Como se constituem as opiniões, os sentimentos, os valores, as posições e os comportamentos em relação à política?

Qual é o papel de diferentes e variados processos de socialização — dos não intencionais aos processos formais de educação — na formação dos modos como os

indivíduos se relacionam, se comportam e atuam no mundo da política? (...)

Podemos concordar que o acesso a determinadas informações é fundamental para a constituição de diferentes pontos de vista sobre a realidade. No entanto, informações não são conteúdos neutros, apreendidos por todos e qualquer um do mesmo modo; suas assimilação e incorporação passam pelo crivo das emoções e das predisposições individuais e coletivas a se compreender o mundo, enfim, depende dos quadros de percepção cognitiva e moral resultantes de uma dada posição no mundo social. Assim, a análise dos processos de formação de certa posição política ou em relação à política não pode ser concebida somente em termos de acesso ao “conhecimento dos fatos”, mas exige que nos debruçemos, de um lado, (i) sobre a compreensão dos processos que formaram os esquemas de percepção e avaliação da realidade de determinados indivíduos, ou seja, dos processos de socialização; e, de outro, (ii) sobre o “peso” das conjunturas ou dos acontecimentos de ordem social, econômica e política, o que inclui as transformações das próprias instituições e movimentos políticos, que podem precipitar a tomada de certas posições (TOMIZAKI, CARVALHO-SILVA & SILVA, 2016, p. 930).

Procedimentos metodológicos

Para além dos objetivos centrais expressos anteriormente, essa pesquisa de mestrado visa também superar uma dicotomia comum entre os estudos da área ambiental, que diz respeito à dificuldade em relacionar os problemas ambientais e as populações, em geral mais vulneráveis, que sofrem de modo ainda mais violento com todo e qualquer processo de degradação do meio ambiente, embora nem sempre tenha consigam avaliar as consequências diretas dos problemas ambientais, sobretudo porque essa população vive sob a tensão da necessidade de garantir as condições imediatas da existência material. Desse modo, muitas vezes, essas relações entre o problema ambiental e a população implicada são tratadas como marginais e a produção acadêmica sobre essas questões acaba se restringindo a conhecimentos unicamente biológicos.

Para Alier (1992), em obra que relaciona os problemas ambientais às camadas mais necessitadas da sociedade, deve-se considerar novas fontes de análise, que não aquelas apenas restritas às ciências naturais:

[...] o ecologismo tem colocado em cheque as leis capitalistas de mercado, principalmente na sua fase globalizada, devido à apropriação e exploração dos recursos naturais. Ao mesmo tempo tem apontado que o meio ambiente não se reduz ao tratamento somente científico da natureza [...] outros, como a participação das mulheres, o marxismo, etc. são necessários para a resolução de problemas ambientais decorrentes das relações de produção (p. 7, grifo nosso).

Considerar tais relações implica em uma análise multidisciplinar, que podem se beneficiar das contribuições da sociologia da educação e de outras áreas, como a sociologia ambiental, a ecologia humana, a educação ambiental, a gestão de recursos naturais, o direito ambiental, além de processos históricos econômicos e de urbanização, dentre outros, permitindo a formação de outros ângulos de análise para as questões ambientais. Essa pesquisa poderia, portanto, enquadrar-se nesse esforço para ampliar o espectro de análise dos fenômenos de caráter social, econômico e político que envolvem problemas ambientais.

Nesse sentido, o conflito que emerge, em princípio, em função de uma questão de caráter ambiental (a disputa em torno da APA⁴) está, na verdade, diretamente ligado à questão da desigualdade social e da falta de acesso a determinados direitos básicos, como a moradia, e, portanto, ligado a diferentes interesses econômicos e políticos que regem a sociedade capitalista.

Desse modo, para constituir os procedimentos metodológicos que garantiram a coleta e análise dos dados, a investigação se desenvolveu em frentes distintas embora intimamente relacionadas:

⁴ “Unidade de conservação destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, para a melhoria da qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais. O objetivo primordial de uma APA é a conservação de processos naturais e da biodiversidade, orientando o desenvolvimento, adequando as várias atividades humanas às características ambientais da área.” (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC — Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

1. **Análise documental** dos eventos que conduziram a área da Mata do Roque Valente a ser considerada uma APA, sua posterior aquisição pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e, finalmente, seu envolvimento em uma disputa judicial que se estendeu de 2006 até 2013⁵;

A documentação referente ao processo envolvendo a posse do terreno foi obtida através de reportagens de diferentes órgãos de imprensa, além das páginas do MTST e da SEAE na internet, assim como na página do *Facebook*⁶ dos diferentes representantes dos movimentos e analisada em conjunto, desde a primeira decisão judicial, referente à sua posse, até a última, que cria um conselho gestor⁷ para a administração das diferentes demandas para o local.

2. **Observação e descrição da área e das atividades dos movimentos**

Além da análise documental, o processo de investigação incluiu diversas visitas à área, durante o período no qual ainda estava ocupada pelo MTST e, posteriormente, quando já desocupada por decisão judicial, possibilitando a familiarização com os integrantes do MTST e da SEAE e com os aspectos bióticos lá encontrados. Auxiliou sobremaneira acompanhar os dois movimentos em atividades distintas daqueles referentes à mata do Roque Valente e a consequente ocupação do Novo Pinheirinho. Reuniões, assembleias, participação em conselhos gestores, assim como mobilizações de caráter diverso do foco da pesquisa, foram de grande aprendizado a respeito da forma de atuação de ambos grupos militantes.

3. **Entrevistas com militantes do MTST e da SEAE**, sobre suas trajetórias educativas em diferentes meios – que conduziram às suas

⁵ Ano em que o governo estadual realizou acordo para a construção de moradia para 1.400 famílias, de acordo com a própria Lei Municipal 2.024/2002, que afirma o caráter integrado de gestão da área natural com outras demandas e necessidades da comunidade local.

⁶ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/SEAEMBU>; < <https://pt-br.facebook.com/mtstbrasil>>. Acesso em: jan. 2016.

⁷ Disponível em: <www.cmembu.sp.gov.br/noticias/278/vereadores-aprovam-conselho-gestor-que-vai-deliberar-sobre-projetos-na-apa-de-santa-tereza>. Acesso em: jan. 2016.

diferentes percepções para a adesão ao grupo militante escolhido, assim como suas opiniões acerca do outro grupo, do desenrolar do conflito e da destinação dada ao terreno.

Por fim, após diversos contatos pessoais, visitas a eventos realizados no município de Embu das Artes, tais como atos políticos, passeatas, sessões na câmara de vereadores do município, realizei entrevistas prospectivas com diferentes integrantes do MTST e da SEAE, aprofundando-as com integrantes que ocupassem cargos assemelhados em ambos: um dos coordenadores nacionais do MTST, o ex-presidente da SEAE e dois militantes de cada um dos grupos, relacionados à comunicação dos movimentos e diretamente envolvidos na questão do território em disputa.

Nas entrevistas busquei caracterizar os processos educativos, para além do ambiente escolar, buscando identificar as experiências que os conduziram a posições diferentes no campo de disputa em torno desse terreno. Essa opção foi feita a fim de considerar os processos contínuos que vivem os sujeitos da pesquisa para além dos processos tradicionais de socialização, como família e escola (BERGER & LUCKMANN, 1983), permitindo, assim, indicar condutas individuais e coletivas influenciadas por outros modelos de socialização, advindos da atualidade, compartilhando a responsabilidade na formação da subjetividade e seus diferentes princípios de orientação (SETTON, 2005). Essa opção, resultará inevitavelmente em uma caracterização referente às posições sociais e políticas desses militantes que aparecem materializadas, entre outras coisas, num jeito de ver o mundo, a sociedade e a natureza.

Finalmente, os leitores encontrarão uma dissertação dividida em três capítulos: no primeiro capítulo encontra-se uma discussão sobre o processo de urbanização no Brasil e seus efeitos sobre o meio ambiente e a produção e reprodução de desigualdades sociais e territoriais; além de apresentar a disputa em torno da APA da mata Roque Valente. No segundo capítulo apresento o MTST e o SEAE, como movimentos sociais e políticos e seus modos de atuação, especialmente no que tange ao

litígio judicial e às questões ambientais. E, por fim, no terceiro capítulo, dedico-me a apresentar e analisar trajetórias exemplares de militantes dos dois movimentos em questão.

CAPÍTULO I

Processo de urbanização no Brasil e seus resultados para a conjuntura social e ambiental

A análise dos conflitos envolvendo a área conhecida como Novo Pinheirinho, assim como a maior parte dos conflitos relacionados a territórios e seus diferentes usos, só pode ser compreendida se levados em consideração os processos que resultaram na urbanização e desenvolvimento dos grandes centros brasileiros. A análise de alguns dos principais processos de transformação da paisagem e, consequentemente, da influência que essas alterações exercem sobre o meio natural e as populações que a habitam são de grande valor para a compreensão do estado atual dos conflitos sobre territórios no Brasil, sempre marcados pelo problema da absurda desigualdade social e econômica que marca a sociedade brasileira.

O Brasil possui relatos ricamente documentados por diferentes intérpretes de sua história, desde a colonização portuguesa, dos processos econômicos, migratórios que transformaram a sociedade brasileira e constituíram experiências que marcam a existência de sua população, em diferentes sentidos. Elenco as contribuições de maior peso, cujas análises recaem sobre as principais atividades exploratórias no território, como a exploração do pau-brasil, da cana-de-açúcar, dos metais e pedras preciosas, do café, da soja, da produção agropecuária e do petróleo, entre outros, todos relacionados às condições naturais preexistentes. Sérgio Buarque de Holanda (1969) classificou esses ciclos econômicos brasileiros como uma “procissão dos milagres”, haja visto que, até a implantação das primeiras unidades fabris no século XX, o país se assegurava economicamente exclusivamente por meio de mecanismos voltados à exploração dos recursos naturais.

Para Darcy Ribeiro (2006), a sanha exploradora do território e dos seus habitantes, nativos ou importados na forma de escravos, seria um traço recorrente e constante em nossa história, que foi transformada em outras formas de exploração ao

longo do tempo, porém sempre priorizando a exploração predatória de ambos, a fim de obter a maximização dos lucros dessas atividades:

Nada é mais continuado, tampouco é tão permanente, ao longo desses cinco séculos, do que essa classe dirigente exógena e infiel a seu povo. No afã de gastar gentes e matas, bichos e coisas para lucrar, acabam com as florestas mais portentosas da terra. Desmontam morrarias incomensuráveis, na busca de minerais. Erodem e arrasam terras sem conta. Gastam gente, aos milhões.

Tudo, nos séculos, transformou-se incessantemente. Só ela, a classe dirigente, permaneceu igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia. Senhorios velhos se sucedem em senhorios novos, super-homogêneos e solidários entre si, numa férrea união superarmada e a tudo predisposta para manter o povo gemendo e produzindo. Não o que querem e precisam, mas o que lhe mandam produzir, na forma que impõem, indiferentes ao seu destino. (RIBEIRO, 2006, p.62)

Para Caio Prado Júnior (2006), por sua vez, o próprio princípio do processo industrial foi caracterizado pelo excesso de mão de obra oriundo do campo, baseado em escravos que, livres dessa atividade pela sua recente condição de liberdade, tornaram-se livres, porém à margem de qualquer atividade econômica. Como resultado, percebe-se o aumento da desocupação e consequente “vadiagem”, logo tornada em moeda de troca pelos proprietários das indústrias, que assim mantinham um grande contingente de trabalhadores à sua disposição por valores ínfimos.

No mesmo sentido, Singer (1973) destaca que, com a tardia industrialização nacional, potencializada fragilmente na década de 1930, ocorre a atração de trabalhadores rurais para as cidades, principalmente as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro. O aprofundamento do processo industrial brasileiro e a consequente mobilização de força de trabalho rural para as cidades teve papel fundamental na formação de um “exército industrial de reserva,

constituído pelas massas rurais submergidas numa economia de subsistência pré-capitalista” (SINGER, 1973, p. 35).

Os intensos movimentos demográficos observados no Brasil ao longo desse período possuem consequências estruturais para o território, explicitados por Darcy Ribeiro (2006) quando ele afirma que:

[...] vivemos um dos mais violentos êxodos rurais, tanto mais grave porque nenhuma cidade brasileira estava em condição de receber esse contingente espantoso de população. Sua consequência foi a miserabilização da população urbana e uma pressão enorme na competição por empregos (RIBEIRO, 2006, p. 182).

Essa atratividade pode ser melhor exemplificada pelos dados das populações urbanas e rurais entre as décadas de 1940 e 2000. Em 1940, a população do campo era de 25 milhões enquanto a urbana somava cerca de 16 milhões, já no ano de 2000, as cidades brasileiras abrigavam 150 milhões de pessoas, enquanto o campo 24 milhões (BRITO, 2006).

Tabela 1 - Distribuição percentual da população por situação de domicílio – Brasil – 1980 a 2010

Por situação do domicílio (%)	Urbana	Rural
1980	67,70	32,30
1991	75,47	24,53
1996	78,36	21,64
2000	81,23	18,77
2010	84,36	15,64

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010, e Contagem da População 1996.

Como efeito dessa alteração na distribuição populacional verificou-se o crescimento urbano desconcentrado, deixando “espaços vazios” dentro da “mancha urbana” e o espraiamento da cidade para suas áreas mais periféricas e insalubres; alteração da paisagem com a retificação de rios para a construção de vias propícias aos veículos automotores; extensa diminuição da cobertura vegetal do território de diversos municípios que passaram por esse processo e consequente queda na qualidade de seus recursos naturais, como na poluição do ar, constantes problemas no abastecimento de água, qualidade paisagística, etc. (EL PAIS, 2016). Logo, os municípios ao redor de São Paulo sofreram as consequências desse processo contínuo até os dias atuais, em Embu das Artes a história não foi diferente (SINGER, 1973; GROSTEIN, 2001; GUERRA, 2001).

Ilustração 1 - Evolução da mancha urbana – Região Metropolitana de São Paulo (1881-1995)

A mancha escura representa a ocupação urbana sobre o território, notoriamente maior a partir da década de 1930. Fonte: Deák. C.(2017).

Goulart (2011) ressalta que, durante esse processo, o grupo que mais sofreu foi a classe trabalhadora urbana, que no início do século XX residia nos cortiços e nas vilas operárias, sendo afastada para os morros e terrenos distantes dos equipamentos urbanos já estabelecidos no centro – como abastecimento de água e coleta de esgotos, acesso a serviços de saúde e educação – e, principalmente, sendo afastada da concentração dos empregos industriais. Nesse processo, foi negada aos trabalhadores a possibilidade da posse do imóvel, seja pela expulsão sazonal das áreas que se valorizavam pelo investimento público na cidade, seja pelo aumento dos preços dos imóveis para compra ou aluguel.

Em estudo realizado pela Fundação João Pinheiro com os dados referentes ao déficit habitacional brasileiro, para o ano de 2014, em parceria com o Ministério das Cidades, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi diagnosticado o contingente populacional brasileiro por regiões. Os dados apresentados permitem que comparemos esse índice por categorias, como a porcentagem de pessoas que encontram moradia em situações insalubres, como moradias precárias, domicílios habitados por mais de uma família e aluguéis acima das possibilidades de pagamento. O estudo ainda relaciona estes dados com as diferentes Regiões Metropolitanas, sendo a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) aquela que apresenta os números mais alarmantes, como por exemplo no que se refere aos dados totais, em que supera o déficit habitacional de toda a Região Norte, ou ainda se aproxima dos valores encontrados para as regiões Centro-Oeste e Sul. Sobre o ônus do aluguel no orçamento familiar, excetuando-se a região Nordeste e Sudeste, os índices da RMSP superam todos os demais.

Sobre os aglomerados de adensamento excessivo, o IBGE classifica-os como sendo: “[...] um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características listadas, como a irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e, ou, a carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). Conforme a tabela abaixo explicita, a RMSP pode ser enquadrada como uma das áreas de maior preocupação para o tema com o um todo:

Tabela 2 – Déficit populacional total, relativo e por componentes nas diferentes Regiões Metropolitanas no Brasil

Especificação	Déficit Habitacional					
	Total absoluto	Total relativo	Componentes			
			Habitação precária	Coabit. Familiar	Ônus excessivo aluguel	Adens. excessivo
Região Norte	632.067	12,8	152.156	280.303	155.339	44.269
Região Nordeste	1.900.646	10,8	501.406	651.606	671.431	76.203
Região Sudeste	2.425.679	8,3	104.425	653.986	1.476.024	191.244
São Paulo	1.327.408	8,9	51.858	332.487	804.853	138.210
<i>RM São Paulo</i>	<i>636.154</i>	<i>9,1</i>	<i>20.789</i>	<i>137.209</i>	<i>388.763</i>	<i>89.393</i>
Região Sul	645.189	6,3	72.720	199.933	346.696	25.840
Região Centro-Oeste	464.480	9,0	32.323	125.770	277.053	29.334
BRASIL	6.068.061	9,0	863.030	1.911.598	2.926.543	366.890

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro, 2014

Ainda a respeito dos domicílios subnormais, o mesmo estudo realizado pelo IBGE afirma que aproximadamente 77% deles se encontravam em municípios com mais de 2 milhões de habitantes, reflexo da política industrial de atratividade de mão de obra, sem qualquer planejamento para a utilização do espaço de maneira racional. A seguir ilustramos a situação com uma tabela comparativa entre as cinco Regiões Metropolitanas brasileiras com os maiores valores para o tema:

Tabela 3 – Regiões Metropolitanas com os maiores valores de aglomerados subnormais

Região Metropolitana	Total de população residente	População residente em aglomerados subnormais	População residente nas áreas urbanas regulares	Proporção entre os domicílios em aglomerados subnormais da RM e o total nacional
RM São Paulo	19 611 862	2 162 368	17 449 494	18,9
RM Rio de Janeiro	11 793 174	1 702 073	10 091 101	14,9
RM Belém	2 097 287	1 131 268	966 019	9,9
RM Salvador	3 564 343	931 662	2 632 681	8,2
RM Recife	3 676 067	852 700	2 823 367	7,5

Fonte: IBGE, 2014

Particularizando os dados apenas para a RMSP, abaixo temos uma noção espacial do processo de afastamento das populações mais carentes para longe dos

centros urbanos, na forma de aglomerados subnormais, submetendo-se a condições precárias de deslocamento, moradia e, conseqüentemente, qualidade de vida.

Ilustração 2 – Aglomerados subnormais na RMSP para o ano de 2010

Fonte: IBGE, 2014

Segundo Maricato (2013), esse processo reflete o processo histórico e social da construção do patrimônio das cidades. Entretanto, de acordo com o caráter desigual com que isso acontece, vivenciamos um processo de transformação do território em negócio, e um negócio muito lucrativo. Assim, de acordo com a localidade de que tratamos, poderíamos dizer que grande parte das nossas cidades:

[...] é construída pelos próprios moradores em áreas invadidas – muitas delas ambientalmente frágeis – ou adquiridas de loteadores ilegais. Para a construção desses bairros não contribuem arquitetos ou engenheiros, tampouco há observância da legislação urbanística ou de quaisquer outras leis, até mesmo para a resolução dos (frequentes) conflitos, para a qual não contribuem advogados, cortes, juízes ou tribunais (p. 20).

Assim, não resta dúvida de que processo de segregação sofrido pela população trabalhadora é caracterizado pelo seu afastamento espacial. Empurrada cada vez mais para longe da área central da cidade, confinada em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo, os trabalhadores mais pobres têm suas vidas ainda mais fortemente marcadas pela ausência de qualidade de vida, em todos os sentidos. Junte-se a isso, o empobrecimento crescente dos estratos baixos mais vulneráveis da classe trabalhadora urbana, que acaba sendo vitimizada, de um lado, pela expulsão das áreas centrais através de programas de remoção e renovação urbana; e, de outro, pela expulsão indireta viabilizada por alterações na legislação urbana, nos impostos e nas leis que regem o mercado do aluguel, que beneficiam a crescente especulação imobiliária (VALLADARES, 1991, pp. 102-103)

A respeito da diferenciação sobre favelas (ou aglomerados subnormais, conforme metodologia do IBGE) e invasões, Souza (2000) explica a diferença conceitual e as dificuldades de se realizar um levantamento adequado dessa categoria de habitação. Segundo a autora, favela e invasão se aproximam quanto ao sentido, mas não corresponde exatamente aos mesmos tipos de ocupação popular nas diferentes cidades:

[...] uma área originada por invasão coletiva, geralmente, constitui uma favela, mas não necessariamente uma favela origina-se por invasão coletiva, podendo ter havido permissão de uso, como no caso das pioneiras, no Rio de Janeiro (p.76).

Souza (2000) ainda atenta para o fato de que os índices referentes as áreas de ocupação coletiva por invasão são subestimados, sendo esse percentual muito maior, abrangendo outras formas de ocupação habitacional informais e uma complexidade de situações que também poderiam ser consideradas favelas, entendidas como áreas habitacionais precárias de ocupação ilegal.

Na contramão das necessidades concretas e do que poderia se supor dado as dificuldades enfrentadas para garantir o acesso à moradia, existem hoje no Brasil segundo censo realizado em 2010, pouco mais de 6,07 milhões de domicílios vagos, valor

que supera o déficit habitacional no Brasil em quase 200 mil moradias. Segundo o mesmo relatório, o estado de São Paulo é a unidade federativa com o maior número de imóveis vagos, atingindo cerca de 1,1 milhão de imóveis desocupados (IBGE, 2010).

Tabela 4 – Índice paulista de vulnerabilidade social, por grupos de vulnerabilidade (%)

	Baixíssima	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
Embu das Artes	0	9,9	32,1	23,4	23,5	11,1
São Paulo	13,3	39,5	17,2	13,6	8,9	7,5

Fonte: adaptado de SEADE, 2011

Apesar de os dados sobre a formalização das residências ser preocupante, os valores relativos à presença de saneamento do esgoto residencial no estado de São Paulo não são dos piores, ainda que comparativamente com a RMSP, onde Embu das Artes está inserido, os índices são desiguais em relação à porção norte do estado, conforme indica a figura a seguir:

Ilustração 3 – Atendimento de esgoto sanitário no estado de São Paulo em % (2010)

O município de São Paulo apresenta aproximadamente 93% de suas residências atendidas por esgotamento sanitário, em comparação, Embu das Artes possui apenas de 72,78%. Fonte: SEADE, 2011

Ao longo da próxima seção, abordaremos mais detalhadamente o surgimento do município de Embu das Artes, assim como apresentaremos dados socioeconômicos e ambientais a fim de contextualizar as características gerais do município que abrigou o conflito do Novo Pinheirinho.

1.1. Breve histórico de Embu das Artes

Embu das Artes, município assim conhecido por originar-se da aldeia do M'Boy (“cobra”, no idioma tupi), surgiu devido à atratividade decorrente da construção da capela de Nossa Senhora do Rosário, em 1628. Anos depois, um convento foi anexado ao seu prédio, obra que recebeu a contribuição de inúmeros padres artistas que trabalharam na sua decoração e edificação. Posteriormente, no fim do século XIX, a capela foi restaurada pela Cúria Diocesana de São Paulo, que reconheceu o valor desse patrimônio artístico.

Após um período de retração econômica, que atingiu toda a região de São Paulo, e se estendeu até o início do século XX, capela e convento foram tombados pelo estado de São Paulo e restaurados, tornando-se novamente protagonistas na história do distrito ligado a Itapequerica. Já em 1938, o distrito de M'Boy é denominado Embu, para somente, em 1959, ser desmembrado de Itapequerica da Serra, assumindo a posição de município.

Ilustração 4 - Fachada da capela de Nossa Senhora do Rosário na década de 1910

Fonte: Giramundocavafundo, 2013

Ilustração 5 – Escultura sacra em exposição no interior da capela Nossa Senhora do Rosário

Fonte: Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes, 2017

Desde então, impulsionado pelo valor artístico da capela e do convento, o turismo, gerado por ambos, estimulou na cidade de Embu uma expressiva produção artística e artesanal de seus próprios moradores. Soma-se a isso a frequente organização de espaços para exposição de obras musicais e de decoração residencial, conferindo à cidade uma certa “identidade artística”, expressa pelo epíteto “das Artes”, que foi incorporado recentemente ao seu nome, por meio de um plebiscito (G1, 2011).

Ilustração 6 – Fachada atual da Capela Nossa Senhora do Rosário

Foto: Acervo digital Unesp, 2013 (Luciara Bruno)

Denominada como uma instância turística, localizada na Sub-Região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Embu das Artes totaliza 45 quilômetros de extensão, em uma área total de aproximadamente 70 mil km². Destes, 60% inserem-se em área de proteção aos mananciais, restando 40% desse total para a distribuição dos cerca de 264,448 mil moradores do município, sendo 123,506 mulheres e 11,731 homens (IBGE, 2016).

Economicamente o município depende do comércio e dos serviços derivados deste, majoritariamente dedicado ao setor de antiguidades, mobiliário, objetos de arte e artesanato e, principalmente, do turismo que se desdobra desse mercado. Suas

indústrias são em grande parte do setor de transformação, construção civil e mobiliário; a atividade mineral resume-se à extração de minerais não metálicos; e a agropecuária, aos hortifrutigranjeiros e produção de flores.

Ilustração 7 – Feira de artesanato no centro de Embu das Artes.

Fonte: Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes, 2017

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) é de 0,735, posição considerada intermediária em relação aos demais municípios brasileiros (IBGE, 2016). Segundo o Plano Diretor Municipal de 2011, último documento referente à questão habitacional, Embu das Artes apresenta um déficit habitacional⁸ estimado em 8 mil famílias⁹. As ações que visam a regulação fundiária são muito restritas, por conta de

⁸ Para déficit habitacional, o Plano Diretor de Embu das Artes de 2011 relaciona as habitações precárias, domicílios em situações inadequadas, coabitações familiares, pessoas em situação de rua e ônus excessivo com aluguel.

⁹ Quando comparado com 2001 esse número era de 6 mil famílias.

Embu das Artes, como dito anteriormente, ter 60% do seu território inserido em área de proteção aos mananciais.

Tabela 5 – Produto Interno Bruto per capita nos municípios de Embu das artes e São Paulo

	PIB per Capita (Em reais correntes)	Participação no PIB do Estado (Em %)
Embu das Artes	29330,93	0,389
São Paulo	54518,71	33,957

Fonte: SEADE, 2014

No que concerne às instituições de ensino, Embu das Artes concentra 47 pré-escolas, 85 de Ensino Fundamental e 35 escolas de Ensino Médio. Sua população declarada alfabetizada soma 206,137 pessoas, ou, aproximadamente, 78% do total dos municípios. Abaixo dados relacionados à taxa de matrículas em diferentes níveis, em comparação com São Paulo e o Brasil:

Tabela 6 – Matrículas realizadas por nível de ensino nos municípios de Embu das Artes e São Paulo e em todo o país

	Embu das Artes	São Paulo	Brasil
Pré-escolar	7.180	1086871	4916525
Fundamental	35944	5330730	27825338
Médio	12475	1850513	8074881

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

Os valores referentes à taxa de abandono escolar registrados em Embu das Artes não são tão distantes dos verificados para a cidade de São Paulo. Naquele município, o Ensino Médio apresenta 5,9%, enquanto São Paulo 3,7. Para o Ensino Fundamental, Embu das Artes tem taxa de 0,9%, enquanto a capital 1%. Para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), comparamos os valores com São Paulo e com a meta municipal:

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica anos finais 2007 – 2013

	2007	2009	2011	2013
Meta municipal	4,5	4,7	4,9	5,3
Embu das Artes	3,7	4,8	4,6	5,3
São Paulo	4	4,3	4,4	4,4
Brasil	4	4,4	4,7	4,9

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

Em relação ao Índice de Áreas Verdes, valor que representa o total de áreas verdes de um município em relação à sua população, Embu das Artes tem média de aproximadamente 182 m²/hab., quando o recomendado, mesmo que não oficialmente, pela Organização Mundial de Saúde é de 12 m²/hab. Contudo, o valor muito acima do recomendado não é proporcionalmente distribuído por suas regiões, como observado na tabela a seguir:

Ilustração 8 – Coeficiente de área verde por habitante nas regiões do Município (m²)

A Mata do Roque Valente se encontra na Região Leste de Embu das Artes, área com a menor relação de cobertura vegetal por habitantes. (Fonte: PME, 2011).

1.2. A área do conflito – Mata do Roque Valente

A área que foi objeto de disputa entre o MTST e a SEAE localiza-se na porção leste de Embu das Artes, entre os bairros Jardim Santa Tereza e Parque Pirajuçara. Denominada de Mata do Roque Valente, nome de seu antigo proprietário, a área possui mais de 430 mil m², sendo dois terços inseridos em uma Área de Proteção Ambiental (APA).

As APAs são reguladas pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012) e pelo conjunto de políticas expressas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei Federal 9.985/2000). Estas são destinadas a proteger, além dos aspectos biofísicos, o interesse público e social da municipalidade em que estão inseridas. Tal dispositivo pode ser orientado pelo Plano Diretor Urbano, que, observadas todas as restrições impostas pela lei ambiental, tem o poder de indicar a destinação social do terreno.¹⁰

Ilustração 9 – A Região Metropolitana de São Paulo, Embu das Artes e a Mata do Roque Valente

Fonte: Emplasa, 2017

¹⁰ “A propriedade atenderá a sua função social” (art. 5º, XXIII da Constituição Federal de 1988).

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Embu da Artes (PMEA, 2013), a Mata do Roque Valente é formada por vegetação heterogênea, composta por espécies nativas e exóticas; nela foram registradas cerca de 30 espécies de aves, além de pequenos mamíferos e répteis. Seu entorno é constituído por alguns aspectos naturais conspícuos, como a presença de eucaliptos, pinheiros, jacarandás-bico-de-pato, algumas trepadeiras, cipós, figueiras, pitangueiras e araucárias. Existem na mata três nascentes de água, duas limpas e uma delas com parâmetros ambientais de qualidade inferior. Essa base biofísica comporta espécies de aves, como colibris, rolinhas, canário-do-mato, falconiformes, e mamíferos diversos, como gambás, ouriços e animais de criação, sendo os mais frequentes cães, gatos, bois e vacas.

Ilustração 10 – Trecho de trilha no interior da Mata do Roque Valente

Fonte: Movimento Salve Embu das Artes (2012)

1.3. Caracterização natural da Mata do Roque Valente

Com o objetivo de embasar tecnicamente a análise de possíveis soluções para os impasses já existentes em 1995, fora realizada uma análise técnica preliminar da gleba pelo arquiteto Hélyvio Guatelli e pelo geógrafo Mário de Biasi, a pedido da Prefeitura Municipal de Embu das Artes, que visava subsidiar com respaldo técnico suas decisões para a área (PMEA, 2010).

Tal estudo relacionou-se diretamente à intenção de estabelecer o local para a construção de um polo habitacional, destinado ao reassentamento da população que ocupava o entorno da Área de Preservação de Mananciais da Represa do Guarapiranga e do município de Embu das Artes. Nele, a gleba é destacada como sendo uma das poucas áreas de expressiva cobertura vegetal da região, além da caracterização dos declives, cobertura vegetal e outros aspectos técnicos, com base em plantas topográficas e análise de fotografias aéreas feitas por sobrevoo da região, no ano de 1994.

Ilustração 11 – Vista aérea da Mata do Roque Valente

Fonte: Google maps, (2017)

Como resultado deste trabalho, uma carta foi proposta pelos autores do estudo, sistematizando subsídios técnicos para a proposição de soluções alternativas para o aproveitamento da gleba, preservando seus atributos naturais mais expressivos. Nesse documento são abordados os condicionantes ambientais estabelecidos em função das declividades mais acentuadas do terreno, da presença de massas vegetais compactas e de canais de drenagem naturais, classificando os principais tipos de uso do espaço e seu entorno, revelando:

[...] nível avançado de depredação, grande presença de clareiras e campos limpos, capoeiras e formações homogêneas, principalmente eucaliptos e araucárias, indícios de significativa alteração da mata original [...] e que supõe-se constituir remanescentes da mata atlântica (PMEA, 2010).

Ao classificar a vegetação existente, os autores do estudo indicam a existência de um total de 52,12 hectares na região e, adotando como escala de análise a paisagem e suas feições mais significativas no todo, indicam a existência de 20,69 hectares preservados compreendendo: mata compacta (3,05), capoeira mais alta (2,02), capoeira com predominância de araucárias (1,0), capoeira mais baixa (4,99), lâmina de água (0,5) e várzea (9,09), ressaltando a presença de três nascentes fluviais com a manutenção de densa vegetação no entorno. Os 31,41 hectares restantes são compostos por mata degradada heterogênea (13,26), capoeira com predomínio de eucaliptos (0,69), campos sujos (1,0), campos limpos (0,44), uso urbano – habitações de baixo padrão (0,67) – e uso urbano – cemitério (2,92).

No quesito declividade, o estudo destaca os possíveis riscos do manejo inadequado do solo, indicando que, procedendo com os cuidados normais, as operações realizadas nas duas primeiras faixas de declividade (inferior a 5% e entre 5 e 12%) não envolvem riscos, crescendo estes à medida que as possíveis intervenções ocorram em declividades maiores, reafirmando que, por motivos legais e estruturais, qualquer ação que vise a movimentação do solo seja realizada apenas até o limite de 30% de declividade, com cuidados específicos que cada tipo de solo exige.

No mesmo documento é feita uma análise do uso urbano, através da comparação de registros fotográficos de épocas distintas, indicando a crescente atividade

imobiliária no entorno, a ausência de equipamentos sociais, os problemas fundiários, o desemprego ou subemprego, a ausência de identidades com o meio etc., formando, segundo palavras dos autores:

[...] um cenário extremamente propício à ocupação irregular, depredação da paisagem e inconformismo social. Neste contexto, a paisagem é interativa, reflete a relação hostil indivíduo-sociedade e exhibe a expressão da qualidade de vida do ser que se sente excluído; em outras palavras, a raiz do problema é cultural, a causa é política e as consequências se manifestam no urbano conflagrado (PMEA, 2010).

Em suas conclusões, são apresentados os limites críticos da gleba e que são amparados legalmente para a preservação, faixas marginais aos cursos de água, várzea, lâmina de água, entorno das nascentes e mata de araucária, assim como alguns trechos de capoeira alta. Porém, ressalta-se que, fora destes, é cogitado o uso econômico das capoeiras baixas, campos limpos, campos sujos e formação homogênea de eucaliptos, se precedido de estudo específico e executado com extrema cautela, abrindo o precedente para esse uso, mesmo que condicionado por método técnico-científico específico.

1.4. A Mata do Roque Valente em perspectiva: breve histórico do conflito

A Mata do Roque Valente foi alvo de uma disputa judicial desde 1986, quando moradores da região reivindicavam do poder público a utilização do fragmento composto pela Mata do Roque Valente como parque ecológico, a fim de manter as características naturais do mesmo. Contudo, o terreno ficou sem uso, abandonado, situação que mudou em 1988, ano em que ocorreu uma mobilização dos movimentos por direito à moradia pelo uso do terreno para a construção de moradia.

Naquele período, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) adquiriu o terreno com vistas a construir um conjunto habitacional em cerca de 35% do total do terreno. Em seu restante, 9% seriam destinados à construção de equipamentos públicos, como escola, posto de saúde, área de

lazer e posto policial, reservando-se mais da metade do terreno para um parque ecológico (PMEA, 2013).

Apesar dessa aquisição pela CDHU, a área permaneceu abandonada, tão somente com a abertura de um espaço usado como campo de futebol amador e algumas trilhas utilizadas pela população do entorno para reduzir os seus deslocamentos no bairro. Além disso, esses espaços passaram a ser usados para venda e consumo de entorpecentes, o que tornou a área mais perigosa, mais com assaltos, colocando a população do entorno em uma situação de crescente vulnerabilidade.

Finalmente, em 2006, a aquisição pela CDHU foi contestada judicialmente por uma ação impetrada pela SEAE, que solicitava que o terreno não fosse utilizado para o projeto habitacional, mas apenas para a formalização do parque, mantendo-se a área preservada e reflorestando a área já desmatada.

Sabendo da demanda judicial da SEAE, o MTST organizou-se em março de 2012 para realizar a ocupação do terreno em questão, que se tornou conhecido como “Novo Pinheirinho”. A ocupação tinha como objetivo pressionar o poder judiciário a manter a proposta de construção de moradias populares no terreno já adquirido pela CDHU.

Disso surgiu o embate entre os dois movimentos, o que em uma ação judicial de reintegração de posse, com a consequente desocupação da área da mata, impetrada pela figura de Maria Isabel Hodnik, da SEAE, e prontamente acatada pela juíza Bárbara Carola Cardoso de Almeida. Essa decisão acirrou os ânimos entre os movimentos, visto que a análise da ocupação pelo técnico da Justiça não foi efetivada, tendo o responsável alegado falta de segurança para fazê-lo – ainda que não houvesse ocorrido nenhuma tentativa com escolta policial ou algo semelhante (CMI, 2012).

Ilustração 12: Assembleia realizada pelo MTST na área compreendida pelo campo de futebol na ocupação Novo Pinheirinho

Fonte: Centro de Mídia Independente

Além da reintegração de posse, a juíza determinou que fosse cobrada dos coordenadores do movimento dos sem-teto, uma multa de R\$50 mil por dia de ocupação, em caso de descumprimento da decisão, chegando a somar um valor superior a R\$800 mil.

Em declaração dada na época para uma reportagem do Jornal na Net, Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST, se referiu à decisão judicial como uma estratégia para intimidação:

O objetivo da juíza era que a gente ficasse assustado e deixasse o terreno. O nosso ato e a nossa presença no terreno deixa bem claro que a juíza nem atingiu e nem vai atingir essa meta [...] achamos que a juíza não tem condições de julgar esse processo” (Jornal na Net, 24.05.2012)

Em nota divulgada em seu site, o MTST denunciou o que no seu entendimento caracterizava a parcialidade da sentença, confirmando o interesse da proprietária do terreno, a CDHU, em realizar as obras em parte da área, sendo impedida por motivos alheios aos técnicos e legais:

Decisão marcada por parcialidade, a tal ponto que a própria CDHU, proprietária do terreno, entrou com ação na Corregedoria do Judiciário contra esta senhora. Além disso, há o curioso fato de que a escrevente da Vara comandada pela juíza, Aurora Hodnik, é irmã da autora da ação que propõe a retirada o impedimento da construção, Maria Isabel Hodnik, que representa um setor elitista da região que se traveste de ambientalista.”

Após cerca de um mês da decisão, a juíza informou à polícia que estaria recebendo ameaças de morte por ligações telefônicas. As ligações teriam sido feitas em telefone público na rua da ocupação Novo Pinheirinho, o que teria aumentado o clima de animosidade criado pelo conflito. Na ocasião, a juíza Barbara de Almeida escreveu um artigo (Eu sou juíza e estou ameaçada de morte) no jornal Folha de São Paulo retratando sua situação:

Comecei na magistratura há 20 anos. Há 18, estou aqui em Embu das Artes. Em todos esses anos e por todos os fóruns em que já passei, nunca tive a minha vida ameaçada. Nem mesmo quando julguei grandes processos criminais envolvendo o crime organizado. Há pouco mais de um mês, ordenei a desocupação imediata de Área de Proteção Ambiental (APA) pertencente à CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). Ela havia sido invadida por integrantes do MTST, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Segui o que manda a legislação ambiental brasileira, uma decisão que favorece a comunidade como um todo, no presente e no futuro. A partir daí, porém, recebi ameaças de morte, inclusive registradas pela Polícia Militar, por conta de minha sentença favorável à manutenção da APA. Fiquei sinceramente espantada. Nunca imaginei que alguém pudesse tentar me coagir por defender o meio ambiente. É como o desembargador Roque Mesquita disse em um artigo: "Ser magistrado no Brasil se tornou uma profissão de risco". Fato. [...] Foi muito ruim ouvir uma voz ao telefone ameaçando me matar. Claro que sinto medo. Sou humana. É normal. Passei a dispor de escolta policial 24 horas por dia. Nesse período, não podia ir ao shopping sozinha, não podia ir ao mercado nem encontrar os amigos sem um segurança por perto [...] Curiosamente, o que mais eu sentia além de medo era constrangimento! Fiquei constrangida por tirar policiais das ruas, que estavam trabalhando em prol da segurança da população, para servir à segurança de uma única pessoa: eu [...]” (FOLHA DE SÃO PAULO, 13.07.2012)

Após muitas manifestações realizadas e decisões judiciais pouco favoráveis, ainda com o terreno ocupado, mas já com uma reintegração de posse sob responsabilidade da PM, o MTST realizou, em julho de 2013, a interdição da rodovia

Régis Bittencourt, que conecta o município de São Paulo à Região Sul do Brasil, ação que foi decisiva para a resolução desse conflito (AGÊNCIA BRASIL, 2013).

A manifestação garantiu que representantes do MTST fossem recebidos pelo então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e sua equipe. O resultado, até certo ponto surpreendente e imediato, foi o compromisso do governo estadual de destinar a área da mata Roque Valente à construção de moradias populares, seguindo o projeto inicialmente elaborado pela CDHU, tendo o MTST se comprometido a desocupar pacificamente o terreno. O aparato legal necessário foi confirmado com a classificação do local como área mista, designação prevista na lei municipal 2024/2002, que determina a criação de uma APA como uma unidade de gestão integrada, aliando a preservação dos maciços de importância ecológica, com as diferentes demandas sociais existentes na localidade. (PMEA, 2014).

Ilustração 13 – Militantes do MTST comemoram a vitória e desocupam a Mata do Roque Valente

Fonte: Jornal Linhas Populares, 2014

Como consequência direta do compromisso firmado pelo governador de São Paulo, somada à confirmação da legalidade do uso do terreno como uma APA de uso misto, em setembro de 2013, ocorreu a eleição para o conselho gestor da APA, responsável por discutir e deliberar as ações para a área. A lei determina que o conselho tenha mais quatro representantes da sociedade civil e seja composto por 2 representantes de entidades (Oscips ou ONGs) ligadas à defesa do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, 2 de associações ou movimentos populares de habitação, 1 de associação de moradores, 1 de entidades empresariais, todos com atuação em Embu, e 4 da população com domicílio na cidade (JORNAL LINHAS POPULARES, 2013). A SEAE não apresentou representantes; e do MTST, a militante Vanessa Aderaldo de Souza foi eleita como representante junto às demais representações contempladas.

Em fevereiro de 2014, os governos do município e do estado anunciaram definitivamente o fim da disputa judicial, permitindo, assim, a execução das obras necessárias para a instalação dos equipamentos previstos (CAMARA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES, 2014). Representando o governo do estado participou da reunião o então secretário de habitação Silvio Torres, que confirmou a intenção de construir os condomínios, assim como o parque:

"Daqui pra frente é concretizar a ação. Um projeto já tem um diagnóstico feito, já foram feitos todo o levantamento da área. Conversamos com o prefeito Chico Brito, a nossa ideia é fazer um chamamento permitindo que as empresas se candidatem a fazer a obra e aí não só fazer as 1200 moradias, mas também implantar o Parque" (Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Embu das Artes, 2014)

A partir de então, as discussões acerca dos detalhes do projeto, como a adequação do campo de futebol já existente no terreno, assim como outros encaminhamentos relacionados à administração da área são discutidas no âmbito do conselho gestor da APA. Contudo, a construção dos três condomínios – dois prédios com 393 apartamentos e outro com 686 – em 26% do terreno e equipamentos previstos para a área de 437 mil metros quadrados, estão paradas desde o período de 2016.

1.5. “Não era apenas pelos 20 centavos” e o impasse na Mata do Roque Valente

Vale destacar que é impossível compreender a rápida e surpreendente solução para esse empasse judicial, precipitada pelo bloqueio da rodovia Régis Bittencourt acima descrito, sem contextualizar tal ação no âmbito do período de turbulência política, que tomou a cena das grandes cidades brasileiras, no ano de 2013. Nesse período, muitas manifestações tomaram as ruas entre junho e julho, no que ficou conhecida como “jornadas de junho”, ou ainda “revolta dos 20 centavos”.

Em que pese o fato de que essas manifestações eram profundamente heterogêneas no que diz respeito à origem social de seus participantes, bem como de suas bandeiras, que iam da extrema esquerda a bandeiras tipicamente conservadoras ou de direita, não se pode negar que as ditas jornadas de junho tiveram um peso fundamental na cena política daquele período, conduzindo a determinadas tomadas de posição do poder público, tendo em vista garantir a governabilidade.

Para compreender a situação vivida pelo país na ocasião, é importante aprofundar um pouco a análise sobre tais manifestações, cujo início esteve ligado ao aumento da passagem de ônibus no município de São Paulo (os ditos 20 centavos a mais que nomearam o movimento). Para Mike Davis (2013, p. 09), a situação de São Paulo se assemelhava à de Los Angeles e à de outras tantas áreas urbanas no mundo, em que, “nas nossas ruas, o direito à mobilidade se entrelaçou fortemente com outras pautas e agendas constitutivas da questão urbana, como o tema dos megaeventos¹¹ e suas lógicas de gentrificação e limpeza social”.

O início do movimento no Brasil foi marcado por algumas manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), organização que luta pela gratuidade do transporte público. A repressão desproporcional impetrada pela Polícia Militar de São Paulo, materializada em balas de borracha que atingiram manifestantes e jornalistas, sensibilizaram parte importante da sociedade, alterando inclusive até mesmo

¹¹ Especificamente a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas 2016, realizadas no Rio de Janeiro, realizada em 2016.

a posição inicial de parcela da dita “grande imprensa” sobre as manifestações (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013; FERRARI, 2014).

Fato é que após a repercussão negativa da violência policial, associada à adesão de parte da imprensa nacional ao discurso que defendia a “legitimidade dos protestos sem vandalismo”, fizeram com que as manifestações ganhassem o país, sobretudo as capitais de estado. Inicialmente, o foco das mobilizações parecia estar fortemente associado à necessidade de melhorias dos serviços públicos básicos, especialmente, transporte, saúde e educação, no entanto, em pouco tempo, outras pautas foram sendo incorporadas ao movimento, assim como novos atores políticos. (Singer, 2013).

Podemos citar a luta contra a aprovação da PEC 37 (projeto de Emenda Constitucional 37, que garantiria o poder de investigação exclusivamente às Polícias Federal e Civil dos estados, excluindo o Ministério Público Federal), da luta contra o projeto de “cura gay (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013), que permitia que profissionais da área da Psicologia oferecessem “tratamentos para modificar a orientação sexual de seus pacientes” e, talvez a que tenha tido maior adesão dos meios de comunicação e, por consequência, das redes sociais e parcela da população, o “combate à corrupção”, algo certamente impreciso, porém um fator claramente aglutinador.

Segundo Singer (2013), a grande aderência às jornadas se relacionou à participação de uma classe média tradicional, inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional, bem como na reação de setores do chamado “novo proletariado”, trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.

Não tão visíveis no momento em que ocorreram, as consequências dessas manifestações foram sentidas ao longo dos anos seguintes. Mesmo após a realização das eleições presidenciais em 2014, o clima de instabilidade política estava posto, o que pode ser ilustrado pelo pedido de auditoria das eleições, realizado pelo candidato derrotado, Aécio Neves, e seu partido (PSDB) logo após o encerramento das eleições (ESTADO DE SÃO PAULO, 2014). O tempo correu e diferentes recursos foram

impetrados contra a candidatura vencedora, na Câmara dos Deputados, no Supremo Tribunal Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal. Por fim, em função de supostas irresponsabilidade fiscais, um processo de *impeachment* foi levado adiante na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, resultando na destituição da presidenta eleita, em agosto de 2016.

Com a posse do vice-presidente, Michel Temer (PMDB), o programa de governo foi notoriamente alterado, priorizando cortes de gastos públicos e reformas pouco populares, tais como a redução de direitos trabalhistas pela alteração da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a terceirização¹² das relações de trabalho entre empregador e profissionais, a Reforma da Previdência. Programas já existentes também foram alterados – como o Minha Casa Minha Vida (MCMV), destinado à construção de moradias populares, que teve obras paralisadas e congelamento de novas contratações – ou extintos – como o Ciência sem Fronteiras, voltado à realização de pós-graduações em instituições estrangeiras com o subsídio governamental.

Dada a situação, muito diversa daquela vivenciada na metade do ano de 2013, quando o terreno seria utilizado definitivamente para o uso compartilhado, as obras para a construção dos conjuntos habitacionais se encontram paradas, sem qualquer perspectiva de avanço, aumentando a expectativa dos seus futuros moradores e de toda a coletividade envolvida na discussão sobre seus usos.

Por fim, vale destacar que o MTST teve um papel de destaque na luta contra o *impeachment* da presidenta Dilma, tendo sido capaz de articular a formação de uma frente ampla de esquerda, que protagonizou muitos dos principais episódios de luta contra a retirada de direitos perpetrada pelo “Governo Temer”: A Frente Povo Sem Medo.

¹² Lei 13.429/2017 (Palácio do Planalto, 2017).

CAPÍTULO II

MTST e SEAE: um retrato dos dois movimentos envolvidos na disputa

A partir dos anos de 1990, o tema dos movimentos sociais tomou um lugar central como objeto de investigação sob novas perspectivas analíticas, especialmente, devido a emergência de “novos movimentos sociais” antiglobalização, que impulsionaram ações coletivas que visavam responder aos avanços do neoliberalismo, bem como pelo adensamento das lutas indenitárias e das ações cidadãs estimuladas pelas novas políticas sociais públicas (GOHN, 2008; 2010; 2011). No bojo das mudanças de paradigma das ações coletivas, foi possível traçar uma distinção entre os “movimentos sociais tradicionais” e os chamados “novos movimentos sociais”. Grosso modo, os primeiros podem ser identificados entre aqueles que se constituíram a partir do mundo do trabalho tendo em vista construir uma identidade de classe, cujos protagonistas eram movimentos operários e sindicais representados, sobretudo, por trabalhadores pobres e assalariados. Já os “novos movimentos sociais” seriam aqueles que congregam tanto segmentos das classes médias quanto indivíduos que se encontram à margem do mercado de trabalho e da sociedade, orientados, sobremaneira, por outras formas de identificação social, por exemplo, como no caso do movimento negro, gay, ambientalista, feminista, pacifista, veganista, de imigrantes, de indígenas, de trabalhadores sem-teto e sem-terra, que buscam reconhecimento e visibilidade social por meio de múltiplas e variadas formas de articulação e organização, muitas vezes, constituindo espaços políticos não-institucionais a partir dos quais procuram alterar valores da sociedade de modo a interferir nas políticas estatais. Uma outra característica desses movimentos diz respeito ao fato de que suas pautas subsistem a despeito, inclusive, da efemeridade da participação de seus membros, que podem entrar e/ou sair dos grupos articulados com maior fluidez do que se dava nos movimentos ditos “tradicionais”. Essas características, sobretudo a partir do final do século XX, proporcionaram a possibilidade de uma significativa ampliação das abordagens teóricas sobre os movimentos sociais, que segundo Gohn (2010b; 2011), podem ser organizadas em cinco eixos analíticos: (i) teorias construídas a partir de eixos culturais; (ii) teorias focadas no eixo da justiça social; (iii) teorias que destacam a capacidade de resistência e sustentabilidade dos movimentos sociais; (iv) teorias pós-coloniais e (v) teorias voltadas para os processos de institucionalização das ações coletivas. Apesar da variedade e das mudanças de

paradigma que envolvem os movimentos sociais, tanto no que se refere aos “tradicionais” quanto aos “novos”, um movimento social

[...] é sempre expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que ao se organizam em articuladores e articulações formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (GOHN, 2008, p. 14).

Sendo os movimentos sociais apreensíveis por meio das diferentes articulações dos grupos organizados em ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam maneiras distintas de participação dos indivíduos na sociedade, suas ações podem também ser caracterizadas num amplo espectro que podem variar entre pressões indiretas – como uma “simples” denúncia – até a pressões mais diretas – como mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc. (GONH, 2008).

Vale destacar que dentre os novos movimentos sociais é possível encontrar aqueles que se voltaram para a constituição de parcerias diretas com o poder público e a sociedade, algumas vezes, convertendo-se em organizações do terceiro setor, por exemplo, na forma de Organizações não-governamentais (ONGs), atuando em áreas onde a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente, como na educação e saúde. Nesse sentido, as análises acerca das novas conjunturas políticas e econômicas associadas ao crescimento das políticas neoliberais nos ajudam entender o fenômeno, pois “as políticas neoliberais desorganizaram os antigos movimentos e propiciaram arranjos para o surgimento de novos atores, organizados em ONGs, associações e organizações do terceiro setor” (GONH, 2010, p.343). Em relação ao movimento ambientalista, por exemplo, diferentes ONGs surgiram após a conferência Eco-92, essa forma organizacional passou a ter muito mais importância nos anos 1990 do que os próprios movimentos sociais.

É nesse cenário em que se encontram os dois atores da sociedade que são objetos dessa pesquisa, que, por suas características correspondem aos chamados “novos movimentos sociais”: de um lado, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), e, de outro, a Sociedade Ecológica Amigos de Embu (SEAE). Apesar das flagrantes diferenças em termos de reivindicações, modalidades de ação e organização, bem como dos grupos sociais que as constituem, ambas buscam expressar uma forte atuação em torno da questão urbana, especialmente, no que tange os mecanismos de inclusão social e de melhorias das condições de habitabilidade nos centros urbanos.

Em seguida apresentaremos os dois movimentos em suas principais características, principais bandeiras, princípios e práticas e modos de recrutamento.

2. 1. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)

O crescente processo de industrialização e de urbanização dos últimos 60 anos no Brasil, bem como o alto crescimento populacional, interferiram significativamente nos ciclos migratórios e no desenho dos assentamentos humanos no país, que passou de pouco menos de 52 milhões de habitantes em 1950 para mais de 200 milhões em 2016, resultando numa expressiva mudança da paisagem urbana. Somente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), entre 1950 e 2010, esse crescimento atingiu 757%. Grande parte dessa população passou a viver nas periferias, locais marcados pela falta de infraestrutura urbana e pela ausência de aparelhos do poder público, cenário que veio a contribuir, durante as décadas de 1970 e 1980, com o surgimento de uma série de reivindicações populares coletivas pela presença do Estado, sobretudo, na forma de políticas sociais e de acesso aos direitos elementares dessa população (CALDEIRA, 2000; FELTRAN, 2008; FRÚGOLI JR., 2000; GOHN, 2010; KOWARICK, 2000; SAULE JR., 2007; SPOSITO, 1993; TELLES, 2006, 2010).

Nesse cenário, a luta popular por moradia ganhou maior relevo com o surgimento de várias associações de moradores, federações e coordenações de movimentos por moradia que buscavam somar forças. O problema habitacional passou a ser reconhecido como um problema que não está isolado de questões sociais, econômicas e políticas mais amplas, pois a desigualdade no acesso à habitação é resultado das

condições de exploração do trabalho, da acumulação do capital e do modo de produção capitalista (KOWARICK, 1979, 2000).

No final dos anos de 1980, no caso dos movimentos de moradia, a realização de ocupações já se tornava a forma privilegiada de ação coletiva dos grupos organizados, marcando uma nova estratégia de reivindicação, que ultrapassava a demarcação de lotes e a construção de alojamentos em terrenos irregulares. Momentos de formação política faziam-se cada vez mais necessários, bem como a preparação dos discursos e as formas de negociação com o poder público (de líderes dos movimentos e de famílias) dentro de um quadro de estratégias coletivamente coordenadas em torno da questão da moradia. As ocupações, assim, criaram um fato político que obrigava o Estado a enfrentar, ainda que sob a forma de repressão, as reivindicações de grupos e famílias que evidenciam as opressões e lacunas nas políticas destinadas aos mais pobres (BENOIT, 2000; BOULOS, 2010; GOULART, 2011; MIAGUSKO, 2012; POLLI; GUSSO, 2013).

Já nos anos 1990, ocorre um acirramento das políticas neoliberais no país, cujo traço mais perverso para a população pobre foi a redução das políticas sociais, consequência do avanço na consolidação do dito “Estado Mínimo”. Assim, tem-se um terreno fértil para a adoção de medidas políticas pouco populares e de grande repercussão contra os movimentos sociais, em função da retração do atendimento a seus anseios (CASTELLS, 1999). Essa tendência econômica e política gerou diversas manifestações contrárias à sua continuidade ao redor do mundo, como passeatas antiglobalização em Seattle, greves de trabalhadores de diferentes categorias no Brasil e ocupações de terrenos rurais, protagonizadas, sobretudo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, nesse cenário, viveu um momento de incremento de suas ações contra a exploração promovida pelos latifundiários¹³ (BEDUSCHI, 2002).

Uma das estratégias centrais de mobilização adotadas pelo MST foram as denominadas ocupações de terras improdutivas (acusadas por algumas instâncias

¹³Pode-se classificar um latifúndio por exploração como aquele com dimensões equivalentes a até 600 módulos fiscais (unidade que varia de acordo com o tipo de exploração, renda obtida, local considerado etc.) e que seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas, sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado. Lei n. 4504/1964.

legais, pela justiça, pela imprensa e até mesmo por parte da população de se tratarem de “invasões” numa clara tentativa de criminalizar esse tipo de estratégia). A disputa simbólica em torno da nomeação das ações coletivas (ocupação *versus* invasão), levada a cabo tanto pelos movimentos de luta pela terra quanto por aqueles que lutavam por moradia nos centros urbanos, torna-se cada vez mais relevante na medida em que a discussão abre possibilidades de se questionar os limites do direito à propriedade privada em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais e econômicas. (MIAGUSKO, 2008). Contudo, não resta dúvida de que muitas das práticas de mobilização comuns ao MST e ao MTST, sobretudo aquelas que podem ser consideradas “ilegais” e/ou “violentas”, como as ocupações de terrenos ou prédios públicos (para forçar abertura de negociações com os governos), grandes manifestações e interdições de rodovias, criam grande controvérsia nos meios de comunicação, nos quais esses movimentos, invariavelmente, acabam sendo criminalizados sob a falsa justificativa de que tratam-se de atos de vandalismo e desrespeito ao direito constitucional de ir e vir.

Ilustração 14 - Protesto interrompe fluxo de veículos em avenida da Zona Leste de São Paulo

Fonte: Mídia Ninja (2014)

Ilustração 15 - Ocupação realizada pelo MTST em Guarulhos, SP

Fonte: MTST (2017b)

O MTST é uma organização relativamente recente, formada em 1997, e de certa maneira distante do surgimento dos primeiros movimentos por moradia no Brasil, que foram fortemente influenciados pela ação dos movimentos eclesiais de base e a doutrina da teologia da libertação, ligadas a determinados setores da Igreja Católica. Esses movimentos, surgidos na década de 1960, também organizaram diferentes demandas fundiárias em torno da União dos Movimentos de Moradia (UMM), e outras, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que posteriormente seria uma organização de referência para a criação do MTST (Goulart, 2001).

Apesar do MTST ter uma grande expressão nos grandes centros urbanos, sobretudo, em São Paulo, a sua história está amplamente relacionada à história da luta dos trabalhadores rurais, especialmente, do MST. Entretanto, essa trajetória é marcada por certa controvérsia, como sugerem os trabalhos de Sonia Lima (2004) e Débora Goulart (2011), que partir dos depoimentos de “novos” e “antigos” militantes, buscam resgatar os fatos e articulações que contribuíram para o surgimento do MTST. Uma das vertentes sobre o “nascimento” do MTST sugere que durante os anos de 1993 e 1994, quando o MST organizava os processos de preparação da ocupação de terras no Estado de São Paulo, identificou-se que os militantes apresentavam um perfil menos campesino: “eram famílias que queriam continuar lutando, mas que não queriam voltar

para o campo” (LIMA, 2004, p.139). Tal característica sinalizava para a necessidade de mudanças na estrutura de organização do MST sinalizando a importância crescente da questão urbana no âmbito do movimento. Já em outra vertente, a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça¹⁴”, ocorrida em 1997, rumo à Brasília, é considerada o fator decisivo na criação do MTST. Durante a Marcha evidenciou-se a drástica redução da população rural e a necessidade de criação de focos de organização do MST dentro das cidades, onde se encontravam muitos trabalhadores do campo (CHAVEZ, 2000; LIMA, 2004; GOULART, 2011). Os conflitos que marcaram o Pontal do Paranapanema também surgem como uma provável gênese da história do MTST, quando se buscou uma alternativa diante da necessidade de redefinir a linha de ação do MST, naquela região, frente à mudança de orientação política do governo do estado no enfrentamento do conflito fundiário. Como bem resume Oliveira (2010)

As razões para todo este interesse do MST nas lutas urbanas são entendidas de diferentes maneiras, de acordo com as distintas lideranças. Uns dizem que diante da mudança do perfil da população camponesa, do aumento do êxodo rural e da concentração da vida nas cidades uma alternativa para o fortalecimento da luta do campo pudesse ser realizada com a participação dos marginalizados da cidade. Outros afirmam que a luta pela reforma agrária e a reforma urbana deveriam ser travadas juntamente, daí a necessidade da criação de um movimento na cidade que pudesse fortalecer a luta. Ainda tem os que dizem que a proposta de criação do Trabalhadores Sem-Teto foi uma alternativa diante da necessidade de redefinir a linha de ação do MST, na região do Pontal de Paranapanema, no estado de São Paulo, frente à mudança de orientação política do governo do estado no enfrentamento do conflito fundiário” (OLIVEIRA, 2010, p.28).

Apesar das ambiguidades da gênese histórica do MTST, a organização do movimento, como hoje o conhecemos, teria um marcador mais evidente: iniciado em Campinas (SP), em agosto de 1996, quando foram estabelecidos vínculos com os participantes de três ocupações urbanas em curso na cidade, organizadas por outros movimentos populares de luta por moradia, mas que ainda estavam desarticuladas entre si. A reunião dessas três ocupações congregou aproximadamente três mil famílias, na

¹⁴Tal marcha partiu do centro da cidade de São Paulo em direção a Brasília e pretendia, com a divulgação desse ato, pressionar o governo federal, assim como a opinião pública, pelo aniversário de um ano do massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, Pará, no qual 19 integrantes do MST foram assassinados pela Polícia Militar do Estado.

primeira grande articulação do MTST, foi um marco político que contribuiu para a consolidação das ocupações urbanas como principal estratégia de reivindicação desse movimento. Embora a forte repressão policial a suas manifestações e ações tenha marcado a trajetória inicial do movimento, no ano seguinte, na cidade do Rio de Janeiro¹⁵, o MTST organizou duas novas ocupações que também foram desmanteladas (LIMA, 2004; GOULART, 2011). Todavia, os objetivos do MTST foram ficando mais claros e seguindo pelos princípios da luta pela reforma urbana, por um modelo de cidade mais justa e por moradia digna ao conjunto da população (BOULOS, 2014; CHAVES, 2000; GOULART, 2011; LORENA, 2012). O MTST é hoje responsável por diversas ocupações de áreas urbanas espalhadas pelo país e conta com 40 mil famílias que vivem em algum tipo de ocupação¹⁶, além de milhares de famílias que participam de núcleos, que se encontram em reuniões, assembleias, cursos de formação, manifestações públicas e mobilizações para o empreendimento de novas ocupações.

As ações do movimento, principalmente na última década, ganharam uma enorme repercussão nas grandes cidades do Brasil, especialmente em São Paulo, produzindo outras possibilidades de mobilização e formação de laços de interesse e coesão entre diferentes setores dos trabalhadores pobres, especialmente das periferias das metrópoles. Nesse cenário, o MTST se reconhece como um movimento de trabalhadores urbanos que, para além da moradia luta por transformações sociais, visando a constituição do que denominam como “poder popular, ou seja, a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores”, devendo, ainda, “combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos, formar militantes e acumular forças no sentido de construir uma nova sociedade pautada em valores socialistas” (MTST, 2013).

¹⁵ Em dezembro de 1997, organizou-se na cidade do Rio de Janeiro a primeira ocupação. A forte repressão do governo Marcelo Alencar levou ao desmantelamento dessa ocupação. Como não houve dispersão dos participantes, o movimento realizou, a seguir, outra ocupação. Esta ocupação também foi alvo de despejo, resultando, contudo, num acampamento de 350 famílias. Um ano depois, foi realizada outra ocupação em Campo Grande, que reuniu 1.500 famílias. Esta última ocupação acabou se transformando em um acampamento, denominado Che Guevara. Este acampamento, também, foi desmantelado. Os participantes que restaram organizaram um acampamento na Avenida Brasil, que durou 15 dias, quando, então, as famílias voltaram a ocupar a mesma área anterior. O MTST, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, chegou a ter 2.001 famílias assentadas em três regiões: 1.600, em Sepetiba; 360, em Nova Iguaçu e 41, em Bangu.

¹⁶ Para exemplificar o volume de famílias que podem viver em uma única ocupação, utilizamos três exemplos que configuraram as páginas dos jornais nos últimos meses como Vila Nova Palestina (com 8.000 famílias em São Paulo), Favela da Telerj (com 5.000 famílias no Rio) e Copa do Povo (com 4.000 famílias).

É preciso ressaltar que, em sua grande maioria, os trabalhadores que se aproximam do MTST fazem parte das camadas mais pobres da população nas grandes cidades, cujas trajetórias são marcadas pelo trabalho infantil, migração em busca de trabalho, baixa ou ausência total da escolarização e inserção no mercado de trabalho informal, portanto, sem acesso a qualquer tipo de direito trabalhista. São esses mesmos trabalhadores que enfrentam as situações mais perversas no que tange ao acesso à moradia, vitimados pela intensa especulação imobiliária que obriga enormes contingentes de moradores das metrópoles a morarem muito distante de seus empregos e a pagarem valores abusivos em forma de aluguel ou financiamento imobiliário. Para além disso, muitas das famílias engajadas no MTST vivem “de favor” na casa de parentes ou amigos, “opção” que precisa ser tomada diante da ameaça constante de perder os laços com um lugar próprio de moradia e ser lançado na condição de “moradores de rua”. (BOULOS, 2014; MTST, 2013)

No mesmo sentido, não seria exagero dizer que os trabalhadores e trabalhadoras que se engajam no MTST fazem parte dos grupos que se percebem excluídos da sociedade em diferentes sentidos e, portanto, também das suas formas de organização e participação cívica. Tratam-se de grupos que, em geral, não conseguem se fazer ouvidos e respeitados pelas instâncias regulares de decisão, nem tampouco acolhidos pela oferta de atendimento de qualidade para necessidades básicas, como saúde, educação e habitação. Dessa forma, ao focar sua ação nas periferias das grandes cidades, o MTST encontra um grande volume de pessoas que se identificam com suas causas e que, ao tomarem consciência de que podem fazer suas demandas serem atendidas ao se integrar a esse movimento, que excede a questão da moradia, costumam aderir ao mesmo com grande dedicação:

Nós trabalhadores temos várias formas de nos organizar em busca de nossos direitos. Nas fábricas e nas empresas, nos organizamos por meio dos sindicatos. No território periférico, os bairros em que moramos, nos organizamos em movimentos populares. O MTST atua nas periferias para fazer a luta por nossos direitos. Por isso é um movimento territorial. [...] As cidades em que vivemos são divididas por grandes muros invisíveis. De um lado está a cidade dos ricos, como muito luxo, universidades, hospitais, onde tudo funciona bem. Lá só entramos pela porta dos fundos e pelo elevador de serviço. Do outro lado do muro estão as periferias, onde falta tudo. Aqui, o governo só aparece com a polícia para nos humilhar e reprimir (MTST, 2013, p.2-4).

Para garantir uma atuação eficiente, operando no sentido de aumentar o nível de consciência e participação de seus integrantes, o MTST lança mão de estratégias muito precisas que passam, por exemplo, pela escolha dos terrenos a serem ocupados, a localização das ocupações, datas e locais dos atos públicos a serem realizados, distribuição dos possíveis benefícios adquiridos pela sua mobilização, escolha dos representantes junto às esferas públicas de discussão possíveis, tendo em vista dar o máximo de visibilidade às suas ações e aumentar a margem de negociação da agenda do movimento com o poder público. (BOULOS, 2012).

Ilustração 16 - Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST, em assembleia realizada na ocupação promovida na avenida Paulista

Fonte: MTST (2017a)

A ocupação dos terrenos, como estratégia central do movimento, tem, evidentemente, como objetivo principal criar as condições adequadas para o atendimento das demandas habitacionais nas grandes cidades, e, conseqüentemente, auxiliando na conquista da plena cidadania de seus integrantes. Não resta a menor dúvida que a luta por moradias dignas é uma bandeira suficientemente legítima e autêntica para mobilizar grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras, no entanto, a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, segundo o MTST, não deve se esgotar na conquista da

“casa própria”. Nesse sentido, Boulos (2012) destaca que o projeto político do MTST não se esgota na questão habitacional ou por melhorias na qualidade dos serviços e infraestrutura urbana. A pretensão do MTST é organizar os trabalhadores que vivem nas regiões periféricas dos grandes centros brasileiros em uma luta que questiona o papel do Estado na garantia de direitos, visto que há uma compreensão de que o Estado apenas confirma as desigualdades existentes, favorecendo o poder do capital nas decisões do que é público. Assim, esse movimento amplia sua luta para chegar na construção de uma sociedade socialista, na qual se elimine a exploração dos trabalhadores e que todos possam usufruir daquilo que é produzido pela sociedade igualitariamente (MTST, 2013).

2.1. A atuação do MTST

O MTST tem em suas intenções questionar o sistema econômico vigente, assim como suas consequências para as camadas mais populares da sociedade, como sugere sua cartilha de princípios:

O capitalismo é nosso inimigo. A sociedade em que vivemos é capitalista. O que isso quer dizer? Quer dizer que as leis, o governo, a justiça foram organizados para beneficiar um pequeno grupo de gente muito rica, que é a classe capitalista. Os patrões, proprietários de terra e banqueiros têm poder por terem dinheiro. E têm dinheiro por explorarem nosso trabalho. No capitalismo é assim: muitos trabalham e poucos têm dinheiro. Por isso lutamos contra ele (MTST, 2013, p.3).

Na luta contra o capitalismo, a questão da moradia torna-se, também, um item fundamental para o desenvolvimento pleno da cidadania e seu apelo perante aqueles que necessitam de moradia é inegável. Assim, a decisão de ocupar áreas endividadas, ociosas ou com pendências jurídicas históricas nas periferias das cidades é estratégica no processo de enfrentamento à acumulação de capital. Além disso, os espaços periféricos existentes nas grandes cidades, caracterizados pela baixa oferta de serviços públicos de qualidade – quando não totalmente ausentes, haja vista a cobertura de coleta e tratamento de esgotos nas cidades brasileiras – são classificados como de crise, ou seja, apresentam imensas dificuldades para a devida atenção básica das necessidades de suas

populações – como aquelas afligidas por catástrofes naturais. Porém, esses espaços são menos aparentes e competitivos quanto à visibilidade do sofrimento, e, portanto, deficitários no recebimento de atenção e volume de recursos (ULTRAMARI, 2006). A maior parcela da população carente das grandes cidades se encontra presente nessas regiões, comumente pagando um valor alto na locação de uma casa ou apartamento, não raro precários, morando de favor na residência de familiares e amigos, ou outra solução improvisada de moradia, conforme diversos relatos ouvidos durante as visitas às ocupações e à sede do MTST.

O déficit habitacional é um importante indicador do problema da moradia em nosso país. Ele concentra duas importantes dimensões: (i) *a deficiência do estoque de moradias*, ou seja, a necessidade de construção de novas unidades habitacionais, incluindo nessa conta as moradias sem condições de serem habitadas (insalubres); de coabitação familiar forçada; casa de cômodo; cortiços; os caos de ônus excessivo com aluguel urbano (mais de 30% da renda familiar com aluguel); habitações alugadas com grande densidade populacional; domicílios rústicos (sem paredes de alvenaria); domicílios improvisados (embaixo de pontes, carcaças de carros; barracas ocupações) e (ii) *a inadequação de domicílios*, ou seja, reflete problemas na qualidade de vida em relação à moradia.

A inadequação, não necessariamente, indica a obrigação de construção de novas moradias, pois inclui domicílios carentes de infraestrutura; habitações próprias com grande densidade populacional; inadequação fundiária (quando a família é dona da casa, mas não do terreno); aglomerados subnormais (favelas); cobertura inadequada (telhado de zinco, madeira aproveitada); inexistência de unidade sanitária domiciliar (domicílio que não dispõe de banheiro exclusivo). Em linhas gerais, o déficit habitacional tem sinalizado que no Brasil a maior parte da população sem casa é também a mais pobre, justamente aquela que não conforma demanda habitacional nem para o mercado nem para o próprio poder público. Nesse sentido estamos falando das famílias mais vulneráveis de nossa sociedade

Tabela 8 - Déficit habitacional por situação do domicílio e déficit habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados

	2013				2014			
	Total	Urbana	Rural	Total Relativo	Total	Urbana	Rural	Total Relativo
Norte	652.998	508.147	144.851	3,7	632.067	498.787	133.280	12,8
Nordeste	1.844.141	1.275.263	568.878	10,8	1.900.646	1.389.189	511.457	10,8
Sudeste	2.246.364	2.192.692	53.672	7,9	2.425.679	2.376.198	49.481	8,3
São Paulo	1.254.089	1.240.381	13.708	8,7	1.327.408	1.308.685	18.723	8,9
RMSP	629.891	628.827	1.064	9,3	625.759	623.680	2.079	8,9
Sul	628.104	581.579	46.525	6,3	645.189	608.807	36.382	6,3
Centro-Oeste	474.433	453.158	21.275	9,5	464.480	442.270	22.210	9,0
Brasil	5.846.040	5.010.839	835.201	9,0	6.068.061	6.315.251	752.810	9,0

Fonte: IBGE. 2014. (Elaboração própria.)

Tabela 9 - Distribuição percentual do déficit habitacional urbano por faixa de renda média familiar mensal (Salários mínimos)

Faixas de Renda do Programa Minha Casa Minha Vida								
	2013				2014			
	Até 3	Mais de 3 a 6	Mais de 6 a 10	Mais de 10	Até 3	Mais de 3 a 6	Mais de 6 a 10	Mais de 10
Norte	79,6	14,2	4,1	1,1	79,5	14,9	3,4	2,2
Nordeste	89,9	6,9	2,0	1,1	88,2	8,5	2,0	1,2
Sudeste	82,3	3,5	2,9	1,2	83,7	13,3	2,9	1,0
São Paulo	80,3	5,3	3,0	1,4	80,8	15,1	3,3	0,8
RMSP	78,0	1,4	4,2	1,4	80,2	15,4	3,8	0,7
Sul	76,8	17,1	4,4	1,7	78,2	15,4	4,1	2,3
Centro-Oeste	83,5	10,1	3,9	2,5	83,9	10,3	3,5	2,4
Brasil	83,4	12,0	3,1	1,5	83,9	11,8	2,9	1,4

Fonte: IBGE. 2014. (Elaboração própria.)

Essa segunda tabela revela que a maior parte das famílias que precisam de moradia também são aquelas que não possuem renda suficiente para pleitear os programas habitacionais do governo, por isso a importância e luta pela manutenção do Minha Casa, Minha Vida – Entidades, no qual se enquadrava o MTST, visto que nele as famílias da faixa 1 de renda conseguiriam acessar o crédito imobiliário.

Tabela 10 - Déficit habitacional urbano por situação do domicílio por domicílios vagos em condição de serem ocupados

	2013		2014	
	Déficit habitacional urbano	Domicílios vagos (estoque de mercado)	Déficit habitacional urbano	Domicílios vagos (estoque de mercado)
Norte	508.147	354.219	498.787	351.522
Nordeste	1.275.263	1.542.344	1.389.189	1.596.889
Sudeste	2.192.692	2.559.801	2.376.198	2.525.780
São Paulo	1.240.381	1.339.997	1.308.685	1.158.542
RMSP	628.827	605.422	623.680	523.876
Sul	581.579	786.909	608.807	886.546
Centro-Oeste	453.158	453.486	442.270	480.068
Brasil	5.010.839	5.696.759	5.315.251	5.701.608

Fonte: IBGE. 2014. (Elaboração própria.)

Essa tabela, finalmente, demonstra que existem mais imóveis vazios no Brasil do que a demanda por moradia, como já discutimos anteriormente.

Como consequência das precárias condições de vida e moradia nas periferias dos grandes centros urbanos, o MTST tem seu foco nessas áreas carentes de diversos serviços públicos, tanto para a realização de ocupações quanto para a formação dos seus quadros de militantes. A aproximação com essa parcela da população ocorre, sobretudo, pelos processos de reconhecimento das ocupações por parte da comunidade do entorno, que se identifica com as causas do movimento. Segundo dirigentes do MTST, caso optassem por realizar as ocupações de imóveis desocupados nas regiões centrais dos municípios, a possibilidade de encontrar ressonância nas vizinhanças diminuiria consideravelmente, por ser este um espaço geralmente privilegiado nas cidades, destinado

aos negócios e moradias de padrão superior àquelas localizadas nas periferias. Logo, diferentemente dos outros movimentos de luta por moradia com foco nos edifícios desocupados nas áreas mais centrais da cidade, a questão habitacional para este movimento é apenas mais uma das demandas que se quer resolver, utilizada também para o engajamento de novos participantes e, conseqüentemente, para o fortalecimento do próprio MTST. Nas falas do entrevistado José, dirigente do MTST (35 anos, professor em São Paulo):

A opção de atuar nas periferias é motivada por não ser um movimento de moradia; nos centros, as ocupações estariam isoladas, em um meio hostil. No centro seria um combate à gentrificação, uma ocupação de resistência à lógica mercadológica, mas não se irradiaria, sendo os centros o local do comércio, capital etc. Já nas periferias você consegue acumular força e trabalho de base para além da ocupação, pois os bairros do entorno são a mesma base social dentro da perspectiva de acúmulo de forças. (José, 35 anos, coordenador nacional do MTST em entrevista realizada em 15 dez. 2013.)

Essa estratégia exige que seus militantes atuem em diversos locais, mesmo que não sejam moradores da cidade em que se mobilizam. O processo começa com ocupações simbólicas, indicando a intenção de diálogo acerca do uso de uma determinada área urbana, para, posteriormente, ocupá-la em definitivo. Paralelamente, seus militantes divulgam seus princípios e intenções, esclarecendo e sensibilizando as pessoas da região para que se sintam estimuladas a participar do processo:

E quando teve essa ocupação aqui no Embu, foi o período que eu tive o primeiro contato com o MTST, uma senhora que morava na rua da minha casa, ela já vinha de uma ocupação chamada “Che Guevara”, que aconteceu no Taboão [da Serra] há uns sete anos atrás. E ela fez um barraco nessa ocupação com a filha dela e ficou: “Vamos, vamos, vamos, vamos! [...]” (Amanda, 42 anos, militante do MTST)

Uma vez que a população local começa a se integrar ao movimento, um cadastro é realizado, são construídos os barracos e criadas as coordenações de núcleos entre seus militantes no interior das ocupações. Os coordenadores de diversos setores da ocupação organizam a distribuição espacial dos barracos, das vias de trânsito de pessoas,

bem como dos suprimentos básicos, como água, alimentos e materiais de construção (lonas e madeiras) para todos os participantes. Este processo é parte vital da forma de ação do MTST, dado que a participação em assembleias, atos e outras atividades do movimento é considerada fundamental na formação dos chamados coletivos. Estes são agrupamentos internos que se responsabilizam por tarefas diversas e são divididos, basicamente, duas categorias de coletivos: o *coletivo político* e o *coletivo setorial*. No interior de cada um desses coletivos são distribuídos e articulados diferentes setores. No coletivo político estão alocadas a *coordenação nacional*, a *coordenação estadual* (instâncias deliberativas), a *coordenação regional* e a *coordenação de acampamento* (responsáveis pela articulação entre os coletivos e os militantes). Os coletivos setoriais são distribuídos em oito núcleos vinculados à coordenação regional e à coordenação de acampamento, são eles: *organização*, *autodefesa*, *autossustentação*, *articulação*, *formação*, *comunicação* e *núcleo comunitário*. A coordenação de acampamento é responsável pelas assembleias e pela organização desses oito núcleos em cada acampamento.

Essa organização está presente em nove estados nos quais o MTST atua hoje: Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Tocantins, cada representação tem mandato de seis meses, podendo ocorrer destituição destes em decisão dos coordenadores caso exista desacordo interno.

Ilustração 17 - Ocupação Nova Palestina, realizada na zona Sul de São Paulo

Fonte: Agência Brasil (Marcelo Camargo, 2014)

A participação dos integrantes do MTST em atos políticos, assembleias e atividades de formação política e cultural é contabilizada por meio de um “sistema de pontuação” adotado para a destinação dos possíveis benefícios adquiridos, como bolsa aluguel, cartas de crédito ou uma oportunidade de trabalho em construções ligadas às suas ações. Além dos itens acima, são considerados ainda critérios oficiais de escolha, como a não seleção em programas habitacionais anteriores, a idade do militante, o gênero e o número de pessoas na família pleiteante. Esse “sistema” é fundamentado na atribuição de pontos a cada participação em eventos distintos organizados pelo MTST, o que notoriamente estimula a presença de um grande número de militantes. Isso é realizado em conjunto com a análise de critérios socioeconômicos, tais como a renda e a idade do militante. Evidentemente, os benefícios que são conquistados pelo movimento, sejam na forma de terrenos/construção de prédios ou casas ou no acesso às políticas sociais, como bolsa aluguel ou “cartas de crédito” para aquisição de imóveis, jamais cobrem todas as demandas, mesmo aquelas localizadas em determinados bairros em que o MTST atua. Diante disso, esta estratégia é necessária para a assiduidade dos militantes e distribuição dos benefícios conquistados. O que pode ser observado é que, em função da clareza com que tais critérios são apresentados pelo MTST, esses são tidos como legítimos. As possíveis discordâncias ocorrem, por exemplo, quando alguém acredita que frequentou mais eventos organizados pelo movimento do que está anotado pelas coordenações, contudo, não configuram um questionamento dos critérios em si, mas de eventuais falhas na organização das listas de presença, assinadas em cada atividade do MTST.

2.2. A ocupação Novo Pinheirinho

Em função da alta demanda habitacional e dos poucos terrenos habitáveis em Embu das Artes, 60% de áreas de mananciais, exige-se um regime de construção menos adensada, restando poucos terrenos habitáveis, por assim dizer. Sendo assim, em 2009 o MTST entrou na disputa pelo terreno em questão, procurando a prefeitura e a CDHU, além dos grupos ambientalistas da cidade. Com esses últimos, segundo dirigentes do MTST, não ocorreu diálogo, visto que eles apresentaram uma postura de recusa em relação a qualquer tipo de negociação ou diálogo sobre o terreno, visto que acreditavam que a área deveria servir exclusivamente para o estabelecimento de um Parque Ecológico.

Passado esse primeiro momento e com pouca evolução nas negociações ou de sensibilização dos diferentes grupos em relação à demanda do MTST, iniciou-se uma ocupação simbólica de três dias no fim de fevereiro de 2012. Ao mesmo tempo, o movimento conseguiu recolher milhares de assinaturas favoráveis à sua demanda, inclusive denunciando o fato de que a mata vinha sendo utilizada para a desova de carros, corpos e tráfico de drogas, fato comprovado em algumas visitas ao terreno após a sua desocupação. Contudo, até 2012, a questão seguiu sem que nenhuma decisão fosse tomada. O MTST optou pela ocupação do terreno, também motivado pela desocupação de todo um bairro de São José dos Campos, localizado a 97 km de São Paulo, conhecido como “Pinheirinho”. Assim, a ocupação de Embu das Artes foi batizada com o nome de “Novo Pinheirinho”, nome semelhante à outras tantas ocupações realizadas na ocasião, inclusive em Santo André, também na Região Metropolitana de São Paulo.

Ilustração 18 - Ocupação Novo Pinheirinho, Embu das Artes (SP)

Fonte: Ateliê397, 2014 (César Rivitti)

Em 2012, as cerca de 1400 famílias residentes na ocupação Novo Pinheirinho estiveram prestes a serem desalojadas em função de uma ação de despejo lavrada no dia 02 de maio. Esta ação foi fruto do empenho do movimento ambientalista organizado pela SEAE, mais especificamente pelo Movimento Pró-Parque Pirajuçara, criado pela própria ONG com o suporte da Câmara Municipal de Embu das Artes, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Embu das Artes, Ministério Público, OAB de São Paulo, OAB de Santana, OAB de Barueri, Coletivo dos Ambientalistas, Assembleia Legislativa, Associação de Artistas Plásticos de Santo Amaro (AASA), além de alguns moradores do entorno da área em questão, que se queixavam da presença do assentamento do MTST.

Esse despejo nunca ocorreu, o que pode ser explicado pela intensa mobilização do MTST em atos, marchas e ocupações de espaços públicos, como avenidas e a própria sede do CDHU –nessa ocasião com mais de cinco mil pessoas. Tais ações influenciaram a opinião pública e o Poder Executivo estadual, que tinha, de fato, como interferir na decisão, como o fez em 25 julho de 2013, ao atender uma comissão de representantes do MTST comprometendo-se em resolver a demanda fundiária deles, com a conclusão do projeto realizado pela CDHU para a área, no qual o conjunto com o maciço verde será transformado em área de parque para a população.

2.3. A Sociedade Ecológica Amigos de Embu – SEAE

A Sociedade Ecológica Amigos de Embu (SEAE) surgiu em meados da década de 1970, participando da ideia de uma das primeiras leis de zoneamento, uso e parcelamento do solo do Brasil, contudo, já em 1975, fez parte de um grande movimento contrário à construção de um aeroporto na região de Caucaia, município de Cotia Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O local escolhido abrangia a área da Reserva Florestal do Morro Grande, de grande importância para o fornecimento de água para adversas áreas da Grande São Paulo. Incentivados pelo êxito das primeiras iniciativas, um grande número de pessoas aderiu ao movimento com a perspectiva de solucionar futuros problemas de abastecimento de água, dentre outros temas relacionados à qualidade dos recursos naturais da região.

Vale destacar que dentre os novos movimentos sociais é possível encontrar aqueles que se voltaram para a constituição de parcerias diretas com o poder público e a sociedade, algumas vezes, convertendo-se em organizações do terceiro setor, por exemplo, na forma de Organizações não-governamentais (ONGs).

A ONG exerce diversas atividades no município de Embu das Artes, participando de diferentes conselhos gestores, elaborando propostas para a agenda 21 do município. A Agenda 21 é um instrumento de planejamento participativo, que visa o desenvolvimento sustentável, conciliando, portanto: conservação ambiental, justiça social e crescimento econômico. Sua construção é realizada por uma ampla gama de representações da sociedade, devendo seguir diretrizes da Agenda 21 global, elaborada a partir da Conferência Eco-92 (MMA, 2017).

Outro trabalho desenvolvido pela SEAE foi o treinamento para a produção e comercialização de hortas urbanas. Tal projeto foi realizado desde 2008, com interrupção em 2011, por corte de verbas da Prefeitura de Embu das Artes. O trabalho envolvia mais de 230 famílias, promovendo assistência técnica para inúmeras pessoas. Ao todo foram criadas 13 hortas urbanas em áreas públicas e privadas, comercializando os produtos em feiras e bancas de produtos orgânicos. (SEAE, 2015).

Ilustração 19 – Projeto de treinamento e comercialização de hortas urbanas

Fonte: SEAE (2015a)

A SEAE realizou em 2012 um diagnóstico ambiental na APA Embu Verde, tal diagnóstico tinha como objetivo a identificação dos recursos naturais da região, permitindo a instrumentalização e garantia da sustentabilidade da qualidade ambiental dos mesmos. Como consequência do trabalho realizado, foram desenvolvidos cursos, oficinas de capacitação e palestras para lideranças, educadores, associações e para a população do município, desta forma, a SEAE buscou envolver diferentes pessoas e representações na divulgação dos resultados obtidos (SEAE, 2015). Outra iniciativa da SEAE, foi o projeto Observando Rios, realizado no ano de 2015 em parceria com a ONG SOS Mata Atlântica, com a perspectiva de formar pessoas capacitadas a coletar dados qualitativos dos rios da região, criando uma rede de monitoramento informal, com a capacidade de registrar séries históricas e alertando a comunidade para qualquer alteração da qualidade dos corpos d'água da região. Além disso, a SEAE ainda elabora atividades procurando sensibilizar a população para temas diversos com atividades artísticas, torneios de futebol, trilhas ecológicas, apresentações teatrais e shows musicais, como em programas de educação digital e capacitação profissional de jovens e adultos. Estas ações eram realizadas em parceria com instituições privadas, Fundo estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), apoios de pessoas físicas e de fundações, como a Fundação Bradesco.

Ilustração 20 - Capacitação do Projeto Observando Rios

Fonte: SEAE (2015b)

Sua forma de gerenciamento é pautada na gestão compartilhada, baseada em relações horizontais e dinâmicas de responsabilidade compartilhada entre os membros de seus conselhos Diretor, Deliberativo e Fiscal, sendo função do Conselho Deliberativo garantir a gestão compartilhada e manter a entidade focada nos seus objetivos socioambientais em Embu e região. Resumidamente, as decisões são realizadas em consenso por parte dos conselhos citados, sem que necessariamente o presidente da ONG ou outra representação o faça sem consulta previa, com isso, espera-se que possíveis abusos não sejam cometidos.

De modo geral, os militantes da SEAE caracterizam-se por serem pessoas solidárias à causa ambiental, sem que existam manifestações da magnitude observada por outros movimentos sociais, contudo, possuindo grande inserção em um público atuante nas redes sociais, com perfil social médio, moradores do município de Embu das Artes, ou não. Assim, a SEAE assume o papel de representação das demandas ambientais de Embu das Artes, protagonizando um dos lados da disputa em torno dos possíveis usos da região da Mata do Roque Valente, tendo em vista torná-la uma área de proteção em toda sua extensão, nunca admitindo qualquer possibilidade de destinar o espaço a usos compartilhados, como foi proposto tanto pelo MTST, quanto pelo projeto da CDHU.

Ilustração 21 – Pesquisadores trabalhando no diagnóstico da APA Embu Verde

Fonte: SEAE (2015)

Ainda a respeito de sua relação com a sociedade civil organizada de Embu, a SEAE relata em sua página na Internet o apoio nas ações propostas pela Comissão do Movimento Pró-Parque Pirajuçara, criado pela própria ONG com o suporte de diferentes órgãos públicos e privados de representação da sociedade, garantindo uma rede de relações que auxilia nas atividades da organização. Segundo dirigente da SEAE entrevistado para essa pesquisa, (Gustavo, 58 anos) já foram mais de 300 associados, atualmente estes são 80, além de ativistas sem vínculo formal com a instituição.

Esse decréscimo de associados nos últimos anos coincide com denúncias feitas pelo mesmo dirigente da SEAE a respeito da administração municipal de Embu das Artes, Chico Brito (PT-SP). Segundo ele, desde que a ONG relatou possíveis problemas na linha de condução do último Plano Diretor Municipal e alertou para crimes ambientais cometidos pela administração municipal, esta gestão vem cortando possibilidades da ONG arrecadar financiamentos, como na mudança do regimento do Conselho da Criança e do Adolescente na cidade.

Segundo Gustavo (58 anos, analista de sistemas, dirigente da SEAE. Entrevista concedida em 20 de dezembro de 2013): “isso fez com que os recursos do setor privado em seus projetos agora se direcionem para outros projetos”. Outra mudança foi na forma de conseguir documentação junto à prefeitura: “[...] tudo isso era automático, hoje não, pedem contabilidade e tudo mais, e mesmo assim dizem que o pedido não saiu no prazo, é como diz o ditado, aos amigos tudo, aos inimigos a lei”

Todavia, a ONG mantém-se com seus associados e através de projetos com a Fundação Bradesco, denominado Centro de Inclusão Digital (CID), fornecendo capacitação em informática para jovens, realizando um inventário em conjunto com o Instituto Florestal, além de suas ações consultiva no município de Embu das Artes. Estas atividades são voltadas para a educação socioambiental, formação profissional com inclusão digital e formação de agentes multiplicadores, com foco principal na mudança de comportamento e na articulação de ações para a construção de um mundo melhor (SEAE, 2017).

Outra frente de trabalho desenvolvido pela SEAE também em conjunto da Fundação Bradesco e da Prefeitura Municipal de Embu das Artes, foi o projeto Educa

+ Ação, projeto este que objetivava a melhoria da qualidade do ensino público promovendo a alfabetização adequada até os oito anos de idade, segundo o site da ONG, o mesmo foi interrompido por decisão da prefeitura de Embu das Artes após dois anos de funcionamento.

2.3. O movimento ambientalista e algumas de suas características

Em relação ao surgimento do movimento ambientalista, é preciso nos remetermos ao início do século XIX, quando parte das aristocracias norte-americana e europeia agia, principalmente, através de doações monetárias para a preservação da vida selvagem, atitude pouco comum até o momento. Enquanto isso, outros grupos preocupavam-se em estruturar um corpo teórico que resultaria em uma tradição ligada às causas da natureza (Rocha, 2006).

No século XX, como uma resposta da sociedade para eventos extremos e até então novos, como, por exemplo, a possibilidade de uma crise nuclear em função da Guerra Fria, é possível citar alguns marcos que contribuíram para a massificação do tema, como a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson (1962); a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia, pela ONU (1972); o relatório *Brundtland* (1987) – conhecido como Nosso Futuro Comum e que lançou as bases para a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro (Hannigan, 2006).

Especialmente a conferência Eco-92, realizada pela ONU, foi o estopim para a formalização legal da questão do meio ambiente no Brasil e no mundo¹, gerando documentos diversos, como a Agenda 21, além de estruturar o tema para os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), que previam o meio ambiente como um eixo temático a ser explorado no ensino brasileiro.

Muito embora alguns problemas ambientais já fossem do conhecimento de parcelas da população na época, a forma descentralizada e os valores de democracia interna nas decisões desse movimento, o apreço a valores pós-materialistas, seus repertórios de ação, além do perfil socioeconômico médio dos manifestantes, quase em

sua totalidade membros da nova classe média, distinguiam esse novo movimento do que se via anteriormente nas mobilizações sindicais e operárias (Passy, 1998).

Segundo Oliveira (2008) a discussão acerca desse movimento possui forte distinção da produção internacional frente à brasileira, isso porque a realidade nacional na época em que esse movimento se estabeleceu, no início da década de 1980, estava envolvida profundamente em questões como o resgate da democracia e valores afins, perdidos pelo regime militar. Logo, as abordagens, as temáticas e os resultados das análises inicialmente propostas pelas camadas escolarizadas e intelectuais brasileiras, na afirmação e no exercício de seu papel de “ator político” pela inserção em manifestações da sociedade civil e por meio de estratégias voltadas para “fora” do meio intelectual, não se concentraram na discussão teórica do movimento ambientalista e seu papel nesse novo cenário, mas sim na análise dos movimentos sociais e políticos voltados ao restabelecimento da democracia (Pécaut, 1990).

Com esta situação à frente, organizam-se instituições de cunho ambiental, dentre elas as organizações não governamentais (ONGs), assumindo papel importante na cobrança das crescentes exigências por qualidade ambiental, como o controle da poluição, mecanismos de proteção contra a possibilidade de uma crise nuclear, preocupação com a possibilidade da escassez de água, saneamento¹ básico universalizado, dentre outras. Esse “domínio” exercido pelas ONGs, que se tornaram uma espécie de vigilância ambiental, seja inspecionando questões relacionadas ao tema, seja atuando diretamente na “solução” de outros, apresenta um problema: geralmente suas ações não possuem embasamento da teoria social aplicada aos problemas ambientais, afastando mais o tema das discussões teóricas inerentes à sociologia ambiental, (Hannigan, 2006).

A atividade das ONGs segue, ainda hoje, reforçando a necessidade de ações céleres, contudo muitas vezes frágeis quando se esperam decisões que atendam às diferentes demandas existentes, como a disputa existente no Vale do Ribeira, estado de São Paulo, entre as populações tradicionais lá residentes, que exigem sua manutenção, e ONGs que, sob critérios ecológicos e econômicos, restringem essa solicitação (Ferreira, 2004).

Segundo Morsello (1999), a seleção, implantação e gestão de uma dada área a ser protegida, quando resumida a critérios econômicos e ecológicos, que não incluam a decisão participativa da sociedade do entorno, não garante o sucesso dos resultados da conservação. A escolha e instituição de determinada área protegida provoca sempre uma crise, e sua administração “faz parte do domínio das instituições e da prática política” (Morsello, 1999, p. 140).

Agripa (2003), por sua vez, diz que parte da problemática do movimento ambientalista reside na adoção de padrões culturais individualistas e reducionistas na apreensão da realidade, desprezando a conexão entre o mundo natural, em seus fenômenos biológicos, geológicos e físico-químicos, e a realidade sociocultural vigente. O mesmo autor ainda aponta outra característica do movimento ambientalista brasileiro, o qual, segundo ele, retrocedeu em combatividade política, tendo algumas de suas demandas sido incorporadas por órgãos estatais e pelo setor privado, que, com um discurso “verde”, legitima ações que não necessariamente são compatíveis com a real necessidade de ação, como explicitado no trecho a seguir:

O movimento ambientalista brasileiro é um movimento radical, mas que perdeu essa sua radicalidade, primeiro em decorrência da tomada, sem resistência, do discurso ambientalista pela mídia e pelo governo, e, segundo, pelo fato de que esses dois setores vêm mostrando que a problemática socioambiental é de simples equacionamento. (Agripa, 2003, p. 15).

2.4. A questão ambiental entre dois grupos políticos

O fato dos representantes da SEAE e do MTST conceberem diferencialmente seus objetivos para a mesma área natural, não os torna necessariamente antagônicos. Isso porque outros temas que permeiam a agenda ambiental global apresentam conflitos semelhantes, como o aquecimento global, a preservação de espécies e a discussão sobre alguns processos de licenciamento ambiental, por exemplo, e, ainda

assim, podem ser dialogados entre os diferentes atores, com seus distintos interesses, para a obtenção de um consenso.

A forma como os problemas ambientais são tratados está relacionada diversas vezes à emergência do movimento ambientalista, surgido na Europa e Estados Unidos em meados da década de 1960 e, mais tardiamente, no Brasil após a redemocratização, na segunda metade da década de 1980. Isso proporcionou visibilidade para diferentes demandas, contudo duas vertentes da sociologia ambiental discutem dicotomicamente o enfoque sobre o tema.

Há aqueles, como Catton e Dunlap, que aderem a uma corrente realista, defendendo a existência objetiva dos problemas ambientais, independentemente da forma como os personagens envolvidos os enxergam. Em oposição a essa percepção, há a corrente dos ditos construtivistas, que acreditam na atribuição de valor aos problemas, considerando também o relato dado pelas pessoas envolvidas (Guivant, 2002).

Isso influencia diretamente na maneira de se encarar uma situação envolvendo sociedade e meio ambiente. Caso se opte por uma estratégia realista, talvez o melhor a se fazer seja atender exclusivamente aos preceitos legais e técnicos existentes, sem que qualquer representação social tenha suas solicitações ponderadas na tomada de decisões. Por outro lado, a opção construtivista prevê que se atenda às diferentes demandas, procurando compreender suas razões e anseios, para buscar uma opção que seja debatida e que atenda às solicitações de maneira convincente (Acselrad, 1992).

Repetidamente assumida como aquilo que não pertence ao universo do homem e das suas mais variadas formas de organização, a natureza, acaba sendo comumente assumida em concepções idealizadas, idílicas, em que os campos são verdejantes, árvores centenárias e comunidades vivem tradicionalmente dos recursos naturais de que dispõem. Segundo Sánchez (2006), uma das concepções de impacto ambiental pode ser compreendida como o desequilíbrio provocado pelo choque da relação do homem com o meio ambiente, esta formulação, quando aplicada de modo mecânico implica em uma idealização da natureza como refratária, alheia à participação de seus mais diversos componentes abióticos, como o vento, a temperatura e a água. Da mesma forma procederia conceitualmente sobre os componentes bióticos, como as árvores que

caem e formam clareiras enormes, desestabilizando o “equilíbrio” esperado. Ou ainda um animal que se alimenta de um fruto e dispersa sua semente para localidades distantes da origem, modificando a paisagem existente previamente, ou, finalmente, o homem, que se alimenta, libera suas excretas e modifica a natureza como qualquer outro ser vivo como ele o é (Sánchez, 2006).

Conforme Carvalho (2005) explicita, discutiremos a ideia de natureza inserida na realidade social e histórica como modelo para o ordenamento e os exemplos que se querem ver seguidos nos comportamentos humanos, isto, pois, é consenso atribuir às ações humanas a causa de todos os problemas ambientais existentes, principalmente atividades dotadas de alta capacidade tecnológica, como as diferentes indústrias e suas formas de captação de recursos para a produção fabril, a incorporação de imensos territórios para o desenvolvimento de culturas de plantações (geralmente pouco diversas), o ordenamento territorial (inclusive para a delimitação das áreas a serem protegidas) e mais recentemente, e hegemonicamente nos diferentes órgãos de imprensa, a questão das mudanças climáticas globais.

Entendo, portanto, que por se tratar de um problema em que o que se encontra em discussão é a permissão ou não de um agrupamento ocupar uma área que não apresenta recursos naturais, históricos ou culturais únicos ou raros, porém representa o pouco que existe em um município com déficit de áreas verdes representativas e, ao mesmo tempo, com déficit de habitação para seus munícipes, logo, não se trata de algo de fácil resolução.

Assim, a opção por buscar na sociologia os instrumentos teóricos (e metodológicos) para a análise dessa situação pareceu-nos adequada, visto que envolve posições que se constituem em função de outros processos, que extrapolam a identificação e compreensão de um problema ambiental.

A escolha do arcabouço teórico fornecido pela sociologia da educação foi justamente feita por permitir a análise da organização dos grupos já citados e do modo como estes são influenciados pelas diferentes realidades vividas e como isso influencia suas ações e sua maneira de conceber a possibilidade de atuar e conviver com a natureza e com o outro.

CAPÍTULO III

Das trajetórias dos militantes:

Quais são as dimensões educativas do engajamento político?

A discussão dos complexos processos envolvidos na ascensão de determinados grupos sociais à condição de participante ativo do campo político nos remete necessariamente à discussão sobre o modo como são delineados os “acessos” a determinados espaços sociais, entre os quais o espaço da política é especialmente restrito a alguns grupos e indivíduos. Nesse sentido, é preciso considerar que as sociedades, em geral, são marcadas por fronteiras – mais ou menos rígidas – que diferenciam indivíduos e grupos sociais entre si, impondo limites aos espaços nos quais eles podem ou não atuar. Essas fronteiras possuem duas dimensões diversas, mas complementares, ou seja, tratam-se de fronteiras objetivas (fundadas nas desigualdades sociais e econômicas) e subjetivas (fundadas na dominação simbólica), (TILLY, 2004 e 2005; SAINT-MARTIN, 2008).

Assim, se o acesso e atuação nos espaços sociais são definidas por essas diferentes fronteiras que, por sua vez, sustentam o funcionamento de uma sociedade marcada por desigualdades sociais e econômicas profundas e persistentes; a compreensão da atuação de determinados movimentos sociais e políticos passa pela compreensão de como tais fronteiras são construídas. Nesse sentido, uma importante contribuição da Sociologia da Educação para esse debate diz respeito à análise dos processos de socialização como um dos processos que concorrem para a formação das fronteiras sociais visto que é capaz de produzir efeitos importantes na permanência, redefinição ou transgressão da hierarquia dos espaços sociais. Isso porque o resultado final dos processos de socialização poderia ser definido como um conjunto de categorias de percepção e avaliação de si mesmo e do mundo, que induz, entre outras coisas, à determinadas convicções sobre quem pode ter acesso ou não a quais “lugares” na sociedade (PRESTA & ALMEIDA, 2008; TOMIZAKI & ROMBALDI, 2009).

Assim, nesse trabalho, trataremos os processos de socialização, primários ou secundários como processos capazes de definir possibilidades e limites – objetivos e subjetivos – das trajetórias individuais, familiares e grupais. Nesse sentido, vale destacar ainda que, a socialização não será entendida aqui como uma transmissão “automática” de conteúdos, valores, normas e regras de uma geração a outra. Pelo contrário, a socialização será tratada como um processo que, ao longo do seu desenvolvimento, é capaz de constituir uma dada maneira de enxergar e de se enxergar no mundo, que é mediada pelo espaço social no qual os indivíduos circulam. Assim, a representação que as pessoas desenvolvem a respeito de si mesmas; do grupo social do qual fazem parte; dos grupos percebidos como oponentes (o “nós” e os “outros”, como diria Richard Hoggart), bem como sobre quais espaços podem (ou merecem) participar pode ser considerado como resultado provisório (visto que em contínua redefinição) dos múltiplos processos de socialização vivenciados ao longo dos ciclos de vida (BERGER, 2004; PERCHERON, 1993; TOMIZAKI, 2008 e 2010, HOGGART, 1970).

No interior do amplo processo que se denomina como socialização, nessa pesquisa o que interessa, especificamente, é a transmissão de comportamentos, conhecimentos e preferências políticas, que ocorre em diferentes instâncias de socialização (família, escola, religião, bairro, sindicatos, partidos), o que cria, de modo permanente, modos de se perceber e reagir aos acontecimentos de ordem política. (LAGROYE, 2006; PERCHERON & MUXEL, 1985; MUXEL, 1986, 2001 e 2008).

Como dito anteriormente, essa pesquisa optou por lidar com as dimensões educativas do engajamento político: (i) as predisposições para o engajamento em lutas coletivas adquiridas ao longo das trajetórias pessoais em diferentes instâncias de socialização e (ii) o processo formativo que ocorre no interior mesmo da militância política. Nesse sentido, a apreensão e análise das dimensões educativas dos processos de engajamento político passam, necessariamente, pela compreensão das trajetórias dos militantes e ativistas dos movimentos sociais, cuja análise pode lançar luz sobre as condições de possibilidade desses indivíduos tomarem decisões que os conduziram à militância, decisões essas tributárias de determinados conjunturas sociais, políticas e econômicas, que cada grupo social vivencia de modo particular e redundam na formação

de modos específicos de socialização das novas gerações (MORENO; ALMEIDA, 2009; ALMEIDA; PEROSA; ROCHA & TOMIZAKI, 2010).

Para realizar essa discussão apresentaremos quatro trajetórias biográficas de militantes que podem ser consideradas exemplares das “modalidades” de engajamento encontrados nos dois movimentos em questão, com ênfase para os diferentes processos de formação vivenciados por esses indivíduos em seus grupos sociais de origem e na militância.

Vale ressaltar que, de acordo com Bourdieu, os acontecimentos biográficos podem ser concebidos como uma série de movimentos no interior do espaço social. Nesse sentido, as trajetórias individuais e familiares só fazem sentido se estiveram situadas em um conjunto maior de histórias precisamente situados em determinadas estruturas sociais, nas quais foram possíveis.

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um ‘sujeito’ cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as estações. Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 2007, p. 82).

Assim, visando justamente a recusa da “ilusão biográfica, parafraseando Bourdieu, as trajetórias que serão aqui apresentadas nos servirão como material de reflexão sobre o “lugar social” ocupado pelos indivíduos em função de seus nascimentos e, posteriormente, pelos espaços nos quais esses mesmo indivíduos puderam circular -, que acabam por redundar em um *habitus*, ou seja, “*um sistema socialmente constituído de disposições estruturadas e estruturantes que é adquirido pela prática e constantemente orientado para funções práticas.*” (BOURDIEU & WACQUANT, 1997).

A noção de *habitus*, retrabalhada em relação a suas origens aristotélico-tomistas, na obra de Bourdieu cumpre a função de relacionar as dimensões individual e social formando uma subjetividade socializada.

Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo (BOURDIEU, 2009, p.90).

Muitos críticos da obra de Pierre Bourdieu defendem que a noção de *habitus*, anunciada pelo sociólogo francês como capaz de superar determinadas oposições clássicas da sociologia, realizando uma “ponte” entre as dimensões objetivas e subjetivas da realidade social, entre as estruturas e a ação dos agentes, é demasiadamente rígida para cumprir seu papel. No entanto, em uma análise mais detalhada das pesquisas empíricas que foram desenvolvidas tanto por Bourdieu quanto pelos seus colaboradores, especialmente no Centro de Sociologia Europeia da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, é possível perceber que o *habitus*, embora seja, sem dúvida alguma, resultado dos determinantes sociais e tenha uma natureza durável, é também, em certa medida, flexível e moldável, portanto, passível de ser modificado mesmo na fase adulta, dependendo das experiências as quais os indivíduos forem confrontados, como por exemplo, a militância política.

O *habitus* como toda arte de inventar, é o que permite produzir práticas em número infinito, relativamente imprevisíveis (como as situações correspondentes), mas limitadas, todavia, em sua diversidade. [...] porque tendem a reproduzir as regularidades imanentes às condições nas quais foi produzido seu princípio gerador ajustando-se ao mesmo tempo às exigências inscritas como potencialidade objetiva na situação tal como é definida pelas estruturas cognitivas e motivadoras que são constitutivas do *habitus*, as práticas não se deixam deduzir nem das condições presentes que podem parecer tê-las suscitado nem das condições passadas que produziram o *habitus*, princípio durável de sua produção. Só se pode explica-las, portanto, com a condição de relacionar as condições sociais nas quais se constituiu o *habitus* que as engendrou e as condições sociais nas quais ele é posto em ação, ou seja, com a condição de operar pelo trabalho científico a relação desses dois estados do mundo social que o *habitus* efetua, ao ocultá-lo, na e pela prática (BOURDIEU, 2009, p.92-93).

Nesse sentido, a compreensão do funcionamento do *habitus*, bem como das possibilidades de sua alteração, passa pelo entendimento de que essas disposições (estruturadas e estruturantes) desenvolvem-se no interior de um campo (ou de vários campos). Sendo assim, “*a relação entre o habitus e o campo é, de saída, uma relação de condicionamento: o campo estrutura o habitus que é o produto da incorporação da necessidade imanente desse campo ou de um conjunto de campos mais ou menos concordantes*” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.102).

E para compreendermos o conceito de campo, é preciso pensar que Bourdieu concebe o mundo social como um sistema de relações objetivas, (portanto, que existem independentemente da consciência e das vontades individuais) entre posições sociais que se definem umas em relação às outras, ou melhor, na proximidade ou oposição entre si.

Nas sociedades modernas, altamente diferenciadas, o universo social é composto de vários microcosmos, que são espaços onde relações objetivas específicas entre posições sociais são estabelecidas. A noção de campo é aplicada, nesse quadro, para designar esses microcosmos. Trata-se de um espaço social onde certas determinações de caráter específico concorrem para produzir um certo jogo de interações entre posições sociais. Fala-se, assim, de campo religioso, campo político, campo econômico, campo esportivo e, entre outros, campo intelectual. (...) O campo pode ser entendido como um espaço onde se desenvolve um jogo particular com suas regras (regularidades) precisas e suas apostas próprias. Mantendo-se em mente que, diferentemente do jogo: (1) o campo não é o produto de um ato deliberado de criação; (2) ele segue regularidades que não explícitas nem codificadas (ao contrário das regras explícitas do jogo) (ALMEIDA, 2002, p.19)

Os processos de socialização (e a formação do *habitus*), portanto, ocorrem em diferentes campos nos quais os indivíduos circulam ao longo de toda a vida, e nos quais incorporam um modo de ver o mundo e de se ver no mundo, próprio ao grupo que ele pertence, portanto, estreitamente ligado à sua classe social. Assim, os portadores do *habitus* não são propriamente indivíduos (embora ele se expresse no plano individual por meio das práticas de cada um), mas grupos e classes sociais, cujas condições objetivas de existência, bem como seus valores, sua moralidade, seu modo de conceber a relação

com o corpo, com a alimentação, com o trabalho, a religião, a política, entre outros aspectos, definirão o que depois será percebido individualmente como a “personalidade” de cada um, ou seja, o individual e mesmo o pessoal é coletivo. Entretanto, dadas às sutilezas do processo de socialização, as propriedades do *habitus* são percebidas (e sentidas) pelos agentes sociais como parte do seu próprio ser: elas nos possuem, assim como nós as possuímos.

O *habitus* não é um conjunto de associações permanentes e atomizadas do tipo estímulo/resposta, mas uma capacidade geral, flexível, versátil, inventiva e adaptativa de atuar em uma variedade indefinida de tipos de situações e ambientes sociais, transferindo, por meio de raciocínios práticos-analógicos de ajustamento, certos princípios de orientação de um contexto de atividade in situ para outro – por exemplo, tipificando uma diversidade de situações não-familiares por meio do seu enquadramento, na maior parte das vezes tácito, em categorias gerais de condições familiares de experiência, de modo a aplicar os princípios de organização da conduta mnemonicamente associados a estes tipos genéricos àquelas circunstâncias novas (PETERS, 2009, p.8).

Desse modo, tendo como “pano de fundo” esse quadro conceitual, as biografias aqui apresentadas fazem parte de um exercício teórico de pensar tais trajetórias como exemplares de *habitus* específicos de classe social que, na militância, encontram um campo no qual podem se expressar em ações concretas e concepções de mundo bastante diversas.

3.1. Alguns integrantes do MTST e da SEAE e suas trajetórias

A ciência social trata de problemas de biografia, de história e de seus contatos dentro das estruturas sociais. São estes os três – biografia, história e sociedade – pontos coordenados do estudo adequado do homem [...]. Os problemas de nosso tempo – que incluem o problema da natureza mesma do homem – não podem ser formulados adequadamente sem aceitarmos na prática a opinião de que a história é a medula do estudo social, e reconhecermos a necessidade de desenvolver mais uma psicologia do homem que seja sociologicamente fundamentada e historicamente relevante. Sem o uso da história e sem o sentido histórico das questões psicológicas, o cientista social não pode, adequadamente, formular os tipos de problemas que devem ser, agora, os pontos cardeais de seus estudos (Mills, 1969).

Após relatar o conflito pelos possíveis usos a serem dados à Mata do Roque Valente, assim como realizar a contextualização acerca do desenvolvimento das regiões metropolitanas no Brasil, nesse capítulo apresentarei¹⁷ os principais resultados coletados por meio das entrevistas com militantes do MTST e da SEAE, num total de quatro entrevistas, duas do MTST e duas da SEAE, abaixo segue um quadro com os dados dos entrevistados. Foram realizadas entrevistas informais com outros tantos integrantes do MTST e SEAE, contudo, avaliando a possibilidade de analisa-las de forma igual, seria necessário um número maior de entrevistas junto à integrantes da SEAE, tarefa dificultada após o desfecho do conflito com a decisão judicial favorável ao MTST. Logo, mesmo que tenhamos realizado ao menos outras duas entrevistas registradas com integrantes do MTST, utilizamos apenas trechos de suas falas para melhor contextualizar alguns dos temas tratados ao longo do texto.

¹⁷ Essa exposição só foi possível pela generosa colaboração de alguns integrantes de ambos os grupos que se disponibilizaram a falar em profundidade a respeito de suas vidas.

Tabela 11 – Identificação resumida dos entrevistados

	Amanda	Romário	Sandra	Gustavo
Ano de nascimento	1975	1970	1966	1959
UF de origem	SP	SP	RS	SP
Ano de migração	(-)	(-)	1969	(-)
Escolaridade do pai	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Superior completo (Medicina)	Ensino Superior completo (Engenharia)
Tempo de militância	5 anos (MTST)	12 anos (MTST)	10 anos (SEAE)	13 anos (SEAE)
Profissão/ocupação (pai)	Desconhecida	Agricultora	Médico	Empresário
Escolaridade (mãe)	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Superior completo	Ensino Médio completo
Profissão/ocupação (mãe)	Faxineira	Agricultora/trabalhos domésticos	Tradutora/ revisora de textos	Professora de inglês
Número de irmãos	4	6	4	2
Idade que começou a trabalhar (atividade)	14 anos (office-girl)	11 anos (Vendedor de sacolé)	19-20 (caixa de banco)	19-20 (professor ensino técnico)
Escolaridade do entrevistado	Ensino Médio	Ensino Médio	Superior completo - Jornalismo (especialização e pós-graduação)	Superior completo - Engenharia (especialização e MBA)
Estado civil	Solteira	Divorciado	Casada	Divorciado
Composição familiar	Monoparental	Monoparental	Nuclear	Nuclear
Número de filhos	Sem filhos	Sem filhos	Sem filhos	Sem filhos
Emprego atual	Desempregada	Secretário (MTST)	Jornalista autônoma	Analista de sistemas
Condições de moradia (antes Novo Pinheirinho)	Residência própria	Aluguel	Residência própria	Residência própria
Sentimento em relação ao movimento que participa	Cidadania, coletividade e solidariedade	Mudanças na sociedade pela participação popular	Conscientização para a questão ambiental	Conscientização para a questão ambiental
Experiência de liderança no movimento	Coordenação de ocupação	Atividades burocráticas internas	Assessoria de imprensa	Presidência
Tipo de militância após encerramento do conflito	Coordenação (comunicação)	Secretaria (MTST)	Participação informal	Participação informal

A análise das entrevistas foi realizada em duas etapas: primeiramente, análises das trajetórias individuais e, posteriormente, análise da experiência de socialização vivenciada coletivamente pelos grupos em questão, considerando que tais processos de socialização tornam possíveis determinadas formas de engajamento e modos de conceber o mundo e o lugar de si mesmo e do outro no mundo. A opção pela realização de uma análise biográfica de diferentes indivíduos dos dois grupos em conflito se faz pela possibilidade de tomar, em conjunto, como objeto de análise os níveis simbólico e estrutural, mais explicitamente, as escolhas realizadas pelos indivíduos e a relação entre as estruturas sociais existentes e essas tomadas de atitude. Para Bertaux (1980), essa seria uma proposta de esforço por reunir os pensamentos estrutural e simbólico, a fim de se atingir uma explicação para a ação.

3.2. Aproximação aos movimentos e a realização das entrevistas

Meu contato e aproximação aos integrantes do MTST e da SEAE, visando conhecer suas principais atividades, ações realizadas, posicionamento frente ao conflito e, principalmente, obter permissão para a realização das entrevistas com membros dos movimentos foi realizada de maneira bastante diversa.

Com o MTST, participei de forma voluntária de um projeto¹⁸ de extensão universitária ligado à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Kimi Tomizaki. Esse projeto promoveu a realização de atividades diversas durante os anos de 2015 e 2016, como oficinas de brinquedos e desenhos, aprendizado de rimas e jogos e discussões diversas, com crianças e jovens filhos de integrantes do MTST, que adquiriram a posse de apartamentos no Conjunto Habitacional João Cândido, ao lado da sede do movimento, em Taboão da Serra, RMSP. Trata-se de um conjunto habitacional popular (192 apartamentos e 700 moradores, aproximadamente) resultado de quase uma década de luta organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), nesse caso em parceria com o Movimento dos

¹⁸ Projeto “A dimensão educativa da luta pela moradia”, coordenado pela Prof.^a Kimi Tomizaki e financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da USP. Trata-se de um projeto de cunho educativo, voltado a jovens e crianças de famílias ligadas ao MTST. Nele participaram ativamente o doutorando da Faculdade de Educação Hamilton H. de Carvalho-Silva, além dos bolsistas: Yuri Souza, Diogo Dias, Washington de Andrade, Laryssa Luz, Lígia Dona, Piterson Silva, Juliana Prado e João Pedro Barbosa.

Trabalhadores Sem-Terra (MST), construído com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida (Tomizaki; Carvalho-Silva & Silva, 2016).

Constituído por uma parceria da Universidade de São Paulo, especialmente, da Faculdade de Educação, com o MTST. O projeto contou com oito bolsistas de graduação de diferentes áreas e cursos da USP, consistindo em uma proposta de intervenção junto às crianças e aos adolescentes de famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo.

O projeto pretendia propiciar oportunidades de formação sobre direitos sociais, com ênfase sobre o direito à moradia, tendo como objetivo debater com jovens e crianças do MTST: (i) o conhecimento produzido na universidade a respeito das desigualdades de oportunidade, acesso e resultados que perpassam a sociedade brasileira em diferentes dimensões (sistema escolar, mercado de trabalho, direito à moradia, à cultura e às manifestações artísticas, por exemplo), (ii) as reflexões sobre direitos sociais, com ênfase sobre o direito à moradia, (iii) a história dos movimentos sociais da cidade de São Paulo, suas conquistas e desafios.

A implementação do projeto ocorreu com o apoio das lideranças do MTST, que inclusive, durante as reuniões de consolidação da parceria, apresentaram suas pautas e necessidades formativas especialmente direcionadas às crianças e aos adolescentes do movimento. Uma das principais demandas apontava para a urgência em fomentar os princípios do MTST, constantes na Cartilha do Militante, para o público mais jovem, ou seja, para os filhos das militantes, uma vez que são reconhecidas as dificuldades em se tratar de assuntos políticos com linguagem e procedimentos adequadas aos mais jovens.

Além disso, viu-se na implementação do projeto a oportunidade de formação de futuros indivíduos engajados no empreendimento de transformações sociais de base popular via a luta por moradia. Contudo, a principal demanda em relação ao projeto, provavelmente um de seus resultados indiretos, era de que a conscientização das

crianças acerca do envolvimento de seus familiares na luta pela moradia pudesse contribuir com o fortalecimento individual das militantes por meio do estabelecimento ou da ampliação de redes de apoio intrafamiliares.

Nesse sentido, o movimento reconhecia que no âmbito privado, muitas vezes, a luta acontece de modo solitário, pois as ações inerentes à militância dos indivíduos não recebem dentro do lar e da família ampliada o apoio esperado. Ao longo das entrevistas e das observações junto às reuniões e às assembleias, essa demanda pode ter suas razões confirmadas. É relativamente comum a queixa, sobretudo vinda das mulheres, de que não encontram em suas famílias o apoio necessário para o pleno desempenho de suas funções na militância, chegando, inclusive, a serem impedidas pelos seus maridos de participar das atividades do movimento.

As demandas do movimento associadas aos objetivos do projeto de extensão constituíram-se num constante desafio ao longo do desenvolvimento do trabalho. Inicialmente, imaginava-se que as atividades destinadas às crianças, que aconteciam concomitantemente às assembleias aos finais de semana no casarão, pudessem se configurar como um "incentivo", sobretudo entre as mulheres, à frequência e à participação das crianças naquele espaço, pois muitas vezes elas não eram levadas às assembleias por falta de atividades que pudessem envolvê-las durante o dia. Contudo, essa expectativa não foi realizada. O número de crianças acompanhadas de seus familiares era bastante pequeno e não estava associado a existência do projeto. As dificuldades dos familiares em virem acompanhados dos filhos aos finais de semana está relacionada também à ausência de alojamento para todos uma vez que é comum militantes dormirem no Casarão. O grupo de crianças participantes do projeto, então, constituiu-se, basicamente, de moradoras do Conjunto Habitacional João Cândido, que já vivenciaram os momentos mais intensos de militância de seus pais, ou seja, a ampliação de redes de apoio intrafamiliar para a luta dos adultos passou a fazer menos sentido.

Ilustração 22 – Atividade realizada durante projeto de extensão em ocupação do MTST

Fonte: Hamilton Harley

Esse projeto de extensão acabou sendo uma oportunidade importante de coleta de dados, uma vez que, a partir dele, foi possível recolher informações preciosas aos objetivos gerais da pesquisa. Por meio das crianças, pode-se compreender melhor os sentimentos e significados de ser militante, de viver a experiência de uma ocupação e de ter conquistado, mediante a luta cotidiana de seus familiares, a casa própria. Além disso, no diálogo com as crianças e com seus familiares foi possível recolher evidências sobre os processos de transmissão de valores políticos entre as diferentes gerações. Em algumas oportunidades foi possível elaborar alguma proposta de cunho ambiental visando reconhecer a percepção que eles poderiam ter sobre o assunto, como acompanhando-os em uma trilha no terreno ao redor da sede do MTST.

A aproximação com a SEAE se fez de maneira mais informal, mais especificamente através de uma amiga que conhecia alguns participantes dessa organização. Dessa maneira pude me apresentar com algum respaldo para seus integrantes. Ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016, observei algumas de suas atividades na cidade de Embu das Artes, como algumas discussões a respeito do Plano Diretor de Embu das Artes, na câmara dos vereadores; algumas oficinas de sensibilização dos

munícipes para o meio ambiente da região (com a exposição de fotos e atividades lúdicas); e eventos de protesto (como o realizado contra a instalação de um corredor industrial na área inserida na APA Embu Verde, localizada na região norte do município).

Feita a minha apresentação aos diferentes grupos, iniciei os contatos com alguns de seus integrantes, procurando efetuar as entrevistas, que foram feitas nas mais diversas situações: desde as mais formais, como na sede de um dos movimentos, até circunstâncias aparentemente menos protocolares, como na residência de uma das entrevistadas. Ambientes neutros, como o salão de uma padaria ou a quadra de esportes de uma escola pública de Embu das Artes, ao lado do terreno alvo do litígio, também foram utilizados.

Posto isso, é importante ressaltar a dificuldade vivenciada pelos entrevistados em narrar a própria história de vida para um estranho, pesquisador ou não, sendo essa uma ação corajosa e ao mesmo tempo delicada, exigindo cuidados por parte de ambos, entrevistado e entrevistador. Alguns pontos sensíveis desse processo podem se referir a fatos de sua vida pessoal como: a ausência de algum dos familiares, perdas materiais, experiências profissionais traumatizantes, preferências ideológicas ou partidárias (um tema que ao longo da pesquisa tornou-se crescentemente polarizado como citado no capítulo anterior), dentre muitas outras que, de uma forma ou de outra, foram importantes para a sua formação pessoal e que influenciaram suas escolhas ao longo da vida.

Ressalto que tive preocupação semelhante ao transcrever e interpretar possíveis eventos descritos durante as entrevistas, assim, procurei orientar as perguntas por um roteiro básico, semiestruturado, que abordava os seguintes eixos condutores:

- Formação escolar e profissional de pais e avós;
- Fatos marcantes e experiências vivenciadas na infância;
- Trajetória escolar;
- Fatos marcantes e experiências vivenciadas na adolescência;
- Escolarização em nível médio e/ou superior;
- Inserção no mercado de trabalho;

- Participação em entidades estudantis, partidárias ou outra de natureza política;
- Aproximação e engajamento no MTST ou SEAE;
- Percepções, avaliações e posições a respeito do terreno em litígio;
- Opinião sobre o outro movimento envolvido na disputa;
- Principais conquistas e dificuldades vivenciadas pela participação na militância;
- Fatos marcantes e experiências vivenciadas na idade adulta.

A opção por fazer as perguntas semiestruturadas em eixos, foi realizada a fim de obter maior fluidez da conversa. É importante frisar que todas as abordagens envolveram a prévia solicitação da gravação integral das entrevistas, com o cuidado de explicar o propósito das mesmas, obtendo assim a autorização (termo de consentimento livre e esclarecido) dos entrevistados para posterior transcrição e análise.

Buscando certa linearidade para os relatos, busquei estimular os entrevistados a contar suas experiências seguindo os acontecimentos em ordem cronológica, sem, contudo, interrompê-los caso algum assunto ficasse pendente. Ao término de um relato que fosse referente a um dos temas principais acima expostos, como escolarização dos pais, por exemplo, procurei retomar algum tópico que não fora mencionado, na tentativa de preencher possíveis lacunas que pudessem prejudicar a análise das entrevistas. Devo também ressaltar que o processo das entrevistas foi acompanhado de constante reflexão sobre sua realização e análise.

Assim, em diálogo com a discussão bibliográfica, as entrevistas foram focadas nas trajetórias de vida dos depoentes e nas diferentes instâncias socializadoras envolvidas nesse processo. Destaco, contudo, que foi dada atenção especial às vivências educativas de cada um deles, suas particularidades assim como aspectos comuns.

3.3. Diferentes histórias de vida: os integrantes do MTST e da SEAE

Após essa introdução, apresentarei dois entrevistados de cada grupo para discutir as trajetórias de vida, que podem ser consideradas exemplares, de integrantes do MTST e da SEAE. Assim, pretendo revelar características que são compartilhadas pelos entrevistados, sobretudo, tendo em vista explicitar as correlações entre os processos de socialização e as motivações para o engajamento político.

Devido às particularidades de cada movimento e às diferentes abordagens de aproximação dedicadas a cada um, selecionei dois integrantes de cada instituição privilegiando suas atuações no conflito e no interior dos movimentos. Dessa forma, para o MTST e a SEAE, escolhi um representante que estivesse atuando em algum cargo administrativo e outro que estivesse com nível considerável de responsabilidades no âmbito da militância.

Também entrevistei outros membros e dirigentes, tanto da SEAE quanto do MTST. Isso me propiciou a imersão no funcionamento de ambas as instituições, assim como nas visões que estas têm a respeito de personagens envolvidos no conflito em torno da mata Roque Valente e dessa situação como um todo.

3.4. O MTST e alguns de seus militantes

3.4.1. Amanda, a luta por direitos como uma forma de sobrevivência

Amanda, nascida em 1975 na cidade de São Paulo, ocupava no período da pesquisa a função de coordenadora do movimento, participando inclusive da comissão de comunicação, o que a colocava em contato com diversos órgãos de imprensa e jornalistas.

Com a vivência de quem cresceu na periferia da cidade de São Paulo, mais especificamente no bairro do Campo Limpo, na Zona Sul de São Paulo, suas recordações desse período não são das melhores, filha caçula ao lado de quatro irmãos,

conheceu muitas privações financeiras no período, agravadas, principalmente, pelo abandono do pai quando tinha 2 anos, ficando a mãe, faxineira, responsável por manter a casa com 5 filhos. Suas recordações dessa época não são totalmente positivas, relatando muitas carências:

Nasci na periferia de São Paulo, assim, o negócio é *punk*, você não tinha, quando eu era criança você não tinha dinheiro... assim, hoje a molecada vai no mercado compra uma Coca-Cola pra tomar, na minha infância a gente não conseguia, naquele período o salário mínimo era de 21 mil cruzeiros da época, e as pessoas não conseguiam nem comprar uma cesta básica praticamente que era 18 mil cruzeiros. Então assim, a gente passava muita necessidade [...] a gente vivia do básico do básico...

Em sua infância não teve contato com os avós paternos, que moravam no estado de Alagoas, de onde seu pai migrara. O avô materno de Amanda veio da Itália para trabalhar em uma fazenda no interior de São Paulo. Lá conheceu a avó de Amanda, ambos eram analfabetos, diferentemente da mãe de Amanda que cursou até a 4ª série do antigo Primeiro Grau (atual Ensino Fundamental), na mesma fazenda onde vivia e trabalhava junto aos pais.

O ambiente escolar para Amanda foi de recordações positivas, apesar de ter sido a única em sua família a ter completado o Ensino Médio. Das lembranças que relata, ressalta a importância de dois professores: um de História, outra de Filosofia, sua amiga até hoje. Durante a entrevista, ela debocha das provocações que fazia aos professores, uma das suas atividades favoritas na escola, revelando um caráter contestador desde mais jovem.

Tinha uma coisa que eu gostava muito era de ferrar os professores, porque eu adorava questionar eles e deixar eles na saia justa [...] eu só não apanhava dentro de sala de aula porque professor nunca pode bater em aluno, mas que algumas vezes eu tomei umas levadas [...]

A valorização aos estudos que percebia dos professores não era a mesma que encontrava em casa, uma vez que sua mãe se ocupava na maior parte do tempo na manutenção da vida prática da casa e de seus filhos. Um reflexo dessa postura é revelado quando Amanda comenta o período em que realiza o vestibular para a Fatec e que, sendo aprovada, não deu continuidade aos estudos:

Olha, eu passei na Fatec e não quis fazer faculdade porque eu queria ir para balada e não dava [...]. E não quis ir, eu concluí a escola com 18 anos. Eu prestei para a Fatec, eu ia fazer Ciência da Computação na época, que era o mercado que estava em crescimento e, enfim, não fiz a matrícula, não fui para a faculdade. [...] minha mãe ela nunca levou o estudo muito a sério, minha mãe teve que ser meio rebelde para conseguir estudar, meu avô não queria que ela estudasse então ela se alfabetizou e parou, então ela nunca me incentivou a isso, isso partiu de mim mesmo, uma necessidade minha, mais isso [...] eu sempre fui muito autodidata. O que eu não entendia que o professor falava eu chegava em casa e estudava, pegava os livros e devorava livros, eu gostava muito de estudar.

A realidade do trabalho para Amanda, além do início aos 14 anos, foi muito instável e variada: teve experiências diversas, como trabalhos administrativos na função de *office girl*, vendeu jazigos em cemitérios, atuou como *promoter* de casa noturna, além de ter coletado latas de alumínio nas ruas para complemento de renda. Ela atribui parte de suas diversas experiências profissionais ao fato de precisar sobreviver com o que tinha, mesmo que as condições fossem precárias. A distância dos locais de trabalho em relação à residência de sua mãe, no Campo Limpo, implicava em constantes mudanças de endereço, resultando em um maior comprometimento de sua renda com gastos relativos à moradia.

Passado o período em que ela se autodenomina de “baladeira”, Amanda diz que gostaria de ter retomado os estudos; porém, em função das limitações financeiras que vivia, não conseguiu adequar os estudos à rotina de trabalho.

No mesmo período, um exemplo de atuação política a encantara na década de 1980: O Partido dos Trabalhadores, mais especificamente Lula, despertou em Amanda o contato formal com o mundo da política já aos 16 anos, em 1987, quando ela resolveu, por conta própria, tirar o título de eleitor e filiar-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Ela recorda o fato por causa da reação enérgica da mãe, católica e temerosa que sua filha, agora ligada a um ideal socialista, fosse, nas palavras da entrevistada, “comer criancinhas”. Como forma de advertência, sua mãe lhe aplicou uma surra, rasgando por fim a estrela do partido, que Amanda carregava no caderno. A inclinação católica da mãe não repercutiu nas suas opções políticas nem religiosas. Ao longo de sua juventude, Amanda procurou diferentes vertentes religiosas, conhecendo o *seicho-no-iê*, o budismo, o espiritismo e a umbanda. Contudo, resume suas experiências com uma sentença:

[...] eu li muita coisa, mas enfim eu vejo a religião como uma forma de manter as pessoas de joelhos, entendeu? Manter as pessoas olhando sempre para o mesmo lado, e eu prefiro olhar para o todo.

Tendo Lula como “um herói revolucionário”, Amanda lia suas biografias e o enxergava como o personagem que poderia mudar o país. Sua filiação não a fez militar pelo PT na ocasião, ainda que se informasse sobre a situação política do país por meio de leituras e discussões em seu bairro de origem, nem sempre com sucesso:

Você chegava para as pessoas para conversar sobre política, a mente era extremamente fechada, “não se discute política, nem religião”, esse é o lema. E fora que metade da periferia de São Paulo era malufista, então, você ia falar de Lula para alguém, você quase apanhava no meio da rua.

Para ela, a atuação na política partidária havia se encerrado com o término do pleito presidencial de 1989, quando Lula fora derrotado e só retomou sua participação política recentemente, em 2012, como militante do MTST. A respeito do MTST, Amanda o desconhecia sua existência até ter o primeiro contato direto com a ocupação Che Guevara, em Embu das Artes; lembra-se que na ocasião sentia certo preconceito contra os “sem-teto” e chegava a considerar sua atuação como “coisa de vagabundo”. Levada por uma vizinha já inserida no movimento, justifica a simpatia que

teve logo de saída em relação ao movimento em virtude de o funcionamento do grupo não estar relacionado com nenhum tipo de contribuição financeira. Além disso, Amanda sentiu-se bem com a possibilidade de falar e ser ouvida, tendo parte de seus anseios representados pelo modo como o movimento agia e se fazia ouvir. Isso legitimava as causas dela e permitia que parte dos seus problemas se resolvesse, sobretudo no que tange, evidentemente, à moradia. A militante iniciou sua prática política no MTST em setores da organização do primeiro acampamento que conheceu.

[...] Entrei para a coordenação do acampamento, a coordenação do grupo G4, que é uma coordenação mesmo de campo que ajudava na organização dos grupos, e passei a participar das reuniões mais políticas do movimento, fui conhecendo a fundo e percebi que não existe este tipo de prática no movimento, de realmente explorar as pessoas. Então assim, eu vi legitimidade nessa luta, né? E hoje [...] percebo que o MTST dentro dessa luta da questão habitacional é um dos poucos movimentos idôneos no Brasil.

Amanda observa uma tendência na imprensa e nos ambientalistas em desqualificar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Sua análise é a de que sempre se descreve o MTST como um movimento de “manobra política” pelo fato de ser formado por pessoas humildes, sem educação formal. Sua avaliação vai justamente no sentido contrário: embora excluídas da sociedade, as pessoas pobres que formam o MTST estão tomando consciência de que podem se mobilizar em conjunto para lutar por seus direitos, negados historicamente. A militante relata a experiência vivida no interior da ocupação do Novo Pinheirinho como um processo educativo e transformador quanto à percepção do movimento e de seus direitos:

[...] quando teve essa ocupação aqui no Embu, foi o período que eu tive o primeiro contato com o MTST, uma senhora que morava na rua da minha casa, ela já vinha de uma ocupação chamada Che Guevara, que aconteceu no Taboão [da Serra] há uns sete anos atrás. E ela fez um barraco nessa ocupação com a filha dela e ficou: “Vamos, vamos, vamos, vamos!”, e eu não queria vir, porque eu falava: “Não, cambada de explorador.” Até que chegou o dia da ocupação [do Novo Pinheirinho] em que ela passou na minha casa de manhã falando: “Vamos, vamos, vamos, vamos!”, e eu vim para cá já no 3º dia da ocupação do Novo Pinheirinho. E aí sempre com o pé atrás, né? Tentando conhecer o terreno aonde eu estava pisando. E aí eu via os companheiros falando nas assembleias e falando que não iam cobrar nada do povo e eu falava: “Tá, até quando?!”. Foi passando o tempo e eu quis conhecer mais de perto.

Sua rotina no interior do acampamento foi inicialmente como expectadora, assistindo as assembleias e reuniões de grupo, posteriormente começou a auxiliar nos mutirões de limpeza, passando enfim para a função de coordenação. A partir desse momento, Amanda começou a levar informes da coordenação para o assentamento e, com o passar, do tempo foi integrando diferentes comissões dentro da ocupação Novo Pinheirinho:

[...] a comissão [é] que cuidava da organização dentro do acampamento; a comissão de autossustentação, que fazia bingos pra pagar as cozinhas coletivas; o trabalho comunitário, ou social, como preferir, que a gente fazia: ia na UBS [Unidade Básica de Saúde], acompanhava atendimentos, ia com as famílias. Então, assim, eu fui aprendendo a dinâmica interna do próprio movimento.

Suas tarefas eram voltadas para o esforço de aproximar o MTST e a comunidade ao redor da ocupação. Sobre o mecanismo de abordagem nas diferentes regiões em que o MTST atua, nas ocupações e seus arredores, Amanda explica que uma das dificuldades reside na conscientização da população acerca dos motivos que motivam o MTST a ocupar um terreno. Segundo ela, em um primeiro momento existe a necessidade de instruir os participantes a respeito das regras do movimento, seu regimento, cuja construção é realizada em conjunto com a população a fim de conscientizá-la dos motivos da luta. Dentre algumas particularidades desse processo, ela ressalta questões como o porquê do material utilizado para a construção dos barracos (lona em vez de madeira, reduzindo o risco de incêndios criminosos), a relação com a população do entorno, os cuidados para o meio ambiente (preservação de árvores e corpos de água, manejo dos resíduos sólidos, entre outros), concluindo que esse processo é importante para a legitimar as ações do movimento:

[...] você acaba vendo que o preconceito parte da população pobre para a população pobre. Hoje se tem uma falsa classe média que, porque tem condições de se endividar, fazer crediário e se endividar até o topo da cabeça, acha que tem uma condição de vida melhor, uma condição social melhor do que aquele que não tem dinheiro de comprar um carro, financiar uma casa. Então assim ela

começa a apunhalar a ocupação e é assim, é: são os vagabundos, os ladrões, os “nóias”, os drogados... e isso é toda uma construção pra quem tá dentro não sair e pra quem tá fora conhecer e deixar de ter esse preconceito também.

Muito da sua esperança e seus ideais para o movimento não se esgotam na luta por moradia, mas, assim como os demais entrevistados do movimento, esclarece que a luta é por dignidade para os excluídos, pelo acesso a serviços de qualidade. Logo, o discurso de Amanda se aproxima de uma concepção de luta de classes, na qual os direitos dos mais pobres – sempre relegados por quem não sofre das mesmas privações – são passíveis de serem adquiridos por meio da união popular proporcionada pelo MTST. Como uma das atribuições da entrevistada é a conscientização das pessoas que vivem ao redor dos terrenos a serem ocupados, ela ressalta a falta de união dos mais pobres com o movimento, sendo necessário desconstruir a visão que a comunidade tem do assentado como “vagabundo, ladrão e ‘nóia’”.

Sobre a adesão ao MTST e o porquê da continuidade do seu envolvimento com o movimento, mesmo após a realização de alguma conquista de moradia, comportamento relativamente comum entre outros integrantes das ocupações já finalizadas, ela conclui que a exclusão sofrida pelas populações periféricas as torna mais propícias à revolta e até de um levante popular. Ademais, o fortalecimento do movimento passa pela conscientização dos integrantes de que a luta proposta pelo MTST vai muito além da conquista da casa própria, trata-se de uma transformação da sociedade muito mais profunda. Quando confrontada com a possibilidade de o movimento incorporar-se à lógica político-partidária, Amanda nega essa possibilidade e até mesmo condiciona sua militância a essa posição de independência do MTST em relação a todo e qualquer partido político.

Amanda considera as ocupações verdadeiras “escolas de militantes”, papel que é cumprido pela identificação dos seus integrantes ao perceberem que ao compartilharem demandas e lutarem coletivamente, podem alcançar seus objetivos por meio da atuação política:

[...] eu acho que todo mundo tem uma revolta dentro de si, todo morador de periferia é revoltado com o poder, né, com a falta de tudo, então quando ele se sente, quando ele tá dentro de um coletivo que tá todos dentro de um mesmo ideal que o dele, ele se sente forte, ele quer ir pra rua, ele quer lutar, ele quer construir [...] a gente se perguntava o que tava fazendo, porque o objetivo casa já tinha ficado pra trás, auxílio-aluguel nunca passou pela cabeça. E assim, pouco depois, a gente tava lutando pela questão dessa lógica social, dessa segregação habitacional, social, racial que acontece, você sempre empurrando as pessoas pra longe dos centros urbanos, pra longe de onde o poder está, pra longe de onde as pessoas de poder aquisitivo alto moram, pra mudar essa lógica de periferia enquanto senzala. A moradia do Minha Casa Minha Vida de 0 a 3 [salários mínimos], ela só é construída onde não tem saneamento básico, onde não tem educação, onde não tem UBS, pronto-socorro, então a gente quer uma periferia revitalizada, moradias dignas, com acesso a tudo o que a gente tem direito.

3.4.2. Romário, uma trajetória diversa e dedicada a diferentes causas sociais

Romário, 47 anos, nascido no município de São Paulo, secretário e responsável por uma das coordenações de comunicação e de relação institucional no MTST, também viveu na periferia da cidade de São Paulo, em Ermelino Matarazzo. Primogênito de uma família de sete filhos, cinco homens e duas mulheres, seus pais migraram do pequeno município de Ibirajuba (PE) em direção à cidade de São Paulo após enfrentarem as consequências da seca e da pressão sofrida para que se desfizessem da propriedade em que viviam. Os avós eram analfabetos, já seus pais não tiveram formação escolar completa, e alfabetizaram-se fora do ambiente escolar.

A respeito do período da infância, Romário relata uma vida simples, contudo sem dificuldades severas. Teve experiências na periferia de São Paulo que o aproximaram da natureza, como o hábito de nadar no rio Tietê (na época, já poluído) e de brincar em terrenos baldios, além de ter conhecido pessoas de diferentes vivências no seu bairro:

[...] morava num local, primeiro que tinha bastante árvore na época, né. Pra você ter ideia, poucas ruas asfaltadas, poucas ruas com água, eu lembro até hoje os caminhões da prefeitura, vários caminhões com caixa-d'água, abrindo buraco na rua pra colocar os

canos. Depois asfaltando e daí com isso, as árvores foram indo embora. E você tinha uma parte de floresta que era do terreno da Matarazzo. A gente invadia lá e brincava bastante, tinha a outra parte que tinha a lagoa, então a gente ia pra lá. Hoje onde era a lagoa é a USP Leste. Tinha a lagoa da Keralux, isso no tempo que a gente atravessava o rio Tietê nadando. Era sujo! (risos) [...] eu jogava bola, e quem joga bola convive com todo tipo de gente. Então o time tinha, eu lembro, quando era moleque ainda, na várzea você tinha um amigo meu que o pai era delegado de polícia, né. É, cê tinha um outro que o pai era policial, no entanto a maioria dos outros era ligado ao tráfico, gente comum... bem plural. [...] é, e depois eu fui vendo isso mais pra frente, na medida que você vai crescendo vai tendo contato com pessoal e tal, então pra mim foi uma coisa muito tranquila

A respeito da escola e de suas recordações, Romário retrata algumas de suas experiências escolares e no bairro, além de pequenas transgressões. A mãe o estimulava à leitura e aos estudos – ele ressaltava o fato de ter entrado na pré-escola já sabendo ler por meio dos gibis e revistas que a mãe, analfabeta, lhe oferecia –, diferentemente do observado em relação a Amanda. Não se considerava um aluno exemplar, cabulando aulas, realizando pequenos atos de desobediência, como ao participar de brigas e eventualmente quebrar algum equipamento escolar, e não se sentia obrigado a frequentar esse ambiente:

[...] fui condicionado a frequentar a escola, a ler, etc. Meus irmãos nem tanto, mas eu fui um pouco nessa linha. Tanto é que eu terminei o Ensino Médio com dezoito anos, até menos até, porque eu entrei mais cedo na escola e, na época, nesse período aí, no próprio ginásio eu fiz Senai, fiz várias coisas.

Já na ocasião de ingressar no curso superior, foi aprovado no vestibular para o curso de História, no ano de 1990, na USP. No ano seguinte foi aprovado para Geografia, na mesma universidade. Frequentou as aulas de cada curso por menos de um semestre, abandonando-os por dedicar seu tempo às causas coletivas, e formalizou sua dedicação e se inscreveu para dar aulas no Ensino Médio do colégio público Padre Anchieta, na região central da cidade de São Paulo. Nele, além de lecionar a disciplina de História para o Ensino Médio, mesmo sem ter feito a graduação, convive mais proximamente com o movimento estudantil, tendo aprofundado essa relação quando

aderiu à Secretaria de Juventude do PT. Sobre abandonar os estudos para privilegiar a atuação política, ressalta que essa opção não foi acompanhada por parte de seus amigos, que resolveram terminar os estudos, fato que ele considera como um abandono da luta por mudanças na sociedade.

Assim como Amanda, Romário também iniciou sua experiência de trabalho muito precocemente, aos 11 anos, quando frequentava o Ensino Fundamental e vendia geladinho¹⁹. Aos 14 anos já começou a trabalhar formalmente em uma oficina mecânica e posteriormente em uma indústria química, local de trabalho pouco adequado para a idade:

[...] uma empresa que fabricava brinquedos, algumas peças plásticas para carro, é... e coisas tipo, pente, aqueles pentes camuflados. A indústria trabalhava principalmente com plástico. O setor que mexia com a química mesmo ficava em outro setor, mas tinham poucos menores lá. Era um pouquinho afastado, quer dizer, era no mesmo prédio, mas eu lembro: “Ah, o pessoal toma leite porque trabalha lá.

A religião católica, também presente na família de Romário, trouxe poucas repercussões em suas escolhas, optando por não seguir qualquer religião. Em relação a possíveis conversas sobre política em casa, Romário não confirma, apesar de se recordar do pai como seguidor de Paulo Maluf e a mãe de Lula. Exemplifica a admiração da mãe nas eleições de 1982, em que Lula foi candidato a governador, na ocasião ela o levou para ter certeza de que não iria errar o voto, já que ela era semianalfabeta e o voto era escrito.

Romário começa a se envolver com ações políticas no seu bairro, por influência de amigos, cujos pais eram metalúrgicos envolvidos com a militância sindical. Além disso, encontrava no futebol um ambiente composto por pessoas de diversas origens, possibilitando sua formação crítica. Conclui sua observação considerando importante para o início de seu engajamento militante a admiração daqueles que confrontavam o poder instituído, exemplificado pela polícia e pelo governo da época.

¹⁹ Suco de frutas ou outros líquidos congelados em um pequeno saco plástico, preparado para o consumo, também conhecido como sacolé gelinho ou chup-chup.

A gente ia pra algumas assembleias que aconteciam no bairro, e você tinha greves onde a gente ajudava. Então, por exemplo, você teve uma greve geral, chamada pela CUT, se eu não me engano, em [19]82, [19]83, onde a nossa tarefa era travar os ônibus que estavam furando a greve. Então você tinha uma rua principal em Ermelino, avenida Paranaguá, nossa tarefa era jogar miguelito [aparato feito com pregos para furar os pneus dos ônibus] e quebrar os ônibus com estilingue. [...] Não era politizado, apesar que a gente entendia por instinto que o governo, era o governo que mandava a polícia... Eu gostava do Lula, porque o Lula na época era acusado de assassinato... [...] Tudo! Tudo de ruim era relacionado ao Lula. Então eu simpatizava com isso. Não só eu né, mas meus colegas, amigos. Então você tinha amigos que simpatizavam e ficavam naquilo, e você tinha amigos que... às vezes você tem um amigo, dois três anos mais velho, que tem uma percepção maior, que você vai de alguma forma pegando alguma coisa dele também. E você vai tirando suas próprias conclusões sobre as coisas. Com 15, 16 anos, eu lembro que comprei a... tinha acabado de completar 16 acho, comprei aquele *Perestroika*, né. Não tinha a menor noção do que [era], mas como eu vi um cara do PCB lendo, fiquei interessado, fui lá e comprei. Esse foi o meu primeiro livro assim que eu comprei.

Profissionalizou-se pelo Senai, onde se formou torneiro mecânico e ferramenteiro. Quando estava com 17 anos, seu pai recebeu uma recomendação médica que implicou na mudança da família para a cidade de Ibirajuba, no estado de Pernambuco. Nessa época, Romário intensificou a leitura de livros com temática política e aproximou-se de grupos ligados ao PT, na cidade vizinha, Caruaru. Lá também encontrou distração jogando futebol por um pequeno clube local, porém não conseguiu dar continuidade à atividade por não poder custear seus deslocamentos diários para os treinos e sua alimentação fora de casa. Completou os seus estudos no Ensino Médio e lecionou no colégio que frequentou, uma prática que ele afirma ser comum devido à ausência de profissionais formados na região. Ainda em Ibirajuba ingressou, através de concurso público, no Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), função em que também não prosseguiu, pois tinha o desejo de retornar a São Paulo.

[...] além disso plantei roça, essas coisas todas, tal. [...] Eu tive contato com o povo do PT, que era o que tinha de mais avançado lá. O núcleo mais atuante era em Caruaru, onde eu morava não tinha nada, né, a cidade, como a maioria do estado, era dividida entre PMDB e PFL, então esses partidos se revezavam na disputa, e, no máximo, o PSB do Arraes, que era muito forte no estado. Então às vezes quando ia para Caruaru eu participava de algumas reuniões, né.

De volta a São Paulo, Romário hospedou-se na casa de uma tia, no Brás, e se envolveu de modo entusiasmado na campanha presidencial de Lula, no ano de 1989, depois de, caminhando pelo centro da cidade, ver uma ação partidária para a arrecadação de fundos com a venda de bótons, jornais e camisetas do PT. Envolvido com o PT desde a década de 1980, filiou-se em 1990, posteriormente à derrota de Lula nas eleições presidenciais e à queda do Muro de Berlim:

A capa do *Wall Street Journal* de [19]90 é: “Vencemos!”, logo de janeiro, né, o fim da história... [...] Eu acompanhava muito a Secretaria de Juventude do PT, mas eu acompanhava, mas não era formal. Eu fui virar um membro formal da secretaria já quando não era mais jovem, o que era quase uma reivindicação da juventude do partido em São Paulo. Mas eu era mais uma espécie de ancião do que um membro jovem.

Trabalhando no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) de maneira formal, Romário desempenhava trabalhos burocráticos, contudo permanecia atento a diferentes movimentos populares. Como a residência em que cresceu na Zona Leste fora obtida por meio de uma ocupação espontânea, concretizada por sua mãe, Romário alega que ficou sensibilizado, no ano de 2005, com uma ocupação realizada pelo MTST em Taboão da Serra (SP), e procurou, então, se envolver com o movimento. Começou a fazer parte dele oficialmente no ano de 2013, quando iniciou realizando funções próximas das que realizava na Apeoesp. Ressalta que sua atual função possibilita uma atuação política mais intensa, fato destacado por ele na narração de algumas das conquistas do movimento.

Não, eles fizeram uma ocupação aqui no Taboão, que era a ocupação Chico Mendes. Nesse mesmo período tinha uma greve da categoria, de professores, então eu não consegui acompanhar o início da ocupação, e aí no meio da greve eu pedi pra ter uma conversa, porque minha preocupação era ter um despejo violento, coisa do tipo, e eu não ter feito porra nenhuma. E não dava pra fazer também. [...] Aí a gente fez uma primeira conversa e a partir da primeira conversa, não paramos mais de fazer coisas juntos.

Romário considera que as conquistas do MTST se estendem para além daquelas referentes à moradia. Ele se entusiasma com o diálogo construído pelo movimento junto a outros movimentos sociais, instituições e personalidades que, de alguma forma, se envolveram em suas demandas. Ainda que discorde de muitas das pessoas com as quais tem de dialogar, ele reconhece o valor que existe em se buscar o entendimento através do debate. Valoriza, ainda, o reconhecimento dado ao movimento por parte da população, justamente pelas conquistas acumuladas com sucesso nos municípios da Grande São Paulo. Nas suas palavras, esse processo é importante por permitir que as conquistas do MTST, mesmo que limitadas, sejam reconhecidas pelas diferentes instituições e seus participantes, mesmo aqueles que se opõem politicamente:

Se você pegar o Guilherme [Boulos, Coordenador Nacional do MTST], por exemplo, que é um pouco referência, conversa com todo mundo, e a gente é muito criticado por isso, né. Aí você vê num lugar, num dia tem uma reunião com o Lula, no outro tem uma reunião com o Kassab [Gilberto, ex-prefeito e ex-ministro das Cidades, atualmente Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações], no outro com o Haddad [Fernando, ex-ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo], no outro com o [inaudível], você tem que [...] lidar como essas partes da coisa, do ponto de vista, você concretiza institucionalmente as suas conquistas, negociando com quem está à frente dos órgãos e com quem manda. [...] É assim que funciona, não funciona você pegar a coisa no governo do Estado sem saber dialogar com os órgãos do governo do estado que é do PSDB.

3.4.3. O Novo Pinheirinho e A visão dos militantes do MTST sobre a SEAE

Para ambos os entrevistados do MTST, o comportamento dos representantes da SEAE, ao longo do processo de litígio envolvendo o terreno da ocupação do Novo Pinheirinho, demonstra claramente uma questão de preconceito de classe.

Para Amanda, existe um menosprezo para com a população mais carente, representado pela ausência de diálogo e pelas constantes adjetivações negativas dirigidas aos militantes do MTST e seus líderes. Ela rebate acusações de que seria um grupo composto por pessoas alienadas, simplesmente reproduzindo um discurso

oportunista. Categoricamente, reforça que o MTST exerce um trabalho de formação crítica com seus possíveis futuros militantes e cita a ação cotidiana das assembleias nas ocupações e nos arredores, bem como o auxílio a grupos fragilizados, tais como outros movimentos sociais, categorias profissionais, professores e estudantes, por exemplo, entre outros.

Eu acho que sim [...] ao mesmo tempo que elas (críticos do MTST) pensam, que elas menosprezam a população mais carente, elas menosprezam as pessoas. E ao mesmo tempo isso (criminalizar o coordenador nacional do MTST – Guilherme Boulos) é meio uma forma de demonstrar também que tem um líder. Sempre apunhalar alguém, sempre contra alguém. Então, assim, hoje um dos coordenadores nacionais do movimento, ele é visto como o líder de tudo que acontece, então eles precisam mostrar algum culpado, eles precisam processar alguém, eles precisam culpar alguém [...]. Então falar que as pessoas são massa de manobra é uma forma de ter um culpado. [...] Só que ninguém sabe que dentro das nossas ocupações acontecem assembleias aonde é explicado para as pessoas o que (é) que ela está indo buscar, qual o direito dela, o porquê daquela luta, aonde vai ser a luta.

Para Romário, a alegação dada por membros a SEAE de que o MTST não teria legitimidade para solicitar a construção dos condomínios na Mata do Roque Valente devido ao fato de seus militantes não serem da cidade é uma argumentação comum em todo o lugar onde existe luta por moradia, revelando uma clara tentativa de influenciar a opinião pública da cidade ao denegrir o movimento. Relativiza a presença de pessoas de fora da cidade como sendo algo também comum em toda ocupação; porém, segundo ele, seriam uma minoria em relação ao total de pessoas que se envolveram na ocupação Novo Pinheirinho. Relata que as acusações de desmatamento da área, feitas por parcelas da sociedade contrárias ao MTST, principalmente a SEAE, levaram à elaboração de uma cartilha inicial comum a todas ocupações, com o intuito de evitar quaisquer problemas dessa natureza. Romário relata a experiência vivida na discussão do Plano Diretor do município, quando a opinião compartilhada pelos ambientalistas da cidade e pelo MTST era de que tal documento tinha o caráter de facilitação da construção de galpões de logística em áreas preservadas, no entanto ele ressalva que a preocupação dos ambientalistas ir além desse fato:

[...] é bom lembrar que os ecologistas, a maioria deles, moram naquele pedaço, e moram ali porque têm muito dinheiro e querem que aquilo ali se mantenha do jeito que tá, né. Isso ficou muito claro no período pela defesa que eles faziam. Aí você tinha a família dos Nobres (Paulo Nobre, climatologista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE), que é o pessoal do Climatespo, especialistas nessa área, se juntaram com outros (e) tal. Eles me chamaram pra uma reunião lá, juntaram PSOL, juntaram os Nobres, mais um pessoal da USP, não lembro do nome dele agora, ele tava fazendo um puta de um documentário, juntou um pessoal da casa de cultura. É e eles chamaram essa reunião, justamente pra tentar me convencer do que significava o Plano Diretor pra depois tentar convencer o MTST. Mas eu fui até pra ver quais eram os argumentos. E aí eles mostraram o Plano Diretor, mas era um negócio muito escroto. [...] Então ele disse: “Olha, gente, onde eu moro eu só escuto passarinhos, então quando eu ouço uma criança falar eu perco a concentração”. Sabe essas coisas. E aí, a apresentação dele, que foi uma apresentação técnica, nem tenho muito do que questionar a apresentação dele, no entanto quando se abre às falas, aí você vê como, exatamente qual é o grau de interesse, ao ponto de causar vários constrangimentos entre eles e setores do PSOL, porque o PSOL não é um grupo ecologista. [...] Assim, o pessoal vê árvore, não vê gente. Foda-se as pessoas, né. E esse era um discurso muito claro. E a nossa linha era: “Olha, é possível compatibilizar, né, moradia decente pras pessoas e preservação do meio ambiente”.

Ele tinha resistência ao diálogo com os representantes da SEAE e demais movimentos ambientalistas do município e a justifica, em suas palavras, com a matéria veiculada pelo canal de televisão Globonews, em que a juíza Barbara Carola relatava perseguição e ameaças de morte vindas do telefone público localizado em frente à ocupação Novo Pinheirinho.

[...] na época nós apenas tínhamos uma emenda ao Plano Diretor, que mudava a definição daquela área, que impossibilitava a construção de moradia popular, ponto. Inclusive a nossa proposta era uma proposta muito mais tímida que a do CDHU, na época eles propuseram quase 4 mil moradias no local. E nós falamos não, assim você vai acabar estragando com o lugar. A nossa proposta era uma proposta que viabilizava, eu não sei em qual número no final ficou, não sei se eram duas mil e duzentas, uma coisa assim, ou duas mil e setecentas, que viabilizava a construção de moradia, o parque e a preservação da mata. Então, esses projetos foram elaborados, inclusive

com a ajuda da prefeitura, de gente da prefeitura, e essa é uma luta de trinta anos, por exemplo, pra ter um parque ali, que nunca saiu do papel e nós conseguimos de certa forma viabilizar com destinação orçamentária, com apoio dos órgãos estaduais, municipais, apoio da câmara etc. e tal, é... pra garantir a viabilização do parque e tal. Então, nós colocamos os processos meio que assim, ó: “Esses caras são os ricos, que moram lá na região rica”. E a população do Embu, sente muito bem isso, a região desse lado da BR [BR-116, Régis Bittencourt] é onde moram os ricos, que têm muita terra, que vive bem e por isso eles são contra o Plano Diretor, enquanto que o pessoal que quer moradia não vai ter porque eles não querem as mudanças, né, aí fomos pro pau. E aí, eu acho que a gente ganhou a maioria, fomos em audiência, começamos a participar de todas as audiências públicas do Plano Diretor, e a gente levava mil e duzentas, duas mil pessoas...[...] eles não agiram como movimento ambientalista. E eu não to dizendo porque eles se contrapuseram ao MTST.

Sobre a presença do MTST no conselho gestor da APA de Santa Tereza, eleito no final do ano de 2013 e responsável pela gestão do possível parque, e ainda acerca da sua concepção de natureza, Amanda entende como possível e desejável a integração entre população e parque, algo que, segundo ela, nunca foi do interesse do movimento ambientalista, que criticava a presença do MTST no conselho do parque, alegando que se trataria de uma associação prejudicial ao meio ambiente.

[...] eles não entendem o ser humano como uma parte do meio ambiente que eles tanto protegem. A nossa intenção de participar do conselho gestor é viabilizar a construção de moradia e parque. [...] Meio ambiente sou eu, você, a árvore, a rua, o passarinho, tudo junto, sem uma coisa em cada lugar.

Por fim, Romário considera que as maiores dificuldades em ser do movimento são referentes mais ao relacionamento com os militantes do que propriamente à sua atividade política. Isso é explicado pela heterogeneidade de demandas dos diversos participantes, principalmente aqueles em situação de fragilidade. A situação dele é agravada por sua posição no MTST, já que é facilmente encontrado na sede do movimento em Taboão da Serra. Para Amanda, as dificuldades são aquelas inerentes a todo movimento social, contudo os benefícios obtidos por meio da participação na militância superam qualquer problema vivido até o momento.

3.5. A SEAE e alguns de seus militantes

3.5.1. Sandra e a inclinação para a defesa da natureza desde a infância

Nascida o ano de 1966 no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Sandra atuou no interior da SEAE como assessora de comunicação ao longo do conflito envolvendo a Mata do Roque Valente. Ela veio para o município de Embu das Artes ainda pequena, com idade entre 2 e 3 anos, pois o pai, médico, decidira abrir um consultório pediátrico na cidade. Segunda irmã entre quatro filhas, Sandra relata uma infância saudável, em que suas brincadeiras eram feitas no grande quintal do sítio que morava na infância, na companhia das irmãs e vizinhos do bairro Itatuba. Recorda-se de diferentes atividades em contato com a natureza, como manejar da horta da residência e brincar de índio, e de cozinhar com a mãe e as irmãs, assistia televisão somente em horários muito regulados e reduzidos.

Os avós maternos de Sandra eram imigrantes espanhóis. O avô, com ensino fundamental incompleto, foi mestre de obras e posteriormente construtor. A avó era professora, mas a entrevistada não se recorda qual era sua formação. Sua mãe é formada em Letras, tendo trabalhado com traduções e revisão de textos, sempre a estimulou estudar, desde muito cedo, de modo que já na fase pré-escolar a militante recebeu aulas de uma professora particular junto com outras poucas crianças.

Os avós paternos também eram imigrantes, alemães, e administravam uma pensão em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Ela não se lembra da formação do avô, porém sabe que a avó conclui o equivalente ao atual Ensino Médio.

Sandra nunca se envolveu com qualquer tipo de agremiação estudantil e relata que o amor pela proteção à natureza foi herdado de seu pai, um dos fundadores da SEAE e participante de várias atividades relacionadas à defesa da vida animal e da qualidade ambiental de Embu das Artes:

Meu pai foi um dos fundadores da Sociedade Ecológica Amigos de Embu, na década de [19]70. Nessa época lembro que nós ajudávamos com ações em defesa das baleias, escrevendo cartas para jornais e autoridades [...] também lembro de um grande abaixo-assinado que nós ajudamos, coletando assinaturas nas escolas. Nós íamos nas salas de aula e explicávamos o que estava acontecendo com as baleias e passávamos as folhas para os colegas assinarem. As questões ambientais sempre fizeram parte do meu repertório, desde criança pequena. Ele também organizou e executou várias campanhas nas escolas contra a verminose e contra o tabagismo. Além disso atuava na SEAE defendendo o patrimônio paisagístico e ambiental de Embu com ações contra os portos de areia, a instalação do aeroporto em Caucaia do Alto etc.

Mesmo assim, suas escolhas acadêmicas não foram diretamente relacionadas à causa ambiental. Fez os dois primeiros anos do Ensino Fundamental em escola particular, concluindo o restante na rede pública municipal. Refere-se a si mesma como muito responsável por sua conduta escolar, não sendo necessário o estímulo dos pais para o seu interesse em estudar. Formou-se no Ensino Médio técnico em Secretariado na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), na Liberdade, bairro de São Paulo. Sempre considerou a ideia de prestar vestibular e cursar uma faculdade. Graduiu-se em Jornalismo pelo Centro Universitário FIAM-FAAM, e posteriormente em Pedagogia. Apenas na ocasião de cursar pós-graduação Sandra optou por um curso relacionado às suas vivências junto à natureza, formando-se em Gestão Ambiental e em Design Gráfico, ambos os cursos em instituições particulares.

A experiência profissional de Sandra revela-se conciliada com os estudos. Buscando, em suas palavras, a “independência financeira”, Sandra começou a trabalhar como caixa do Banco Nacional ainda no primeiro ano de sua graduação em Jornalismo.

A respeito de uma possível influência recebida de seus pais sobre opiniões políticas, a entrevistada não se recorda de ter tido, durante sua infância e adolescência, discussões políticas em casa. Contudo, lembra-se de seus pais terem participado de alguns grupos que congregavam famílias de classe média alta como a SEAE e o Rotary Club de Embu das Artes. Sua entrada definitiva na SEAE foi

concretizada após os cursos de Agenda 21 (BRASIL, 2017),²⁰ promovidos pela ONG, quando ela foi convidada para participar como educadora devido a sua formação acadêmica. Sobre essa participação no movimento ambientalista, ela justifica:

Acho que pensar global e tentar atuar localmente foi a minha meta. Minha cidade, meu quintal... poderiam ficar mais bonitos e ser sempre um local agradável de se viver se a comunidade tivesse mais conhecimentos a respeito das diversas questões ambientais como a importância da preservação das florestas, da água, e de que forma tudo isso se relaciona e impacta na qualidade de vida. Saber que existem alternativas para o desenvolvimento local, que pode haver crescimento sem destruição etc.

Na ocasião da entrada oficial na SEAE, Sandra comenta que o ingresso foi marcado por diferentes desafios ambientais vivenciados no momento:

O processo foi envolvente e cresceu com os desafios socioambientais da cidade, mais precisamente com as discussões relacionadas com o Plano Diretor em revisão na cidade. [...] A questão das áreas que vão ser destruídas pelas mudanças das áreas protegidas da cidade eram as que mais me preocupavam.

Sobre outras influências em sua formação, Sandra comenta a decisiva contribuição religiosa de seu pai. Este era membro da Ordem do Graal na Terra²¹, que foi, de acordo com o relato da militante, fundamental em sua formação e conduta pessoal. Essa doutrina é uma orientação filosófica baseada na obra editada primeiramente em 1931, *Na Luz da Verdade – Mensagem do Graal*, de Abdruschin, pseudônimo de Oskar Ernst Bernhardt, referencial também adotado por Gustavo, outro representante da SEAE entrevistado para esta pesquisa.

²⁰ A Agenda 21 é um conjunto de diretrizes a serem elaborados por uma dada comunidade para conciliar desenvolvimento econômico e social considerando a qualidade ambiental do sistema, seja ele um país, ou um município Ministério do Meio Ambiente, 2107.

²¹ Mais informações a respeito estão disponíveis em: <www.graal.org.br/index.php>.

3.5.2. Gustavo, o meio ambiente como uma forma de contribuir para a sociedade

Gustavo nasceu na cidade de São Paulo no ano de 1959, ocupando o cargo de presidência da SEAE no período compreendido pelo conflito na Mata do Roque Valente. Passou a infância no interior de São Paulo, na cidade de Campinas, onde teve a oportunidade de crescer em uma casa, jogando bola na rua, em contato com a natureza em jardins ou então com animais, fala dessa época com muita alegria, tendo sido criado junto de dois irmãos e os pais. As experiências próximas à natureza, assim como a influência da mãe são citados como fatores importantes para sua sensibilidade sobre o tema:

[...] eu lembro desde pequenininho, eu lembro quando tinha menos de 4 anos, minha mãe pegou uma mudinha de sálvia no jardim, colocou na terra, pegou o raminho e me disse assim: “Se você colocar água todo dia esse raminho vai ficar tão grande quanto o pezinho”. E aquilo lá me ficou [...] eu não consigo me imaginar crescendo num apartamento aqui em São Paulo. Se eu tiver filhos eu vou ter que voltar pra uma casa, eu tenho uma casa no Embu e um apartamento em São Paulo. Por causa do trânsito eu optei de vir para cá [São Paulo].

Sua família é formada também por imigrantes. Seus avós paternos de origem austro-húngara, vieram ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial, os avós maternos, americanos, posteriormente, na década de 1950. Sua mãe, nascida nos Estados Unidos, havia estudado até o Ensino Médio, tornando-se professora de inglês. O pai estudou na área naval e foi refugiado político no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. O avô materno foi quiroprata e o primeiro médico homeopata da América do Sul. Já os avós não concluíram os estudos porque isso, segundo suas palavras, não era algo comum na época.

Ele lembra-se de que sempre foi estimulado, na escola e em casa, a estudar. A mãe e o pai, participantes da fundação da escola de inglês Yázigi, o alfabetizaram na língua inglesa logo cedo. Estudou em escola pública quando era

pequeno, ressaltando a falta de recursos na ocasião, contudo reforça que nunca lhe faltou o uniforme ou os livros:

[...] a escola pública era a boa, os vagabundos que iam estudar em escola particular, então o estudo era a prioridade da família, era os filhos estudarem, nas melhores escolas. Desde pequeno, por exemplo, minha mãe dava inglês pra nós, então com sete, oito anos, começou a pegar os livros do *Graded School* pra estudar. Então, com 12 anos ela dava *Time Magazine*, *National Geographic* e nós líamos, e meus primos americanos foram ler com 18 anos, esportes, tudo [...].

Além disso, ele cursou escola técnica de informática durante o Ensino Médio no “Cotuca” – Escola Técnica vinculada à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), posteriormente, graduou-se na mesma universidade, (Unicamp). Não concluiu o mestrado porque precisou mudar para São Paulo ao se casar, mas fez uma especialização (MBA) no *Business School* São Paulo e uma complementação no Canadá.

Sobre sua vida profissional, Gustavo começou a trabalhar enquanto cursava o Ensino Superior em Análise de Sistemas. Nessa época ele trabalhava à noite ministrando aulas de informática, no mesmo colégio de ensino médio em que se formara, aproveitando os diversos cursos para os alunos da Unicamp, onde estudou francês e alemão, por cerca de três anos.

Para Gustavo a iniciação no movimento ambientalista se originou através dos relacionamentos que ele já tinha no município de Embu das Artes. Ao se mudar, no ano de 1983, teve vizinhos que eram figuras notórias do movimento ambientalista da cidade e do país, como o professor Paulo Nogueira Neto, o ambientalista Mario Mantovani e o professor e educador ambiental Marcos Sorrentino. A família de sua ex-mulher também possuía contatos em diversas instâncias, tendo participado, assim como os pais de Sandra, da fundação da SEAE e do Rotary Club²² de Embu das Artes. A participação no movimento ambientalista não o fez abandonar a carreira de analista de sistemas, pois, apesar de acreditar no seu trabalho como ambientalista, cita as dificuldades financeiras pelas quais passam aqueles que assumem essa escolha.

²²

Mais informações a respeito estão disponíveis em: <<https://pt-br.facebook.com/RotaryClubDeEmbu>>.

Em 2003 a professora Isabel [Maria Isabel Gonçalves Correa Franco] do PROCAM ia sair e ela falou: “Você podia ser o presidente da ONG, não vai te tomar muito tempo, você vai tirar umas fotos com o prefeito, vai assinar uns cheques e pronto”. Aí não foi bem assim [...], o projeto dela era apaixonante, comecei a participar de oficinas, conselhos municipais, é cativante você começa a deixar sua profissão em segundo plano, entrei bastante a fundo durante dez anos, mas tive que voltar pra retroceder, também é uma área difícil de conviver, quer dizer, de fazer uma transição e trabalhar só com meio ambiente, né.

Gustavo, inicialmente de formação cristã por influência da mãe, que era batista de formação e do pai, católico, adotou outras práticas religiosas, e atualmente frequenta também a Ordem do Graal na Terra. Tem uma visão filosófica acerca da influência dessa vivência, buscando unificar os princípios do Graal à sua profissão e vida familiar.

Quando perguntado a respeito da influência familiar sobre suas opiniões políticas, Gustavo conta orgulhoso a respeito da luta compreendida pelo pai durante o domínio alemão sobre o território da Iugoslávia. Recorda das histórias ouvidas sobre a relação de poder exercida pelos nobres em relação às pessoas mais simples e, como isso se alterou:

[...] tudo, metade do que se produzia ia pra nobreza, tinha duzentas e cinquenta famílias que controlavam o país, depois com o Tito, subiram duzentos e cinquenta, é, políticos do comitê central, é, meu pai era parte desses líderes e metade do que se produzia no país ia pra eles. Só isso dava uma entrevista, meu pai acabou tendo que fugir né, pular navio nos Estados Unidos, ele ficou preso numa ilha onde, é, pessoas achavam que ele era da KGB, e minha avó teve que fugir ao mesmo tempo no inverno pra Itália, porque lá nesses países comunistas se você fugia, eles colocavam sua família na cadeia pra forçar a voltar. Então minha vó fugiu com meu tio no inverno, né, pra Itália e ficou tentando asilo quatro anos, na Argentina e no Brasil. Meu pai tinha viajado pelo mundo antes [...], ele encontrou minha mãe no Brasil, montaram escolas de línguas, meu pai participou da formação do grupo Yázigy.

O tema comunismo é frequente para Gustavo, comentando os desdobramentos que este pode ter para os países que os adotaram, assim como outros governos que possuam qualquer relação ideológica com ele. Recorda-se de muitas conversas com seu pai sobre os males dos governos autoritários comunistas, eventualmente relacionando essas características à vida política brasileira e latino-

americana. Gustavo acredita na manipulação de grupos populares por causa da ignorância, da falta de cultura e da pouca consciência dos problemas ambientais. Além disso, considera que muitos dos problemas vividos no Brasil decorrem da desigualdade social e da ignorância da população mais carente, em razão da baixa qualidade do ensino atual.

[...] geram uma concentração absurda da riqueza e poucos políticos, que é o que tá acontecendo em muitos países, a população que não é esclarecida, que não tem informação, ela acaba virando massa de manobra na mão de um pequeno grupo de empresários e políticos que controlam o país, então a gente tá indo nesse modelo em vários países da América Latina e no mundo hoje. A gente vê, apesar de estar no século XXI, mais da metade da população vive em condições piores que Adão e Eva vai; mesmo aqui em São Paulo, a gente foi, conheceu todas as classes sociais e viu que aqui em São Paulo num raio de 10 km tem uma elite, quer dizer, você sai desse raio de 10 km, sai daqui de Berrini e da Paulista e tudo, encontra uma população jovem, sem perspectiva nenhuma, meninas em condições sub-humanas de dignidade.

3.5.2. Conquistas decorrentes da participação no movimento ambientalista

Para Sandra, o principal ganho na participação do movimento ambientalista se refere ao ganho de discernimento atingido pelo aprofundamento das questões ambientais, que mostram que o ser humano sempre pode decidir para que lado caminhar: lucro fácil ou investimentos sustentáveis a longo prazo.

Gustavo valoriza as ações que a SEAE participou no município e que resultaram em ganhos ambientais, como exemplifica ao mobilizar um grande conjunto de profissionais de diferentes áreas na inviabilização de um projeto de corredor industrial em Embu das Artes. Ele ainda realizou, com auxílio da Fundação Bradesco, várias oficinas de capacitação em comunidades da cidade, motivo de orgulho na entrevista.

Teve avaliação do Instituto Florestal, então é uma complexidade transversal [...] é uma coisa apaixonante, entra fundo em áreas com pouquíssimos investimentos, os investimentos são menores de 1%, ou seja, o investimento é pouquíssimo naquilo que é importante, e também envolve a questão do ser humano porque tem todo tipo de

classe social envolvida nos problemas ambientais, você tem desde empresários, pessoas com grandes posses, é... condomínios, também pessoas de baixa renda [...] A gente ouvia muito assim tipo, quando havia um problema, “Ah, mas no Brasil é assim mesmo, tal coisa não tem conserto”. Na ONG aprendi que tudo tem conserto, se na nossa cidade, houvesse vontade política, todas as instâncias, você poderia mudar a cidade, mudar a população. Mudando a educação, poderia formar uma nova geração e uma nova cidade e porque não acontece isso, talvez em países como a Síria, a gente olha hoje e fala: “Pô, aquilo ali não tem conserto!” E não é que não tem conserto, as pessoas fizeram chegar naquela situação e elas têm poder na sua mão de retroceder e mudar ainda. Esse foi um grande ganho.

Como uma dificuldade vivida por todos que se dedicam à causa ambiental, Gustavo cita o desinteresse das pessoas pelo assunto, que se importam mais com o próprio salário ou o emprego que ocupam, somado a um suposto boicote do poder público para com a SEAE.

Esse boicote seria fruto do desgaste no relacionamento com o poder público e o poder econômico do município, representada por uma ruptura muito difícil de ser reconstruída pela então gestão do prefeito Chico Brito, do PT. Segundo Sandra essa reconstrução de relações somente seria possível com a mudança da gestão petista.

Talvez daqui algum tempo, se houver troca de partidos políticos e pessoas com outros propósitos no poder... talvez a cidade ainda tenha chance de fazer escolhas melhores...

Gustavo acrescenta a dificuldade em manter-se na atuação da SEAE, assim como na atração de novos interessados, muito devido à baixa, ou ausência de remuneração. Confessa que ele, assim como outras pessoas da diretoria trabalhavam com grandes responsabilidades na administração da ONG, mesmo sem receber a devida remuneração para este fim:

[...] nós estávamos movimentando mais de um milhão de reais por ano, o pessoal não ganhava muito, mas era o suficiente, essa área inclusive é triste né, a gente não tem, os ganhos são bastante pífios, acho até interessante, porque acho que tinham muitos jovens que: “Puxa, eu tô numa área que eu vou poder salvar a cidade, vou poder salvar não sei o quê” e acha que vai ser reconhecido por

aquilo? Eu era voluntário, eu e a diretoria, a gente estava vivendo às custas das minhas reservas, no máximo uma ajuda de custo com celular, né, na época, hoje o caixa da entidade está baixo, pagando advogados, numa luta desde a votação do Plano Diretor.

3.5.3. O Novo Pinheirinho e o MTST na visão dos militantes do SEAE

Gustavo não acredita que as demandas da região sejam representadas pelo MTST, pois alega que por ser um movimento político, não tem nenhuma relação com os pleitos da população da área. Ele considera que a questão habitacional deve ser solucionada, mas não por meio de conjuntos habitacionais tradicionais, que considera como se fosse um depósito de pessoas, e sim com outra conformação, além de equipamentos públicos para o atendimento das necessidades básicas da população. A respeito da construção das moradias em combinação com parque, Gustavo não nega o diálogo para a gestão compartilhada da área, insistindo em afirmar que irá cumprir exatamente o que a Justiça definir.

Poderia ter uma destinação para mitigar a questão das ilhas de calor, pra saúde, pra esporte, pra várias outras finalidades, porque naquela região tá cheia de barzinho, não tem áreas de lazer positivo pras pessoas, mas tirando a igreja, só bar e esquina com venda de crack. A gente sabe que parque, no mundo inteiro, é considerado o investimento mais barato para você ter um retorno social altíssimo, em termos de convivência, da redução de violência, em termos de saúde, convivência [...] A compra daquela área na época foi muito questionada, na época que o Roque valente era o proprietário, então numa sessão muito controversa da Câmara, os vereadores votaram pelo fim da APA e no dia seguinte ela foi comprada por três vezes o valor de mercado, então a compra da CDHU é questionável, como a CDHU compra uma APA, então o processo continua torto até hoje, existem pessoas dentro do movimento ambientalista que acham que aquilo deveria ser 100% preservado, tem pessoas que acham que pode ser misto, e no fim ninguém tá levando nada. [...]

Considera que a solução dada pelo poder judiciário, ao autorizar a construção das moradias é inócua, pois as pessoas continuam carecendo de educação, não sabendo como destinar adequadamente seus resíduos, retirando árvores ou prejudicando a vida animal da área. Ressalta que imagina que o ideal seria a valorização do ser humano, dando dignidade, não se resumindo à moradia, mas também ao devido saneamento

ambiental e a oportunidade de educação, por exemplo. Sobre o MTST, reforça sua opinião:

Infelizmente a invasão ocorreu em momento eleitoral e então eles usaram, sabe que foi um movimento político muito mais que um movimento social.

O modo como Gustavo interpreta o problema não considera o MTST representativo das demandas da cidade, mesmo que o movimento e o assentamento em Embu das Artes sejam compostos majoritariamente por moradores da cidade.

Olha, existem várias distorções, em qualquer tipo de situação existem as distorções. A gente sabe que na época primeiro entrou alguns milhares de famílias lá do MTST que eram pessoas que flutuam. Quando a população do entorno descobriu que quem tava ocupando lá seria candidato a moradia de baixo custo, entrando lá poderiam ter moradia de baixo custo, se instalaram também. Então isso serve como parte da distorção, porque eles não faziam parte do movimento e tavam pegando “carona” no movimento, tem oportunista em todo lugar e com certeza tem gente se aproveitando das movimentações do MTST também querendo se beneficiar, né.

O grande adensamento populacional do bairro, somado à presença da mata ocupada, é apontada como a grande justificativa para o uso exclusivo da área para um parque; associa-se a isso alguma fragilidade ecológica do terreno, como a esperada em caso de movimentação de solo:

[...] se você pegar aquela área e ver a quantidade de área verde por pessoa ela estaria abaixo dos índices da OMS, então existem vários argumentos para você investir, fazer um investimento social que ninguém quer.

Em tom nostálgico, Gustavo demonstra saudades da década de 1980 em Embu das Artes, ocasião em que a cidade tinha apenas 30 mil habitantes e se assemelhava à uma “mini-Campos do Jordão”, sediando atrações culturais, bons restaurantes e era frequentada por muitos artistas, muitos deles tendo ido embora da cidade em função da

falta de políticas públicas, resultando em baixos níveis educacionais, de saneamento, degradação ambiental:

Eu lembro que a ética, sempre se mostrou ao longo de toda história, quando você não tem ética, valores num povo, a decadência é direta é, até politicamente, Platão, sei lá, há vários milhares de anos ele falava que o melhor modelo político que existe seria, por exemplo, a aristocracia, onde as pessoas que realmente, com capacidade de governar né, não que sejam ricas, mas de maior capacidade, dirijam o povo. Por que depois, onde você não tem às vezes pessoas com capacidade, que aí o povo pode eleger os seus dirigentes, abaixo da meritocracia, a democracia, e quando a população não sabe votar nos seus dirigentes, as consequências são surgirem os ditadores e os Neros da vida né.

Concluindo que as decisões políticas democráticas, feitas pela maioria da população, podem ser prejudiciais ao desenvolvimento do país, visto que as pessoas não são capazes de escolher bem um candidato, se elas não tiverem educação nem consciência para tal escolha, o entrevistado acredita que vivemos um processo de degradação política no país, amenizada pela ação de algumas poucas instituições e personalidades, citando na ocasião o Supremo Tribunal Federal e o seu então presidente, o ex-ministro Joaquim Barbosa.

Sandra não é tão radical em sua opinião, contudo não crê em um futuro promissor com a possível construção das habitações no terreno disputado:

Não posso falar pelo movimento como um todo, na minha opinião: para os sem-teto o que vale são os seus predinhos, as suas casas... eles pensam que não precisam das florestas. São pessoas simples, sem conhecimento, com muitas dificuldades básicas... infelizmente, todos nós estamos perdendo. Aquela região está completamente ocupada com construções, não há mais espaços verdes, é uma desolação total... A ocupação e destruição dessa última floresta trará efeitos negativos irreversíveis para a região.

Sandra não enxerga possibilidade de solução do problema a curto prazo, crendo que a solução deveria passar pelos políticos, empresários e pelas pessoas comuns,

individualmente e coletivamente, buscando “algo melhor”, sendo necessário para isso uma mudança substancial na percepção do mundo e de seus valores.

3.6. Entre diferentes percepções dos direitos: algumas reflexões

Em primeiro lugar, é preciso destacar que o militância é um processo bastante complexo, resultado da articulação entre “diferentes histórias”. De um lado, a história individual ou a “história feita corpo e alma”, portanto, tudo que concerne às origens sociais dos indivíduos, aos modos de socialização; aos usos do sistema escolar (ou aos efeitos da ausência dele); aos outros sistemas de formação profissional e aos recursos próprios e singulares (tanto psíquicos como intelectuais) dos indivíduos. E de outro, a história coletiva ou a “história feita coisa”, ou seja, a história objetivada nas instituições sociais, bem como os contextos sócio-políticos vivenciados pelos indivíduos que formam tais instituições, ao mesmo tempo em que são por elas formados e nelas se engajaram ou se desengajaram politicamente. De acordo com Bernard Pudal, o engajamento político ou o militância:

É um processo extremamente complexo, no qual se combinam diferentes histórias: a história das origens sociais e das socializações específicas daqueles que militam; do sistema escolar e de seu lugar na sociedade; dos próprios recursos físicos, intelectuais e psicológicos desses sujeitos; também dos contextos de investimentos militantes; e, finalmente, a história dos riscos e das etapas de uma carreira militante. Desse ponto de vista, as análises “biográficas” tornam-se cada vez mais complexas: elas devem - do meu ponto de vista - associar a prosopografia (biografia coletiva, ou melhor, biografias coletivas, “famílias de trajetórias”) com o “singular”, no qual podemos considerar tipos de investimentos sociais e psicológicos variáveis segundo os indivíduos. A dificuldade é assegurar as duas extremidades dessa “linha explicativa” (o coletivo e o singular), sobretudo, quando as fontes que permitem o acesso ao mais “singular” são raras e delicadas para se analisar. Além disso, é preciso estudar as carreiras militantes. A sociologia das carreiras (Becker, Hugues, Anselm Strauss) aplicada às histórias de militantes é um campo de pesquisa em pleno desenvolvimento, que permite acompanhar as diferentes fases das carreiras militantes, com o seu conjunto de bifurcações ou modos de investimentos - até o desinvestimento, isto é, o desengajamento (TOMIZAKI, 2009, pp; 129 – 138).

Poderíamos dizer que essa dissertação se alinha com um conjunto de pesquisas que, desde os anos 1970, têm buscado compreender a lógica dos investimentos individuais nas chamadas “causas coletivas”. E, nesse sentido, diante da emergência e diversificação dos chamados “novos movimentos sociais” (movimento ambientalista, movimento LGBT, movimento negro, etc) cujas “bandeiras” e “repertórios de ação” divergem dos padrões dos chamados “movimentos políticos tradicionais”, identificados sobretudo com partidos políticos e sindicatos, esses estudos tenderam a abandonar a polarização entre (i) as abordagens centradas na posição ou no pertencimento de classe como determinante da participação política e (ii) aquelas que concebem que as redes de sociabilidade surgidas na militância, ou que conduzem a ela, são os motivadores centrais para o surgimento e a continuidade do engajamento às entidades associativas (OLIVEIRA, 2012).

A resposta a essa dualidade, do ponto de vista teórico e metodológico, tem se materializado em uma tentativa de integração dessas duas posições, ou seja, uma abordagem que busca, na compreensão dos processos de engajamento individual, considerar que, de um lado, as disposições individuais para o engajamento político guardam relação com as desigualdades de condições sociais de origem e dos respectivos capitais (econômicos, culturais, escolares, simbólicos, políticos) possuídos pelos agentes sociais (BOURDIEU, 1979). De outro, que os laços interpessoais e as “redes pré-existent” são de grande importância para a adesão e continuidade do engajamento em movimentos políticos. (GOHN, 1997). Assim, pretende-se analisar a ação militante a partir de um modelo processual ou sequencial e, ao mesmo tempo, considerar a constelação de fatores que tornam possível o engajamento, ao invés de reduzi-lo ao reflexo de normas, papéis e constrangimentos estruturais (AGRIKOLIANSKI, 2002).

Essa proposta teórico-metodológica de análise do fenômeno do militância parece bastante adequada aos interesses dessa pesquisa visto que possibilitaria a compreensão desse processo em sua dupla dimensão, individual e social, e que só pode ser entendida em uma perspectiva processual (temporal), daí a defesa do uso da noção de “carreira” feita por Olivier Fillieule:

Aplicada ao engajamento político a noção de carreira permite compreender como a cada etapa da biografia as atitudes e comportamentos são determinados pelas atitudes e comportamentos passados e condicionam, que por sua vez o campo de possibilidades futuros, situando os períodos de engajamento no conjunto do ciclo de vida. A noção de carreira permite, portanto, a aplicação de uma concepção do militantismo como processo. Dito de outra forma, de trabalhar, ao mesmo tempo, o conjunto de questões da predisposição à militância, à passagem ao ato, as formas diferenciadas e variáveis no tempo tomadas pelo engajamento, a multiplicidade de engajamentos ao longo do ciclo de vida (deslocamentos de um coletivo a outro, de um tipo de militantismo a outro) e a retração ou extensão do engajamento. Tal abordagem, mesmo se o lugar da observação se situa no nível de uma organização, impossibilita a interpretação das lógicas do engajamento simplesmente a partir da coleção dos indivíduos reunidos no momento da pesquisa nessa organização. O tempo da pesquisa (o período da observação) corresponde a uma multiplicidade de tempos biográficos (em função da idade, do momento do engajamento e de sua duração), geracionais e históricos (efeitos de período), que é preciso deslindar (FILLIEULE, 20001, pp 201 – 202).

Nesse sentido, pode-se dizer que as trajetórias dos militantes dos dois movimentos podem ser pensadas, de um lado, do ponto de vista de sua origem de classe, determinante das experiências de formação em um dado contexto familiar, social, escolar e econômico, que, por sua vez, redundou nas possibilidades objetivas e subjetivas do engajamento ou da formação das propensões ou pré-disposições ao engajamento em determinados grupos associados a “bandeiras de luta” específicas. E, de outro lado, essas trajetórias militantes também são tributárias dos “benefícios” ou “retribuições”, de diferentes ordens, que tais militantes encontraram no engajamento político que, no limite, torna-se também uma instância específica de socialização e formação.

A militância no MTST, evidentemente, está fortemente associada a trajetórias individuais e familiares de pobreza e exclusão, em maior ou menor medida, que, por motivos absolutamente práticos leva a aproximações, mesmo entre aqueles que, em um primeiro momento, como Amanda, não julgavam legítimas as ações do movimento. Os militantes do MTST, de modo geral, se aproximam das ocupações próximas aos bairros onde vivem pela necessidade de encontrar uma alternativa viável para o problema de moradia e, como em muitos outros movimentos, muitos não permanecem, outros se engajam profundamente e tal engajamento se estende, algumas vezes, para além da conquista da sua casa própria ou de uma “bolsa aluguel”, por

exemplo. Como os depoimentos apontam, o engajamento mais profundo se relaciona com uma nova fase da militância: a defesa de transformações mais radicais na sociedade.

É preciso destacar, nesse sentido, que o engajamento no MTST depende de os modos de atuação, práticas políticas e ideais defendidos pelo movimento façam sentido para os ingressantes, o que vai além da necessidade da moradia. O engajamento exige concordância com princípios e práticas políticas ainda muito estigmatizadas no Brasil, tais como desqualificação da propriedade privada, ocupações de terrenos e prédios, manifestações públicas com interrupção de tráfego em avenidas ou rodovias. E, segundo os depoimentos, uma das dimensões importantes para a “estabelecimento” da militância trata-se do processo de formação de laços de afeto e solidariedade entre os membros do MTST, o que minimiza a dramática experiência da vulnerabilidade econômica, social vivida nas periferias das grandes cidades. Assim, é fato que o tipo de “ganhos” ou “retribuições” conquistados nesse movimento são, sobretudo, de ordem afetiva e simbólica, sendo que a conquista material fica concentrada tão somente na conquista da moradia o que, de fato, tem ocorrido de modo cada vez mais raro após a diminuição brusca de recursos para o projeto Minha Casa, Minha Vida.

Os militantes do SEAE, como demonstrado pelas biografias, têm origem em grupos médios, com escolarização muito acima da média da população brasileira, sua militância está mais diretamente relacionada à experiências e princípios adquiridos no âmbito familiar ou profissional. Assim como outros estudos apontam, é comum entre membros do movimento ambientalista uma infância marcada pelo contato com a natureza, do qual guardam memórias muito positivas e tocantes, que os sensibilizaram para a necessidade da preservação ambiental. Assim, a aproximação com tais movimentos ocorre em função dessa propensão anterior, que se confirma e se enraíza na construção de laços com pessoas e/ou entidades que defendem o mesmo objetivo. No entanto, diferente do que ocorre com militantes do MTST, os laços parecem estar mais assentados em interesses de ordem intelectual e profissional, sem desconsiderar, evidentemente, que esse movimento também se sustenta sobre laços de afinidade e afeto, simplesmente tudo indica que essa dimensão não desponta como algo fundamental. Nesse sentido, de um lado, não seria exagero dizer que, os militantes do SEAE encontram na defesa do meio ambiente uma dupla oportunidade: de um lado, realizam suas aspirações de defesa de um “mundo habitável por todos os seres humanos”, ação que garantirá,

portanto, a existências das futuras gerações. De outro lado, trata-se de um grupo que, apoiado em seu capital cultural, escolar e de relações, tem maiores chances de aproximar suas formações acadêmicas dos ideais políticos, muitas vezes, profissionalizando a própria militância. Em que pese o fato de que, como apontando nos depoimentos, não se trata de uma operação simples, nem com ganhos financeiros importantes.

E, então, chegamos a um ponto crucial da análise desses dois grupos cujos “destinos” se encontraram em uma situação muito especial: a disputa pelo terreno denominado Mata do Roque Valente, rebatizada de Ocupação Novo Pinheirinho. E um dos desafios encontrados nessa análise foi relacionar suas trajetórias e engajamento em cada um dos movimentos com seu modo de conceber o mundo, bem como as possíveis e desejáveis relações entre a sociedade e a natureza.

Não resta dúvida de que as visões apresentadas nas entrevistas são radicalmente diferentes e isso não tem só a ver com a questão do meio ambiente, esse “tema” aparece enquadrado em um leque muito mais amplo de valores e percepções do mundo que sustentam suas posições sobre o litígio.

Nesse sentido, de novo, os militantes do MTST, movidos pela ausência de condições básicas para habitarem locais dignos, tendem a relativizar a proposta de que todas as áreas devem ficar exclusivamente voltadas para áreas de proteção ambiental, sobretudo aquelas que já contam com certo desmatamento. Não resta dúvida de que esses militantes tendem a priorizar a vida humana à vida animal, vegetal ou mineral, o que não quer dizer que não se preocupem com a preservação, mas essa pauta fica submetida às necessidades concretas de conquistar dignidade para a vida dos trabalhadores sem-teto.

O SEAE, por sua vez, tem um discurso radical sobre a preservação do ambiente, demonstrando pouco sensibilidade para a questão da moradia e lançando como argumento o fato de que sem ações radicais de preservação, em breve, ninguém poderá viver com qualidade nesse mundo, especialmente em São Paulo. Junta-se nesse ponto uma visão idílica e elitista de um “mundo ideal” que, na prática, seria reservado a poucos habitantes, como fica claro no depoimento de Gustavo, que afirma que sente mesmo saudade de uma Embu pequena e provinciana, que vivia em paz, sem essas demandas sociais, consideradas pouco legítimas.

Assim, é possível perceber que a militância desses dois grupos se sustenta sobre experiências sociais bastante diversas, o que redundou em *habitus* praticamente incompatíveis e, portanto, não é de se espantar que tenha sido tão difícil qualquer tipo de contato entre os dois grupos para discussão e/ou negociação em torno da situação da Mata Roque Valente. Poderíamos dizer que se tratam de indivíduos que veem e concebem o mundo a partir de posições sociais diametralmente opostas e que tais posições influenciam o modo como esses podem conceber e priorizar os problemas de ordem social que estão diretamente implicados com a questão da preservação ambiental.

Nesse sentido, os “pontos de vista” sobre a questão ambiental estão longo de ser neutros, sejam os estritamente técnicos ou teóricos, sejam aqueles declaradamente políticos. De acordo com nossa pesquisa, as tomadas de posição sobre o tema não podem ser compreendidas sem que se tenha clareza de que eles são constituídos a partir de experiências sociais, familiares e grupais perpassadas pela posição de classe dos indivíduos, bem como pelo acesso a determinados bens culturais, inclusive acesso à escolarização, ao mercado de trabalho e a possibilidade de conquistar uma vida econômica e socialmente mais ou menos confortável ou vulnerável. Além disso, as propostas de resolução das questões ambientais também revelam projetos políticos que podem ser mais ou menos inclusivos de todos os seres vivos, inclusive os humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 1999.
- ACERVO DIGITAL UNESP. **Igreja Nossa Senhora do Rosário**. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252435>>. Acesso em abril, 2017.
- ACSELRAD, H. **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.
- ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. Annablume, 2000. v. 121.
- AGÊNCIA BRASIL. **MTST é recebido por governador e tem pautas atendidas**. 2013. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-01/mtst-e-recebido-por-governador-de-sp-e-tem-pautas-atendidas>>. Acesso em: jan. 2016
- _____. **Em pouco mais de um mês ocupação por moradia digna quadruplica em São Paulo**. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/01/em-pouco-mais-de-um-mes-ocupacao-por-moradia-digna-quadruplica-em-sp>>. Acesso em: abril, 2017.
- AGRIKOLIANSKY, E. **Carrières militantes et vocation à la morale: les militants de la Ligue des Droits de l'Homme dans les années 1980**. In. *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, n° 1-2, 2001.
- _____. **La ligue française de droits de l'homme et du citoyen depuis 1945**. Paris : L'Harmattan, 2002.
- ALMEIDA, A. M. F; S.; L.; A. **Experiências educativas e construção de fronteiras sociais. Sociologia da Educação**. v. 01, p. 10-39, 2010.
- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho – o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- ARBIX, G. **Uma Aposta no Futuro. Os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística**. São Paulo: Scritta, 1996:39-40.
- ATELIÊ397. **Ocupação Novo Pinheirinho**. 2014. Disponível em: <https://ateli397.com/ocupacao-como-gesto-insubordinado/1img_5398_1/>. Acesso em: abril, 2017.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. **La notion de génération – Usages sociaux et concept sociologique. L'Homme et la société** Année 1988, número 90.
- ATTIAS-DONFUT, C. & LAPIERRE, N. **La dynamique des générations. Communications**, 1994, número 59.

- AUZIAS, Claire. Le générations politiques. **L'Homme et la société**. N. 11-112, 1994.
- BALANDIER, G. in: Préface de **Histoire et histoire de vie – La méthode biographique das les sciences sociales**. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.
- BEDUSCHI F. L. C. **Sociedade, natureza e reforma agrária: assentamentos rurais e unidades de conservação na região do Pontal do Paranapanema**. Tese de Doutorado, Ciência Ambiental – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BEISIEGEL, C. de R. **Cultura do povo e educação popular**. Revista Faculdade de Educação de São Paulo, 5 (1/2), p. 77-92, 1979.
- BERGER, P. L. & BERGER, B. **Socialização: como ser um membro da sociedade**. [1975] In: FORACCHI, M. M. e Martins, J. (orgs.) **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. São Paulo/Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.
- BERGER, P. L., LUCKMANN, T., FERNANDES, F., S. **“A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento”**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- BERTAUX, D. **Les récits de vie – perspective ethnosociologique**. Paris: Nathan, 1997
- BOITO Jr., Armando (org.) **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BOULOS, G. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.
- BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.
- _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. Les contradictions de l'héritage. **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993.
- _____. A ilusão biográfica. **Usos e abusos da História Oral**. FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. **Razões práticas**. São Paulo: Papirus, 2014.
- Novembre, n 24, 1978.
- BOITO Jr., A. (org.) **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRITO DA MOTTA, A. Reinventando fases: a família do idoso. **Cadernos do CRH (UFBA)**, Salvador, v. 29, n. jul/dez, 1998.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), São Paulo, n. 13, p. 191-221, 2000.

_____. (Org.). **Dossiê: Gênero, Idades e Geração**. 42. ed. Salvador: EDUFBA e Editoria Caderno CRH, 2004. v. 17.

_____. Viúvas: o mistério da ausência. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 7, p. 7-34, 2005.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, Ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2014.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã – Um estudo das Elites do século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CANEDO, Letícia. La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas erais brésilien, **Genèses**, 31, juin 1998, p. 4-28.

_____. Estratégias familiares na construção social de uma qualificação política. **Educação e Sociedade**, ano XII, agosto 1991.

_____. Heritage en politique, ou comment acquerir les dispositions et ompetences necessaires aux fonctios de representations politique (1948-1964). **Cahiers du Brésil Contemporain**, n 47/48, 2002.

_____. Rytes symboles et allégories dans l'exercice professionnel de la politique , **Information sur les Sciences** Heranças e aprendizagens na transmissão da ordem política brasileira (1945/2002). **Cadernos CERU**, São Paulo/USP, v. 15, 2004.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto permite que psicólogo ofereça tratamento para mudar orientação sexual**. 2103. Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/523684-PROJETO-PERMITE-QUE-PSICOLOGO-OFERECA-TRATAMENTO-PARA-MUDAR-ORIENTACAO-SEXUAL.html>. Acesso: mar. 2017.

CAMARA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES. **Área da Mata do roque Valente é liberada para a construção de moradias**. Disponível em: <www.cmembu.sp.gov.br/noticias/1322/area-da-mata-do-roque-valente-e-liberada-para-a-construcao-de-moradias>. Acesso em: jan. 2016.

CARVALHO, M. B. Natureza. In: Marcia Motta. (Org.). **Dicionário da terra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 336-341.

CASTELLS, M.; MAJER, R. V.; GERHARDT, K. B. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, F.V. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006:41.

CHAVES, C. A. **A marcha nacional dos sem-terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da política, 2000.

CMI. **Escandaloso: juíza de Embu aplica multa de R\$50 mil por dia ao MTST**. 2012. Disponível em: < <https://midiaindependente.org/pt/red/2012/05/507398.shtml> >. Acesso em: jan. 2016.

CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias: construções da realidade social**. São Paulo: Edusc, 2001.

DÉAK, C. **Principais planos históricos de metrô para São Paulo**. 2007. Disponível em: < www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/1disc/07-ev-AC/302EvolSP30-95/index.html >. Acesso em: abril, 2017.

DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, 6.1-2, 1992.

DURKHEIM, E. "**O que é fato social?**" In: As Regras do Método Sociológico. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972. p. 1-4, 5, 8-11.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Jorge Zahar Editor Ltda., 1994.

EL PAIS. **Crise hídrica**. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/tag/crisis_hidrica/a>. Acesso em: jan. 2017.

EMPLASA. **Região Metropolitana de São Paulo**. 2017. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: abril, 2017.

FERRARI, N. Cobertura jornalística da Folha de São Paulo durante as manifestações de junho de 2013: uma análise discursiva. **Jornalwiki**, Ciências da linguagem, ECA, 2014. Disponível em: <www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id_texto=111>. Acesso em: jan. 2017.

FERREIRA, T. M. T. « História e prosopografia » In: **X Encontro Reginal de História – ANPUH-RJ. História e Biografias**. Rio de Janeiro, 2002.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Campinas, SP: tese de doutorado. 2008.

FILLIEULE, O. Propositions Pour Une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. **Revue Francaise de Science Politique**, Vol 51, nº 1-2, février-avril,

G1. **Plebiscito decide que Embu passa a se chamar Embu das Artes**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/05/plebiscito-decide-que-embu-passa-se-chamar-embu-das-artes.html>>. Acesso em: jul. 2014

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jamais achei que ele fosse atirar, diz repórter da Folha atingida durante protesto**, 2013. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296077-jamais-achei-que-ele-fose-atirar-diz-reporter-da-folha-atingida-durante-protesto.shtml>. Acesso em: jan. 2017

FRUGOLI Jr., H. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez/ Edusp, 2000.

GOOGLE MAPS. **Mata do Roque Valente**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-23.6493908,-46.8135268,1306m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>>. Acesso em: abril, 2017

GIRAMUNDOCAVAFUNDO. **Igreja Nossa Senhora do Rosário**. Disponível em: <<https://giramundocavafundo.wordpress.com/2013/04/26/igreja-nossa-senhora-do-rosario-3/>>. Acesso em: abril, 2107

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, Vozes, 2010 a.

_____. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 8a Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2010 b.

_____. **Teoria sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo**. SBS, 2011

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições GOULART, D. C. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011.

- GRIGOROWITSCHS, T. O conceito “socialização” caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 102, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2014.
- GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis"**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-19, Jan. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: abril 2017.
- GUIVANT, J. S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos sociedade e agricultura**, p. 72-88, 2002.
- HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional; Edusp, 1969.
- IBGE. **Contagem da população**. 2011. Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ibge/contagem-da-populacao>>. Acesso em abril, 2017.
- _____. **Aglomerados Subnormais Informações Territoriais**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em: abril, 2017.
- _____. **Programa Nacional por Amostra De Domicílios**. 2014. Rio de Janeiro: IBGE, v.33, 2013; v.34, 2014. Série: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte: 2016.
- _____. **Informações estatísticas**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351500&search=sao-paulo|embu-das-artes>>. Acesso em: jan. 2017.
- _____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2016. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351500&idtema=118&search=sao-paulo|embu-das-artes|%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->. Acesso em: ago. 2014.

JOIGNANT, A. La socialisation politique stratégies d'analyse, enjeux théoriques et nouveaux agendas de recherche. **Revue Française de Sciences Politiques**. Vol 47, n° 05, outubro, 1997.

JORNAL LINHAS POPULARES. **Câmara aprova conselho de APA com presença do MTST**. 2013. Disponível em: <<http://www.linhaspopulares.com.br/camara-aprova-conselho-de-apa-com-presenca-de-mtst/>>. Acesso em: abril, 2017.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAGROYE, Jacques Socialisation Politique. In: **Sociologie Politique**. Paris: Presses de Sciences Politique et Dalloz, 2006 (5° Edição).

LAHIRE, B. **Reprodução ou prolongamentos críticos?** Educação & Sociedade, n. 78, p. 37-55, abr/2002.

LEITE LOPES, J. S. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

LIMA, S. L. R. **Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**, 2004. Tese (Doutorado em Planejamento urbano e regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LORENA, E. R. **Luta de classes na cidade neoliberal: uma análise sobre o movimento dos trabalhadores sem teto (MTST)** Dissertação de mestrado. 2012. 250f. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, 2012.

MARTINS, G. P. C & AMARAL, M. C. M. **O habitus em Bourdieu e a teoria da justificação de Boltanski e Thévenot**. Latitude, vol. 3, n. 2, pp. 96 – 108, 2009.

MANNHEIM, K. **Le problème des générations**. Paris: Éditions Nathan, 1990.

MARONI, A. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78**. São Paulo:Brasiliense, 1982.

MATONI, F.; POUPEAU, F. Le capital militant. Essai de définition. In: **Actes de la Recherche – Le capital militant: engagements improbables, apprentissages et techniques de lute**. n.155, dezembro, 2004.

MIAGUSKO, E. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. Tese de Doutorado, Sociologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MÍDIA NINJA. **Guilherme Boulos: “A nossa cor é vermelha”**. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/06/23/guilherme-boulos-nossa-cor-e-cor-vermelha/>>. Acesso em: abril, 2017.

MILLS, W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro : Zahar, 1972.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Agenda 21 brasileira**. Disponível em : <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em : abril, 2017.

MORENO, R. C. ; ALMEIDA, A. M. F. O engajamento político dos jovens no movimento hip hop. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 14, p. 130-142, 2009.

MOTTA, A. B. Nas origens do “novo sindicalismo”- o maio de 59,68 e 78 na indústria automobilística. In: Rodrigues, I.J. **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Sociedade e Estado**. 2010, vol.25, n.2, pp. 225-250

MOVIMENTO SALVE EMBU DAS ARTES. **Invasão do Roque Valente**, 2012. Disponível em: <<http://salveembudasartes.com.br/?p=785>>. Acesso em: abril, 2017.

MTST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. **Cartilha de princípios: organização e linha política**. 2013. Disponível em: <http://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha/10?e=9413747/4976282>. Acesso em: mar. 2017.

_____. **Ocupação avenida Paulista**. 2017(a). Disponível em: <<https://www.facebook.com/mtstbrasil/photos/a.466755456696124.100595.464790330225970/1363413067030354/?type=3&theater>>. Acesso em: abril, 2017.

_____. **Ocupação em Guarulhos**. 2017(b). Disponível em: <<https://www.facebook.com/mtstbrasil/photos/a.466755456696124.100595.464790330225970/1399466463425014/?type=3&theater>>. Acesso em: abril, 2017.

MUXEL, A. Chronique familiale de deux héritages politiques et religieux. **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Vol. LXXXI, 1986.

_____. **L’expérience politiques des jeunes**. Paris: Presses des Scieces Politiques, 2001.

_____. **Toi, Moi et la Politique – amour et convictions**. Paris: Seuil, 2008.

NEGRO, A. L. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional- desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2004.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **PSDB de Aécio Neves pede auditoria da votação**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>>. Acesso em: mar. 2017

OFFERLÉ, M. **La profession politique – XIX – XX siècles**. Paris: Belin, 1999.

OLIVEIRA, N. C. **Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)**.

2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

OLIVEIRA, W. J. F. **“Paixão pela Natureza”**: atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. Tese de Doutorado, Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. “Maio de 68”: mobilizações ambientalistas e sociologia ambiental. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, 13.1/2, (87-108), 2008.

_____. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 3, p. 49-77, 2012.

OLMOS, F., et al. A conservação e o futuro da Jureia: isolamento ecológico e impacto humano. **Estação Ecológica Jureia-Itatins**: ambiente físico, flora e fauna. Ribeirão Preto: Editora Holos, 2004.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Presidente Temer sanciona parcialmente Lei da terceirização**, 2017. Disponível em: <www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/03/presidente-temer-sanciona-parcialmente-lei-da-terceirizacao>. Acesso em: mar. 2017.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

PERCHERON, A. Histoire d’une recherche. **Revue Française Science Politique**. Paris: n. 1. p 100-126, 1994. v. 44.

PEREIRA, M. G. V. **Experiências de socialização**: o caso de famílias de trabalhadores no bairro Ferrazópolis, em São Bernardo do Campo. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PIGNATTI, M. G. **As ONGs e a política ambiental nos anos 90**: um olhar sobre Mato Grosso. São Paulo: Annablume, 2005.

POLLI, S. A; GUSSO, R. J. Movimentos de moradia em Curitiba: história, repertórios e desafios (1977-2011). In: **Anais: Encontros Nacionais da Anpur**, v 15, 2013.

PRADO Jr. C. História econômica do Brasil. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES.

Leitura da cidade. Disponível em: http://embudasartes.sp.gov.br/egov/public/arquivos/2010/04/LeituraDaCidade_2003.pdf. Acesso em: jan. 2016. 2010.

_____. **Feira de Embu das Artes.** Disponível em: <http://embudasartes.tur.br/index.php?feira-de-embu-das-artes-1>. Acesso em: abril, 2017.

_____. **Revisão do Plano Diretor Participativo:** Continuação da 2ª Audiência Pública Temática – Meio Ambiente: Proposta Preliminar – Revisão 0, 23 de março de 2011. Disponível em: www.embudasartes.sp.gov.br/egov/public/arquivos/2011/03/plano_diretor_audiencia_meio_ambiente_23032011.pdf. Acesso em: jan. 2016.

_____. **A Mata do Roque Valente,** 2013. Disponível em: www.embudasartes.sp.gov.br/JornalCidade/5.php?id=654. Acesso em: jan. 2016.

PRESTA, S.; ALMEIDA, A. M. F. Fronteiras imaginadas: experiências educativas e construção social das disposições quanto ao futuro em jovens das camadas popular e média. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 29, p. 401-424, 2008.

PUDAL, B. **Prendre Parti – pour une sociologie historique du PCF.** Paris: Presses des Sciences Politiques, 1989.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”.** In: VON SIMSON, O. M. (Org.) **Exerimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, 1998. P. 15-43.

RIBEIRO, D. O Povo brasileiro: a formação e o sentido de Brasil. 14 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ROCHA, R. G. Ecoideologias associadas aos movimentos ambientais: contribuições para o campo da educação ambiental. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 27, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: jul. 2014.

RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT.** São Paulo: Scritta, 1997.

- RODRIGUES, I. J. (org.) **O Novo Sindicalismo – vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes/EDUC, 1999.
- SANCHÉZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**”. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.
- SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 14, n 41, São Paulo, 1999.
- SAULE JR, N. **Direito urbanístico: vias jurídicas das políticas urbanas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007.
- SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 200 -255, set./dez. 2011.
- SCHWARCZ, L. M. **Biografia como gênero e problema**. *História social*, n. 24, pp. 51 -72, 2013.
- SETTON, M. G. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002.
- _____. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2014.
- _____. **Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduos e sociedade**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.4, p.711 – 724, dez. 2011.
- SINGER, P. Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo. In: SINGER, Paul. (Org.) **Economia política da urbanização**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense. p. 117-133, 1973.
- SIRINELLI, J-F. Génération et histoire politique. **Vingtième Siècle. Revue d'Histoire**. N. 22, avril-juin, 1989.
- SOCIEDADE ECOLÓGICA AMIGOS DO MEU. (SEAE). **APA Embu Verde: conhecer, amar e preservar**. Embu das Artes, SP. 2012.
- _____. **Colhendo sustentabilidade**. 2015 (a). Disponível em: <<http://seaembu.org/seae/colhendo-sustentabilidade/>>. Acesso em: abril, 2017.
- _____. **Diagnóstico Socioambiental da APA Embu Verde**. 2015 (b). Disponível em: <<http://seaembu.org/seae/diagnostico-socio-ambiental-da-apa-embu-verde/>>. Acesso em: abril. 2017.

_____. **Principais lutas**. 2015. Disponível em: <<http://seaembu.org/seae/quem-somos/historia-da-seae/principais-lutas/>>. Acesso em: abril, 2017.

SOUZA MARTINS, H. H. T. **Igreja e movimento operário no ABC (1954-1975)**. São Paulo-São Caetano do Sul: Editora Hucitec & Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

SPOSITO, M. **A ilusão fecunda**: a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1993.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TOMIZAKI, K. Rupturas e continuidades nas relações intergeracionais : o futuro da categoria metalúrgica do ABC Paulista. **Cadernos CRH**, vol 18, nº 46, jan/abril, 2006.

TOMIZAKI, K. **Ser metalúrgico no ABC**: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores. CMU Publicações, 2007.

_____. Desenraizamentos e deslocamentos: a formação de uma geração singular de metalúrgicos no ABC Paulista » In : Rodrigues, I.J. & RAMALHO, J. R. **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos – comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. Socializar para o trabalho operário: o Senai-Mercedes-Benz. **Tempo Social**, 2008, vol.20, n.1, pp. 69-94.

TOMIZAKI, K. & ROMBALDI, M. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. **Revista Pro-posições - Unicamp**, v. 20, n 2(59), 2009. VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. I, n. 3, 1984.

WAGNER, A. Syndicalistes européens: les conditions sociales et institutionnelles de l'internationalisation des militants syndicaux. **Actes de la recherche en sciences sociales**, no. 155, 2004.